

SABINO BUSSANELLO

**MILITÂNCIA E SUBJETIVIDADE:
ENTRE A CRISE E O DEVIR**

Florianópolis
UFSC
1997

SABINO BUSSANELLO

**MILITÂNCIA E SUBJETIVIDADE:
ENTRE A CRISE E O DEVIR**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação do professor Dr. Reinaldo Matias Fleuri.

Florianópolis
UFSC
1997



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

“MILITÂNCIA E SUBJETIVIDADE: entre a crise e o devir”

Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 23/05/97

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleury (Orientador)

Prof. Dr. Victor Vicent Valla (Examinador)

Profa. Dra. Maristela Fantin (Examinadora)

Profa. Dra. Telma Anita Piacentini (Suplente)

SABINO BUSSANELLO
Florianópolis, Santa Catarina, maio de 1997

O que me interessa não é uma síntese, mas um pensamento transdisciplinar, um pensamento que se interrompa nas fronteiras entre as disciplinas. O que me interessa, é o fenômeno multidimensional, e não a disciplina que seleciona uma dimensão desse fenômeno. Tudo o que é humano é ao mesmo tempo psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que esses aspectos não sejam separados, mas concorram para uma visão "poliocular". O que me move é o desejo de ocultar o menos possível a complexidade do real.

EDGAR MORIN

O investimento militante totalizante empobrece as outras dimensões da vida. Viver fanaticamente a militância, não dormir etc, empobrece a riqueza da vida - a existência não se resume à militância. Este tipo de modelização subjetiva também tem um sentido religioso, reducionista. Para isso acho que o melhor remédio é o humor, misturado à ternura.

FÉLIX GUATTARI

AGRADECIMENTOS

Pela sensibilidade humana de REINALDO MATIAS FLEURI que, com muita ternura, soube ouvir, dialogar e orientar o desenvolvimento de meu projeto de trabalho.

Pelo espaço democrático do “MOVIMENTO BONECO” que me oportunizou momentos inesquecíveis de reflexão, conhecimento e convivência entre múltiplos sujeitos desejantes.

Pelo companheirismo incontestável de inúmeros MILITANTES que se dispuseram em colaborar com suas falas, críticas, questionamentos e sugestões enriquecendo este trabalho; em especial: Clarisberto (Betão), Colaço, Ari, Deisi, Eliana, Paulão, Diogo, Nelson, Júlia, Neila...

Pela disponibilidade e amabilidade de NADIR AZIBEIRO que se dispôs a revisar e a organizar a estrutura final deste trabalho.

Ao companheiro CATTALDI, pela versão do Abstract.

Pela “visão utópica” de meus pais, que ao sair de casa me disseram: “meu filho, a única coisa que podemos te dar é um pouco de estudo”.

Pelo “espírito de família” da FETIESC que me possibilitou tempo, tranquilidade e estrutura para a viabilização de meu trabalho acadêmico.

Pelo incentivo de todos os amigos, que de uma forma ou de outra, iluminaram meus passos e alegraram minha vida cotidiana.

Pela imensa compreensão de NÁDIA que, com seu amor e carinho, me proporcionou confiança para a realização deste projeto.

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar alguns aspectos referentes à problemática do *Novo Sindicalismo* e à crise dos militantes sindicais combativos (principalmente nos três Estados do Sul: RS, SC e PR). A partir do golpe militar de 1964, o movimento sindical brasileiro sofreu um processo sistemático de repressão e controle. Muitos sindicalistas foram presos e torturados. Alguns foram banidos ou cassados. Vários sindicatos sofreram processos de intervenção. Algumas entidades foram fechadas. Enquanto imperou a cultura do silêncio, as coisas se tornaram muito difíceis para o conjunto das classes trabalhadoras. O regime ditatorial conseguiu reprimir, controlar e repressar toda e qualquer forma de iniciativa, organização e mobilização social-sindical. Porém, a partir da década de 80, o modelo sócio-econômico-político e militar, adotado pelas classes dominantes e seus testas de ferro, esgotou-se, dando espaço à explicitação da revolta, indignação e mobilização das classes trabalhadoras e de amplos setores da sociedade civil brasileira. Inúmeros segmentos se organizaram, ganhando as ruas, num verdadeiro movimento de massas. Dentre os diversos movimentos, podemos destacar a emergência do "*Novo Sindicalismo*", tendo em suas fileiras ativistas - também denominados militantes sindicais combativos ou autênticos. Em linhas gerais, tal movimento se propunha: acabar com a repressão militar e lutar pela redemocratização da sociedade brasileira e do movimento sindical; combater o sistema capitalista e construir um outro projeto de sociedade; lutar contra o arrocho salarial e o alto custo do nível de vida das classes trabalhadoras; desvencilhar-se da velha estrutura sindical atrelada e corporativista e afirmar novos princípios de luta como: a combatividade, a democracia, a consciência e organização de classe, a liberdade e a autonomia sindical. Entretanto, a partir da década de 90, esta perspectiva de luta e combatividade entrou em profunda crise, alterando os princípios ideológico-políticos de orientação militante. Que razões explicam tal fenômeno? Esta investigação considera que a crise militante é proveniente da confluência de um duplo movimento: a) da ação turbulenta das macro-transformações globais (queda das utopias e experiências socialistas; mudança nas relações produtivas e de trabalho; disseminação da ideologia neoliberal e enfraquecimento do Estado nacional e protetor); b) do desenvolvimento paradoxal e contraditório da micropolítica ou micro-práxis militante, em seu cotidiano (descuido para com os tecimentos da vida prática e cotidiana; para com as formas de equilíbrio corporal, mental e afetivo; para com as formas de relacionamento e convivência; para com as formas de exercício do poder e de democratização das relações humanas). Assim, na década de 90, a crise é nitidamente visível pelos processos de esquizofrenias, insuficiências e desintegrações, desenvolvidas no cotidiano da prática e da vida militante. Porém, se de um lado a crise revela processos de desagregação e ambiguidades, por outro, também, aponta para a emergência histórica de novos processos de singularização e subjetivação militante (novos agenciamentos micropolíticos; novas formas de percepção e sensibilidade humana; outras bandeiras de luta e de atuação social; novos devires micromoleculares, abrindo passagem à dimensão do equilíbrio mental, corporal e afetivo). A crise, transforma-se, ela mesma, numa espécie de "fluxo dinâmico" geradora de novas mudanças e de novos pontos de equilíbrio militante.

ABSTRACT

This work is aimed to investigate some aspects referring to the labor movement known as "NOVO SINDICALISMO" (New Labor Movement) and the political crisis of combative union militants, specially in the three southern brazilian states (Rio Grande do Sul, Santa Catarina and Paraná). From the 1964 military coup on, the brazilian labor movement was under a repressive and controlling process. Many militants were arrested and tortured. Some were banned or had political rights suspended. Several unions went under intervention and some were closed. While we lived under censorship, things became very difficult to the whole of the working class. The dictatorship repressed and controlled every form of social and union organization. However, from the eighties on, the social-economic-political and military model, adopted by the dominant classes became exhausted, allowing revolt and mobilization of the working class and other parts of brazilian society. Many of these parts were organized, growing into a real mass movement. Among these was the "New Labor Movement". Inside this movement were the militants known as "authentic". Such movement proposed ending the military repression and fighting for a democratic society and labor movement, against low salaries and high cost of living. It also proposed to destroy the old structure of the labor movement which was tied to the state. It proposed new principles such as: combativeness, democracy, class awareness, autonomy and freedom of organization. Nevertheless, from the nineties on, this perspective went into a deep crisis, changing the political and ideological principles of the militants' orientation. What reasons could explain it? This investigation considers the militants' crisis as being derived from a double movement: a) The effect of global changes (fall of socialist experiences, changes in work and production relations, outspread of neoliberal ideology and weakening of the national and protective state); b) The contradictory development of militant micropolitics or micro-praxis in everyday life (carelessness to affection and mental body balance, to the forms of power and democracy in human relations). Thus, in the nineties, the crisis is clearly visible through schizophrenia and desintegration processes developed in the militant life. However, if the crisis shows disaggregation and ambiguity processes, on the other hand, it also points to the historical rise of new processes of uniqueness and militant subjectivity (new micropolitical arrangements, new demands, DEVIRES MICROMOLECULARES, allowing mental, body and affective balance). The crisis turns into a sort of "dynamic flux", generating new changes and a new militant balance.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Índice de siglas | 3 |
| Introdução | 5 |
| Procedimentos teórico-metodológicos | 7 |
| 1. MODERNIDADE E CRISE MILITANTE | 11 |
| 1.1 O significado da crise militante | 12 |
| 1.2 A crise militante e ação das metamorfoses globais | 20 |
| 1.2.1 O desmoronamento dos mitos modernos | 21 |
| 1.2.2 A desterritorialização maquínica do capital | 23 |
| 1.2.3 A apologia neoliberal | 25 |
| 1.2.4 Consequências do neoliberalismo | 28 |
| 1.3. As incidências gerais sobre a militância | 32 |
| 2. PARADOXOS DA MICROPOLÍTICA MILITANTE | 35 |
| 2.1 A cristalização dos mitos militantes | 37 |
| 2.1.1 O mito do projeto guia | 38 |
| 2.1.2 O mito organizativo | 39 |
| 2.1.3 O mito do poder | 42 |
| 2.2. As misérias da vida cotidiana | 45 |
| 2.2.1 A falácia oca dos discursos | 46 |
| 2.2.2 Faça o que eu digo, não faça o que eu faço | 47 |
| 2.2.3 Corpo anão, cabeça balão | 49 |
| 2.2.4 O que fazer com o trabalho da minha vida | 51 |
| 2.2.5 A pressão agônica do tempo | 52 |
| 2.2.6 Mas o que é a luta companheiro | 54 |
| 2.3. Os processos esquizofrênicos da vida militante | 55 |
| 2.3.1 A combatividade militante | 55 |
| 2.3.2 O militante militonto | 57 |
| 2.3.3 A dinossaurização militante | 58 |
| 2.3.4 O desencanto militante | 59 |
| 3. A EMERGÊNCIA DE NOVOS PROCESSOS DE SINGULARIZAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO MILITANTE | 61 |
| 3.1 Guattari e a produção de subjetividade | 62 |
| 3.1.1 A composição maquínica do capital | 63 |
| 3.1.2 A subjetividade como matéria-prima | 66 |
| 3.1.3 O esquadramento da subjetividade | 67 |
| 3.1.4 A revolução micromolecular | 71 |
| 3.2 Novas frestas da singularização militante | 73 |
| 3.2.1 O repensar da práxis militante | 74 |
| 3.2.2 A construção de novos vetores de equilíbrio | 76 |
| 3.3 A construção de novas bandeiras de luta | 82 |
| 3.3.1 A cultura cidadã | 83 |

| | |
|--|-----|
| 3.3.2 O dever cidadão | 85 |
| 3.3.3 O ecletismo das práticas cidadãs | 87 |
| 3.4 O dever sintonizado da militância | 90 |
| Considerações Finais..... | 93 |
| Referências Bibliográficas | 101 |

INDICE DE SIGLAS

- ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais**
- ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural**
- CGT - Central Geral dos Trabalhadores**
- CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores**
- CMI - Capitalismo Mundial Integrado**
- CONCLAT - Conferência nacional das Classes Trabalhadoras**
- CUT - Central Única dos Trabalhadores**
- DETR - Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais**
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos**
- BIRD - Banco Inter-americano de Desenvolvimento Regional**
- ENCLAT - Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras**
- ENTOES - Encontros Nacional dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical**
- EUA - Estados Unidos da América**
- ESEF - Escola Sindical Eloy Ferreira da Silva**
- FETIESC - Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado de Santa Catarina**
- FMI - Fundo Monetário Internacional**
- FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**
- FS - Força Sindical**
- FSP - Folha de São Paulo**
- GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio**
- G7 - Grupo dos Sete Países mais Ricos do Mundo: Alemanha, Estados Unidos, Canadá, França, Japão, Inglaterra e Itália**
- ILDES - Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social**
- M S nº - Militante Sindical número 1, 2, 3...**
- MST - Movimento Sem Terra**
- NE - Estado do Nordeste**
- ONGs - Organizações Não-Governamentais**
- OMC - Organização Mundial do Comércio**
- PCB - Partido Comunista Brasileiro**
- PC do B - Partido Comunista do Brasil**
- PIB - Produto Interno Bruto**
- PNB - Produto Nacional Bruto**

PT - Partido dos Trabalhadores

PR - Estado do Paraná

SC - Estado de Santa Catarina

SEEB - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários

RS - Estado do Rio Grande do Sul

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

Que significado assume a “crise militante”, no contexto da realidade contemporânea? Em que aspectos a crise atinge os militantes sindicais combativos em seu modo de vida, trabalho, luta e comportamento social?

De que forma os militantes sindicais combativos estão respondendo à situação de crise e como estão conseguindo dar respostas às exigências da luta, respeitando as demais dimensões e necessidades da vida cotidiana (corpo, afeto, prazer, lazer etc)?

Hoje, mais do que nunca, penso ser muito difícil realizar uma abordagem universalizante e globalizante a respeito do que significa ser *militante*. Isto por dois motivos básicos: primeiro, por encontrar na realidade cotidiana uma multiplicidade de práticas e estilos militantes que, ao mesmo tempo, se inter cruzam e se diferenciam; segundo, por ser praticamente impossível descrever com precisão sua “plasticidade histórica”, ou seja, seu caráter dinâmico de ação e organização política.

Assim, conseguir elaborar e comparar esta multiplicidade de práticas, e poder delinear seus múltiplos contornos, seria uma tarefa de dimensão inusitada. Um desafio grandioso. (Imaginem só a quantidade de concepções que teríamos que pesquisar, observando a imensa variedade de práticas de militantes — xiitas, nacionalistas, comunistas, nazistas, socialistas, católicos, protestantes, de esquerda, direita ou de centro — distribuídos numa infinidade de contextos, com suas causas e formas específicas, com seus princípios e estilos diferenciados).

Seria uma tarefa sobremaneira estimulante, mas nada fácil para as possibilidades do espírito humano! Assim, mesmo sendo tentador e desafiante, este não pode ser (por ora) o objeto direto deste trabalho.

Neste contexto particular não cabe a multiplicidade de concepções e de estilos militantes (sem preconceito e desconsideração por qualquer um deles). Também não se persegue aqui a definição conceitual, pura e simples, do que seja um estilo de militância social, como por exemplo a militância política de esquerda no Brasil.

O que nos interessa, especificamente, é:

1º) conseguir descrever as principais razões que possam explicar a crise da militância sindical de esquerda (também denominada de militância sindical combativa ou autêntica), em atuação, principalmente, nos três Estados do Sul - PR, SC e RS);

2º) conseguir focar as principais transformações e/ou mutações ocorridas no interior dessa mesma práxis, fundamentalmente a partir da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do esgotamento histórico das experiências socializantes, no Leste Europeu;

3º) conseguir delinear alguns dos contornos que possibilitam agenciar novas formas de produção subjetiva, emergentes no cotidiano da práxis e da vida dos militantes sindicais de esquerda.

Portanto, não pretendo desenvolver nenhuma metanarrativa a respeito da práxis e da problemática militante; tampouco objetivo descrever suas nuances de caráter histórico-existencial.

Pelo contrário, desejo tão somente registrar alguns aspectos pertinentes à crise que atravessa a militância, provocando em seu interior perturbações, *ruídos*, mudanças e novos processos de subjetivação.

Assim, em que consiste a crise da militância sindical de esquerda em atuação nos três estados do sul do Brasil? Quais seriam suas razões histórico-conjunturais e que impactos estaria causando à práxis político-sindical dos militantes?

Estas razões encontram-se apenas no nível das *macro-transformações globais* ou também podem ser encontradas nos espaços da *micropolítica cotidiana*?

Em que esfera se localizam os possíveis desequilíbrios, desarmonias ou *ruidos* das formas militantes, na atualidade?

Como os militantes sindicais estão reagindo ou se adaptando às transformações ora em curso e que alterações estão sendo processadas internamente no nível dos sonhos, dos projetos e da prática militante?

Em meio a essa *crise militante*, é possível visualizar o tecimento de novas relações de singularidade e de subjetividade? Quais seriam estes novos tecimentos (indicadores) e como poderíamos confirmá-los?

Em caso de confirmação, poderíamos vislumbrar o surgimento de um *novo tipo* de militante sindical, portador de uma outra prática social? Quais seriam os elementos mediadores ou anunciadores desse novo tipo de militância? Por acaso seriam novas formas comportamentais, novos valores ou (novas) bandeiras de luta?

Estas são algumas das questões que, de uma forma ou de outra, sempre estiveram presentes em meu imaginário de militante social/sindical, instigando-me continuamente. Agora, mais do que nunca, pretendo tratá-las com todo carinho e respeito, na tentativa de poder contribuir com um processo de reflexão e ação militante.

Assim, partirei do pressuposto de que, nas últimas duas décadas, particularmente depois do início dos anos 90, aflorou um processo generalizado de crise¹ e refluxo² na práxis política e nas relações sociais da militância sindical combativa ou de esquerda no Brasil.

Mediante as transformações da realidade global, este processo (de crise e refluxo) alcançou uma dimensão tão elevada que provocou (e vem provocando) profundas modificações no contexto da vida militante, no conjunto de suas práticas, na estrutura dos sentimentos, nas formas de relacionamento, no exercício do poder e, fundamentalmente, nos seus "valores utópicos" (certeza absoluta de que em breve se construirá um outro projeto de sociedade — a utopia socialista).

Mas, a que se deve este fenômeno de crise e refluxo no contexto da realidade militante?

Parto da premissa de que crise e refluxo não são fruto apenas de um motivo ou de uma razão histórica. Ao contrário, postulo a idéia de que as razões de tal fenômeno são várias, englobando fatores globais e específicos, interdependentes.

Ou melhor, trata-se de uma crise multicentrada num conjunto de fatores que afetam as realidades econômicas, as formas de poder e de relação social, os modelos de vida e sensibilidade, enfim, as formas de semiotização e produção da subjetividade³ humana (macro e micromolecular).

¹ Crise no sentido de caracterizar processos de "instabilidade dinâmica", no tecimento cotidiano da práxis militante (cf. *O significado da crise militante*, Cap. 1.1).

² O processo de **refluxo** é entendido, aqui, como um movimento de interceptação histórica de certos tipos de práticas ou de certos estilos de militância. Assim, na década de 90, entraram em refluxo as formas de ação, organização e atuação da militância sindical combativa...

³ Na concepção de Felix Guattari, vivemos uma crise de todos os modos de semiotização do capital" (seja no nível das semióticas econômica-produtivas, seja no conjunto das semióticas do poder e de produção da

Para detalhar melhor a cadeia causal destes fatores e fenômenos, desenvolverei um processo de análise, organizado em três partes confluentes:

- na primeira parte, tratarei das principais transformações ou "metamorfoses globais", ora em curso (Cap. I);

- na segunda parte, abordarei os principais "paradoxos internos" (da práxis e da vida militante), chamando a atenção para as formas de cristalização dos mitos e dos processos esquizofrênicos da militância sindical (Cap. II);

- finalmente, na terceira parte, apontarei a emergência de novos processos de subjetivação e de singularização social (novas formas de atuação política e social; novas formas de comportamento; novas relações e tecimentos vivenciais etc - Cap. III).

Com isso, acredito poder teorizar alguns dos principais fenômenos presentes no interior da práxis militante (perturbações, crises, desnorreamentos, esquizofrenias, cristalizações etc) e, ao mesmo tempo, apontar para a emergência das novas formas de processualidade militante (novos territórios existenciais, novos agenciamentos de ruptura, de singularização, de ação e luta).

Portanto, este trabalho, objetiva tão somente circunscrever determinados territórios da realidade militante, na tentativa de compreender e elucidar certos fenômenos de natureza subjetiva.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Penso que está cada vez mais difícil sustentar a tese da *separação mecânica* entre conhecimento, ciência e interesse. Acredito ser praticamente impossível esta separação, visto que “o que é a ciência senão um conhecimento permeado de interesses e ideologias?”

Assim, parto da premissa de que *não existe quadro de referência teórico neutro, nem tampouco existe conhecimento sem interesse ou isento de ideologia*. Conhecimento e Ideologia, como Conhecimento e Interesse inter cruzam-se na trama das relações sociais. Tanto que

se não se pode separar ciência de ideologia, não se concebendo uma ciência neutra, também não se pode separar o conhecimento do interesse. O conhecimento é interessado, mas geralmente esse interesse é contraditório, isto é, permeado de conflitos que não permitem que seja totalmente coerente. Explicitar esse interesse é uma forma de questioná-lo e procurar torná-lo coerente. Por causa ainda dessa inserção do homem que conhece na realidade social, o conhecimento é um conhecimento social, que vai ser tributário do conhecimento coletivo, e é também por aí que o conhecimento é contraditório... (VALLE, 1986:25).

Neste sentido, a primeira *trama ideológica* a ser explicitada, na análise em questão, são os próprios interesses do autor. Quem é o autor que formula e analisa a questão da produção de subjetividade em espaços da militância sindical?

Desde 1980, atuo como educador e militante social, nos espaços comumente denominados Pastoral Social, Movimento Popular, Movimento Sindical, Organizações-Não-Governamentais e Agremiações Partidárias. Embora cada espaço se diferencie, fundamentalmente, por suas especificidades de natureza político-reivindicativas, tanto nuns quanto noutros desenvolvi práticas educativas.⁴

Nestes últimos dez anos, estive envolvido na programação, execução e coordenação de vários projetos de educação e assessoria de caráter sindical. Em cada um deles, posso afirmar, vivi momentos inesquecíveis. Momentos perpassados por uma multiplicidade de imagens transsignificantes e singulares que, em certos momentos, encharcaram-me de angústia e medo, mas que, em outros momentos, compartilharam surpresas sobremaneira agradáveis. Algo repleto de esperança.

⁴ Nos últimos dez anos, estive à frente de vários projetos e iniciativas de caráter político-educativas como:

1º) em ONGs, desenvolvi na ASSESOAR um projeto de Formação de Monitores Agrícolas (articulado à realidade de vida e trabalho de pequenos agricultores familiares, na região do sudoeste do Paraná - período de 1984 a 1988 - Cf. BUSSANELLO:1987.

2º) no Movimento Sindical, desenvolvi atividades formativas:

a) na ESCOLA SINDICAL ELOY FERREIRA - ESEF, destinada à capacitação de formadores e dirigentes sindicais do Sudeste - ES e MG - e do Nordeste - BA, SE, AL - período: 1988 a 1991;

b) na ESCOLA SUL DA CUT (hoje UNISOLI), onde coordenei um programa de produção de recursos humanos e pedagógicos e de formação de formadores sindicais - período: 1991 a 1994;

c) em PROJETOS ESPECÍFICOS de educação e assessoria, como: projeto de formação dos diretores sindicais e suas respectivas famílias, pelo Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais - D.E.T.R/PR - 1993; atividades formativas e de assessoria junto aos membros da direção técnico-política, na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis - 1993/94; projeto de "formação e cidadania", desenvolvido junto aos Delegados Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis - SEEB, 1994;

d) na ESCOLA SINDICAL DA FETIESC (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina), onde se encontra em franco desenvolvimento um programa de FORMAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS, iniciado em 1996 e projetado para até o ano 2.000.

Esperança prazeroza, espalhada numa porção de coisas boas, que muitas vezes nos esquecemos ou nos envergonhamos de relacionar como condição essencial de sobrevivência e satisfação humana. Como algo gratificante que valeu buscar construir.

Esperança ansiosa, ricocheteada por uma dose cavalari de angústia, tensão e medo, e que, em muitos momentos, bloqueava por completo a possibilidade de imaginar outros possíveis. Algo que insistentemente questionava a ousadia de quem desejasse inventar novos caminhos.

Esperança paciente, que também soube trabalhar e aguardar o tempo de cada processo singular. Que se emocionou com as surpresas e as múltiplas descobertas. Que em cada descoberta visualizou mil perspectivas. E que, nas tantas perspectivas, se defrontou com um universo de dúvidas e incertezas.

Porém, tal esperança, pouco a pouco, foi abrindo caminho por entre beiradas difíceis. Foi tecendo seus fios por entre silêncios, conflitos e dores. Discretamente, foi colhendo alegrias e prazeres. Mais que isso, foi delineando sua pulsão desejante, num verdadeiro conspirar coletivo.

Sim, foi neste pulsar desejante que cada relação foi se tecendo, pela memória e afeto dos sujeitos participantes. Foi em meio aos intervalos e vazios e prestando atenção às pequenas coisas e banalidades, que os caminhos foram sendo desenhados. E foi lá no fundo, onde o pouco era tudo e o tudo era quase nada, que se demarcou, repentinamente, a tênue esperança de se acreditar na vida.

Hoje, este acreditar na vida significa trazer à tona (e à lembrança) três coisas importantes:

1ª) a **dramaticidade ambulante**, vivida e sentida por muitos daqueles sujeitos dos processos educativos (que ora denomino militantes sindicais combativos);

2ª) certos **aspectos de caráter ambíguo, conflitivo e contraditório (paradoxal)**, presentes na realidade de vida e trabalho de alguns destes militantes;

3ª) determinados aspectos relativos à **emergência de novos agenciamentos micropolíticos e singulares**, responsáveis pela re-orientação de concepções e práticas no interior da vida militante.

Para conseguir tal intento, lançarei mão de um conjunto de informações registradas, compiladas e pesquisadas durante um período de aproximadamente oito anos de atuação enquanto educador e militante social.

Neste período, consegui organizar e estruturar dados quantitativos e qualitativos, como:

a) observações e reflexões acerca de noventa cursos de formação e capacitação de militantes sindicais (com duração média de 25 horas/cada, sempre na função de monitor, coordenador ou coadjuvante de tais processos);

b) cerca de cento e trinta registros (com falas, depoimentos, entrevistas, e reflexões), todas direcionadas e relacionadas às questões da realidade militante (posicionamentos com relação aos fenômenos das *crises*, problemas, críticas, questionamentos, erros, acertos, desavenças, oportunismos, ética, democracia, autoritarismos, política etc).

Ainda como referência de pesquisa, me utilizarei de uma série de dados registrados como: os “papo-cabeça”, as “expressões informais”, as “falas descomprometidas”, as “narrações exóticas” (todas frutos do trabalho e da convivência junto à realidade militante e seu mundo vivido).

O desafio, consiste na tarefa de vasculhar e organizar (sistematizar/elaborar) o conjunto de expressões, falas e explicitações que revelam, de múltiplas formas, certos contornos que envolve a problemática da realidade militante.

Por sua vez, o **referencial teórico** utilizado tem como função básica a preocupação de desvelar alguns dos aspectos circundantes à realidade militante, bem como conectá-los a um contexto mais amplo de análise.

Além do mais, o quadro de referência teórica colabora para explicitar e confrontar, conceitualmente, a problematização do objeto pesquisado com a prática social do próprio pesquisador.

Ou seja, o objeto de pesquisa é resultado da aproximação e do confronto entre a prática social do pesquisador, de seu posicionamento pessoal e fundamentalmente, de seu compromisso para com a trama de relações dos sujeitos pesquisados.

Aliás, o próprio autor, não deixa de ser um *sujeito pesquisado* pelo desenvolvimento prático (performance) da própria pesquisa.

Uma outra questão, é aquela que permite redefinir melhor **quem são os sujeitos pesquisados**. Ou seja, quem realmente são os objetos-sujeitos da problemática pesquisada.

Assim, quando falo em problematizar e desvelar a produção da subjetividade em espaços da militância sindical, estou me referindo àqueles militantes que atuam, de uma forma ou de outra, em organizações sindicais. Que cotidianamente realizam múltiplas atividades de caráter político-educativo, reivindicativo-assistencial e mobilizativo-organizacional, no interior do movimento sindical (de esquerda, combativo, ativista etc). Que acreditavam — e muitos ainda acreditam — num processo de transformação global das relações sócio-econômica-produtivas, no sistema capitalista.

Portanto, trata-se de uma gama de militantes sindicais, espalhados e inseridos em entidades de cunho sindical (principalmente nos três Estados do Sul - PR, SC e RS).

Neste sentido, minha perspectiva de análise vai no esforço de *caracterizar aspectos da realidade de vida e trabalho* de militantes inseridos na esfera de atuação sindical. Tal procedimento também objetiva explicitar *elementos paradoxais e contraditórios desse tipo de atuação* sindical.

Em síntese, pretendo trafegar por dentro dos *novos agenciamentos coletivos produzidos no cotidiano da singularidade militante* (tomando como referência básica os militantes participantes das modalidades educativas, acima mencionadas, e outros que foram inseridos pelas necessidades do trabalho desenvolvido).

Por último, quero salientar o **compromisso ético** do pesquisador para com os sujeitos pesquisados. Ou seja, nenhum sujeito pesquisado, terá seu nome revelado ou citado publicamente. Pelo contrário, todas as falas, expressões, depoimentos ou citações que dizem respeito à problemática militante obedecerão a uma estrutura de referência numérica (de 1 a 100). Com isso, pretendo evitar qualquer tipo de mal entendido ou de “revelação inoportuna” (no sentido de precaver-se contra qualquer utilização indevida por parte de quem quer que seja, dentro ou fora do movimento sindical).

Assim, reservo-me tão somente, a liberdade e o direito de explorar, ao máximo, o conteúdo extraído dos depoimentos dos múltiplos sujeitos pesquisados.

I - MODERNIDADE E CRISE MILITANTE

1.1. O SIGNIFICADO DA CRISE MILITANTE

A década de 80 foi marcada pelo surgimento de um novo tipo de prática sindical — a do *Novo Sindicalismo* — e, junto com ele, a emergência do militante sindical combativo (também denominado de *militante autêntico*).

A insurgência daquele tipo sindicalismo deveu-se a basicamente três fatores conjunturais:

1ª) ao alto grau de repressão militar e de exclusão social imposta ao conjunto da classe trabalhadora, especialmente às organizações e instituições da sociedade civil (Sindicatos, Igrejas, Associações, ONGs, Partidos, Movimentos Sociais e Populares), a partir do Golpe Militar de 1964.

Os primeiros dez anos da ditadura militar foram, sem dúvida, os anos em que venceu o autoritarismo e a restrições à liberdade (reprimindo manifestações, controlando informações — principalmente na imprensa, cultura e educação — e represando toda e qualquer forma de reivindicação social).

Porém, chegou um momento em que esta estratégia (de repressão, intimidação e controle) não deu mais conta de conter e ludibriar as múltiplas reivindicações e manifestações contra as precárias condições de vida (problemas de arrocho salarial, recessão, saúde, educação, moradia, transporte, terra) e desejo inadiável por liberdade e democracia.

Assim, durante toda a década de 70, mesmo sob o manto da *repressão vigilante*, setores da sociedade civil conseguiram imprimir sua marca em processos de resistência e de luta social.

As formas de resistência eram as mais variadas possíveis e vieram à tona, principalmente, nas grandes cidades como: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife.

Assim, ora os trabalhadores realizavam um processo de sabotagem na produção, ora uma operação tartaruga; ora incendiavam trens e quebravam ônibus, ora saqueavam armazéns e supermercados; ora realizavam abaixo-assinados, ora saíam em passeata silenciosa pelas ruas.

Enfim, mesmo na ditadura militar, organizações e segmentos da sociedade civil não deixaram de se manifestar e lutar pela melhoria das condições de vida, trabalho e democracia⁵;

2ª) ao alto grau de controle e manobra do Estado, do poder e dos investimentos públicos. Ou seja, a ideologia desenvolvimentista, pregada pela ditadura militar, era a de que o Brasil, enquanto *país potência* teria condições de efetuar um *projeto de desenvolvimento industrial moderno* (tanto no campo, quanto na cidade), capaz de fazer inveja a qualquer país desenvolvido do primeiro mundo.

Assim, entre 1969 e 1974, o regime militar obteve o seu maior sucesso na economia, atingindo uma média de crescimento do PIB em torno de 11,2% (período também chamado de *milagre econômico*).

Neste sentido, a todo custo, a ditadura militar buscava se legitimar no poder, ora apresentando índices positivos de crescimento econômico, ora falsificando índices inflacionários (como aquele adotado pelo ministro Delfim Neto em 1972, que era de 17,4% e foi publicado como sendo de 15,7%, provocando um aumento do arrocho salarial).

⁵. O trabalho desenvolvido por SANDRI:1990 apresenta uma abordagem muito interessante a respeito das principais consequências da ditadura militar sobre os trabalhadores e a sociedade civil.

Com a adoção de uma política desenvolvimentista conservadora, o regime militar, optava claramente:

a) pelo investimento maciço em *grandes projetos faraônicos*, como: Transamazônica, Itaipú, Carajás, Angra dos Reis etc (endividando ainda mais o Estado brasileiro)⁶;

b) por *abrir as portas para todo tipo de investimento do capital estrangeiro multinacional* (com anistia fiscal às empresas estrangeiras, dando garantia a seus investimentos, e com legislação que facilitava a remessa de lucros para o exterior);

c) pelo *corte de subsídios e incentivos às empresas brasileiras*, principalmente as estatais (onde os programas de reestruturação e reenquadramento objetivavam, tão somente, a lucratividade e a contenção das despesas públicas);

d) pelo *controle rígido, legalista e autoritário de todos os movimentos da sociedade civil*, em especial do movimento sindical. Só no movimento sindical, o regime militar efetuou cerca de 383 intervenções em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações. Centenas de líderes e dirigentes sindicais foram duramente perseguidos e torturados, sendo que muitos destes foram brutalmente assassinados pela repressão. Além do mais, muitos mandatos de dirigentes foram cassados e várias entidades sindicais tiveram suas portas fechadas pelas forças da repressão.

O regime militar pôs fim à estabilidade no emprego, impondo em seu lugar o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), contribuindo para o barateamento e a rotatividade da mão de obra trabalhadora. Assim, era proibido o direito de greve, a livre negociação e a organização sindical. A reconquista destas condições e direitos só foi possível por intermédio de muitas brigas, lutas, confrontos, prisões e perseguições contra os trabalhadores e suas lideranças;

3ª) ao *alto grau de complacência, conivência e subserviência de organizações e lideranças sindicais que comandavam o movimento no período ditatorial*. As principais organizações e lideranças sindicais tinham sido: ou banidas, ou cooptadas ou corrompidas pelo projeto da ditadura militar.

Neste sentido, a luta pela redemocratização da sociedade brasileira também passava pela luta democrática nas relações sindicais e pelo desafio de inaugurar a construção política de um outro patamar de ação e organização sindical.

Por isso, na luta contra as práticas coniventes e subservientes (de ação, estruturação e organização sindical) a palavra de ordem era: "fora o sindicalismo vendido e corrupto" e "abaixo seus dirigentes pelegos".

Foi pela emergência deste *espírito de luta* que novos personagens entraram em cena na conjuntura político-sindical.

Falo do aparecimento de novos ativistas sindicais, também denominados de sindicalistas autênticos ou combativos.

Para os sindicalistas, ser autênticos e combativos (ainda que nascidos sob a *guarda* do regime militar) significava operar uma prática sindical em dois níveis de atuação:

⁶ Segundo levantamento feito pelo DIEESE, o valor da dívida externa brasileira saltou de 3,2 bilhões/dólares em 1963, para cerca de 100 bilhões de dólares em 1984 (em virtude do investimento maciço em mega-projetos desenvolvimentistas e de uma política financeira subordinada aos ditames das relações e instituições internacionais). Calcula-se que, nas últimas duas décadas, o Brasil tenha remetido para o exterior (sob forma de juros, amortizações e novos empréstimos) em torno de 15 a 20 bilhões de dólares por ano. É difícil algum país se desenvolver política e economicamente subordinando-se aos ditames desta lógica de expropriação financeira.

- primeiro, na perspectiva de constituir um movimento sindical de massa, varrendo da cena política os “senhores da ordem” e seus “comparsas subservientes” (sindicalistas burocratas, pelegos, vendidos etc);

- segundo, buscando construir, na prática, um novo modelo de organização sindical, capaz de se contrapor à ordem dominante e guiado por princípios de natureza democrática, autônoma, representativa, de base e de classe).

É, portanto, sob este prisma que emerge, no contexto da realidade brasileira *o novo sindicalismo*, protagonizado por uma legião de *novos atores* — **os sindicalistas combativos ou autênticos**.

Esses sindicalistas trouxeram, sob seu signo, uma imensa bagagem de lutas e formas de resistência que demarcaram um jeito específico e próprio de ser, de falar, de contestar e de lutar (contra os ditames da ordem estabelecida).

Neste sentido, ser sindicalista combativo ou autêntico, transformou-se em *marca registrada* de inúmeros dirigentes, assessores e trabalhadores que se opunham ao autoritarismo militar e patronal e, ao mesmo tempo, à prática de um sindicalismo colaboracionista e subserviente (proveniente das constantes intervenções governamentais e empresariais ao longo da história brasileira).

Tais personagens buscaram alicerçar suas práticas num conjunto de princípios de caráter *doutrinário-participativo*. Ou melhor, por um lado, os novos personagens sindicais emergiram enquanto *lideranças representativas*, respaldados por lutas implacáveis e movimentos de massa (revelando uma força indiscutível e um conteúdo democrático).

Por outro lado, esses mesmos atores procuraram embasar e *iluminar* sua intervenção político-sindical num conjunto de teorias e doutrinas de cunho revolucionário — marxista-leninista.

Devemos destacar que, muito embora este tipo de sindicalismo tenha sido precursor de múltiplas formas de luta e organização sindical (de caráter massiva, coletiva e de confronto com a ditadura militar), seus *ideólogos ativistas* foram influenciados por uma interpretação mecanicista e dogmática dos fenômenos da realidade sócio-econômica-sindical.

Ou seja, a chave teórica que iluminava a compreensão dos problemas e dos fenômenos sindicais assentava-se na concepção vanguardista da *teoria revolucionária* de interpretação e transformação social.

Esta leitura mecanicista dos fatos, fenômenos e processos fica muito nítida quando observamos, por exemplo, os principais módulos de educação e formação sindical, desenvolvidos por Agências Não Governamentais (ligadas ao movimento sindical) e Escolas Sindicais, ao longo da década de oitenta.

Se olharmos com maior atenção, veremos que os programas e as atividades educativas, desenvolvidas neste período (programas, cursos, seminários, oficinas, congressos, debates etc), foram marcadas por uma abordagem dogmática de transformação (“sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”), muito vinculada à tradição clássica da escola marxista-leninista.

Para ilustrar o que estamos salientando, citaremos alguns módulos educativos ou certas temáticas desenvolvidas por algumas agências, escolas e entidades sindicais, no período de 1985 a 1990, tais como:

a) atividades educativas sobre a *História do Sindicalismo*.

Nestas atividades estudava-se basicamente: o surgimento do sindicalismo internacional e suas diversas variantes e tendências (Socialismo Utópico, Blanquismo, Cartismo, Proudhonismo, Anarquismo, Trade-Unionismo, Marxismo-Leninismo, Trotskismo, Fascismo, Revisionismo, Social-Democratismo); elementos da história do sindicalismo

brasileiro (formas de organização e principais tendências, estrutura sindical, ação estatal, governamental e patronal); as bases originárias do sindicalismo brasileiro e suas principais concepções (socialistas, anarquistas, comunistas, governistas); a consolidação da concepção e estrutura sindical brasileira (sistema piramidal de organização sindical, atrelamento estatal e governamental, a ideologia do colaboracionismo e corporativismo); as principais centrais mundiais e brasileiras; principais características da história política do Brasil: período colonial, imperial e republicano; principais características do desenvolvimento sócio-produtivo do Brasil (base produtiva, características do processo de desenvolvimento e industrialização); papel do Estado e das Classes Sociais. Analisava-se, também, a função e o limite de atuação dos sindicatos e a sua relação com os partidos políticos.

b) atividades educativas sobre *Economia Política e História dos Modos de Produção* (em alguns lugares também chamado de *Funcionamento da sociedade*). Neste módulo, estudavam-se os modos de produção Escravista, Feudalista, Capitalista e Socialista. Analisava-se a origem da riqueza e da exploração humana na sociedade capitalista. Os mecanismos de extração da mais-valia e do lucro; a questão do trabalho assalariado; a fetichização da mercadoria e do trabalho humano; a teoria do valor e da multiplicação do capital; e o surgimento do proletariado enquanto classe explorada e com potencial revolucionário; as principais crises e contradições do sistema capitalista (a questão de superprodução e de concentração de renda; desenvolvimento da riqueza e o aumento da miséria e do desemprego). Noções de *tática e estratégia*, de *como tomar o poder*, de *formação de quadros dirigentes* (vanguarda) e de *organização da massa*, compunham o quadro analítico das atividades formativas, neste módulo.

c) atividades educativas sobre a *História das Revoluções Sociais*, no mundo e na América Latina. Este módulo objetivava dar um panorama da *vocação revolucionária* dos trabalhadores no mundo e no contexto de cada realidade específica. Em nível mundial, analisava-se a importância da Revolução de Outubro (1917), enquanto marco diferencial entre capitalismo e comunismo. Em nível de América Latina, estudavam-se, fundamentalmente, as revoluções camponesas, ocorridas no México (1910), El Salvador (1932), Guatemala (1944 - 54), Bolívia (1952), Cuba (1959), Nicarágua (1979). Neste campo de análise, as questões de estratégia e tática eram estudadas com maior profundidade teórica.

d) atividades educativas sobre a *formação das classes sociais*. Nesta esfera, desenvolviam-se análises, buscando caracterizar a divisão da sociedade em classes (antagônicas e desiguais), buscando-se *descobrir* a mola propulsora da luta de classes e da *tomada de consciência* por parte das massas. Neste sentido, buscava-se: conhecer a estrutura das diferentes classes sociais; quais eram seus interesses objetivos e subjetivos, imediatos e históricos, conscientes ou inconscientes; quais eram seus aliados ou oponentes (estratégicos e conjunturais).

Ainda poderíamos elencar uma série de outras atividades ou módulos educativos desenvolvidos nas atividades formativas de sindicalistas combativos e autênticos, na década de 80 (principalmente aquelas relacionadas às questões metodológicas, à construção da democracia, à participação do movimento sindical nos processos de natureza política etc). Porém, acredito que o quadro acima já nos dá uma amostra bem clara do teor ideológico e teoricista dos conteúdos formativos, dinamizados nas práticas educativas.

Assim, este conjunto de elementos de caráter formativo, nos possibilita perceber:

a) a predominância de uma *tendência teoricista e dogmática*, na orientação prática e ideológica da formação sindical.

Neste sentido, acreditava-se que a fonte da *teoria revolucionária* e do *conhecimento científico* acumulado proporcionariam condições de capacitar os quadros dirigentes (vanguarda militante) e de ganhar a consciência do povo (massas desorganizadas);

b) a *tendência ideológica e genérica dos conteúdos e processos formativos desenvolvidos*. Ou seja, a formação dos dirigentes militantes e a relação destes para com as *massas desorganizadas* teleguiava-se pelo fetichismo ideológico das teorias e programas visionários de transformação social.

Assim, ter consciência ideológica era lutar até à morte pela causa da revolução. Nada de reforma, revisionismo ou movimento reivindicativo. Pelo contrário, fazia-se questão de afirmar que a teoria revolucionária assentava-se em bases científicas e clarividentes e não em outros paradigmas como por exemplo: a concepção relacional dos fatos e acontecimentos sociais; a visão de dinamicidade criativa na análise da realidade e das forças sociais em movimento; a percepção intuitiva e inventiva dos fenômenos da vida cotidiana. Certos teóricos iluminados, chegavam ao ponto de afirmar que "a ideologia socialista brotava da ciência e não de movimentos reivindicatórios".

A predominância hegemônica de tal concepção excluiu das práticas formativas (e da postura dos militantes) as *leituras oxigenantes* (flexíveis, coletivas e abertas) dos processos de análise e problematização da realidade social. Ou seja, tal concepção dinamizou a visão de que existe, num determinado lugar, numa determinada fonte, um manancial teórico completo, capaz de orientar as práticas e de dizer o que é preciso fazer, no cotidiano do movimento sindical (e também na vida cotidiana de seus representantes).

Ora, que resultados este tipo de prática e concepção sindical alcançou, no conturbado período da década de oitenta?

É muito difícil conseguir estabelecer um balanço analítico dos resultados concretos produzidos por tal movimento. Mas é inegável a sua contribuição histórico-social (reconhecida até mesmo pelos seus adversários mais ferrenhos). Sinteticamente, arrisco-me a dizer que a prática denominada *novo sindicalismo* ou *sindicalismo combativo* contribuiu sobremaneira para:

1º) dilatar as paredes da repressão e do autoritarismo institucionalizado na vida política brasileira. A palavra de ordem era: "lutar contra o capitalismo e a ditadura militar".

Neste sentido, juntando-se ao movimento pela abertura, pelo retorno dos exilados políticos, pelas diretas-já, a prática sistemática de imprimir oposições tanto no interior dos sindicatos, quanto em qualquer outra esfera de atuação social, contribuiu para resgatar e trazer de volta a força da *sensibilidade democrática*, no contexto da sociedade brasileira.

As greves, que se alastraram, seja de *forma silenciosa*, seja de maneira aberta, denunciaram a falência do projeto econômico e político das classes dominantes.

Pouco a pouco, muitos setores da sociedade civil (Igrejas, Universidades, Classes Médias, Sindicatos) partiram para o confronto, exigindo liberdade de expressão, de organização, fim da censura, anistia política, nova constituição, eleições livres etc, numa verdadeira avalanche de ofensivas pela redemocratização do país;

2º) ajudar a perceber a emergência de novos movimentos e segmentos da sociedade civil (até então repelidos e marginalizados pelas classes dirigentes).

Dentre estes movimentos podemos citar: o Movimento Contra a Carestia e o Aumento do Custo de Vida; o Movimento dos Assalariados Rurais (da cana, cacau e laranja - Ne); no sul surge o Movimento Contra a Construção de Barragens (que impulsiona de sobremaneira a organização do Movimento dos Sem Terra (MST); os Encontros Nacionais dos Trabalhadores em Oposição a Estrutura Sindical oficial (ENTOES); a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS); os Encontros e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLATs e CONCLAT), desembocando na estruturação de centrais sindicais, como: a Central Única dos Trabalhadores - CUT (que aglutinou em seu interior uma legião de *sindicalistas autênticos*, provenientes das oposições sindicais e de certas

agremiações da esquerda trotskista e dissidências do PCB e do PC do B), a Central Geral dos Trabalhadores - CGT (que aglutinou setores do sindicalismo defensores da estrutura sindical oficial ou com uma concepção reformista, economicista e legalista); no sul do Brasil, ganhou força o Movimento dos Pequenos Agricultores Rurais (com lutas específicas por melhores preços dos produtos agrícolas e por crédito e financiamentos); e por fim, no rol das inovações representativas, ocorre a fundação do Partido dos Trabalhadores - PT (congregando politicamente amplos setores e segmentos da sociedade civil brasileira);

3º) multiplicar a existência de novos militantes e lideranças sindicais com um perfil de resistência combativa e de prática mais democrática e participativa.

A discussão política provocada pelas diferentes formas de atuação sindical levou a um amplo e profundo questionamento sobre a prática e a concepção dos principais dirigentes sindicais do país.

Assim, o protótipo de sindicalista autêntico era aquele que combatia destemidamente o modelo sócio-econômico-político vigente, sem se deixar corromper. Dentro dessa concepção, *quem era pelego* tinha que ser varrido de dentro da esfera sindical. Pois *combatividade e autenticidade* não combinavam com *reformismo e corporativismo* legalista.

Foi nesse contexto que surgiram e se projetaram as principais lideranças de massa do novo sindicalismo. Personalidades como Lula, Meneguelli e Vicentinho (dentre outros), emergiram como lideranças de destaque, no seio do movimento sindical combativo (inclusive se projetando em outras esferas de atuação política).

Isso ilustra o significado e a contribuição histórico-política que prestou o modelo de atuação sindical combativo, nos anos 80. Esse movimento trouxe uma contribuição valiosa, tanto no sentido de colaborar para o avanço de algumas mudanças no contexto da vida brasileira (principalmente com relação à redemocratização do Estado e das relações sociais), quanto no sentido de empunhar novas bandeiras de luta, no interior do próprio movimento sindical (como a liberdade e a autonomia sindical, a negociação coletiva, a luta por melhores salários e condições de trabalho, a representação no local de trabalho, a autosustentação financeira e a vontade democrática de construir uma nova estrutura sindical etc).

Entretanto, a história do sindicalismo combativo e de seus militantes não se esgota aí. Na esteira de sua processualidade histórico-social, o sindicalismo combativo, bem como a práxis de seus militantes, vem sofrendo duras críticas e profundas modificações.

Ou melhor, *a lógica interna do sindicalismo combativo e a micro-práxis de seus militantes-dirigentes está passando por uma crise de dimensão utópica, política e subjetiva.*

Uma crise vinculada ao esgotamento do modelo de sindicalismo combativo e de seus agentes dinamizadores (militantes) sendo que, nos últimos tempos, tal fenômeno *alcançou uma dimensão tão complexa e um ritmo tão acelerado que vem modificando o conjunto das práticas políticas da militância, a estrutura do sentimento, as formas de relacionamento humano, o exercício do poder e, fundamentalmente, a crença na construção de um projeto utópico de sociedade.*

Entretanto, como explicar esse processo de crise e de esgotamento das práticas do sindicalismo combativo e de seus sujeitos dinamizadores, frente a um mundo que lhe é adverso? Que impactos esses fenômenos estão provocando na realidade da militância combativa?

Neste determinado instante, em que o mundo busca se consolidar enquanto uma *aldeia global*, a militância vive momentos dramáticos, em suas relações e em sua natureza.

Parto do pressuposto de que aquele modelo de militância aguerrida, combativa, ativista e pragmática vem passando por profundas alterações no que diz respeito aos

referenciais teórico-ideológicos, às bandeiras de luta e às práticas cotidianas de desenvolvimento e organização sindical.

Em outras palavras, aquele padrão de militância centrado na postura combativa e na conduta ativista entrou em colapso e esgotamento, a partir dos anos 90, revelando profundas *fraturas* e *desnortamentos*, tanto na dimensão molar quanto na esfera micro-molecular.

Isso significa dizer que a militância vive, hoje, tempos de turbulência no maremoto da crise global.

Mais que isso, a crise vem gerando uma espécie de pane no *equipamento sensível* da militância, instalando uma verdadeira turbulência nas formas comportamentais, nos territórios existenciais e nos procedimentos políticos que historicamente têm respaldado as ações militantes.

Assim, entraram em ebulição as formas instituídas do trabalho militante, bem como os seus procedimentos normativos (dedicação exclusiva, disciplina, organização etc), que até então eram motivos de muito orgulho e diferenciação entre os próprios militantes.

*Ideais de transformação social (utopias), métodos de direção e trabalho, formas organizativas e mobilizativas, procedimentos políticos e prática de exercício do poder passaram a ser duramente questionados, tanto pela ofensiva do capitalismo mundial (e recentemente pela ideologia neoliberal), quanto pela emergência de determinados paradoxos e certos processos de resistência das margens — que ora denominamos de "militância marginal"*⁷.

Diante disso, constata-se que o núcleo da *militância oficial* vem sofrendo um duplo desgaste: por um lado, aquele vinculado ao desgaste dos projetos utópicos (diariamente bombardeados pela ofensiva neoliberalizante) e, por outro lado, aquele relacionado às contradições da micropolítica cotidiana e da crítica proveniente das margens da própria militância.

A emergência desse processo de resistência das margens deve-se, basicamente, à situação de esgotamento e crise das formas históricas de atuação militante.

Trata-se de um movimento crítico contra as formas clássicas de militância; contra as leituras mecanicistas e as interpretações dogmáticas da realidade; contra as formas centralizadas de direção e organização sindical; contra as formas autoritárias de trabalho e de relacionamento interno.

Com isso, podemos afirmar, também, que a crise militante é proveniente da forma como os militantes têm se relacionado entre si; exercido o poder e a democracia interna; concebido a vida e o trabalho cotidiano; enfim, como têm produzido cotidianamente os dispositivos de sua subjetividade e singularidade militante.

No mesmo instante em que a causa militante afirmava seus *princípios revolucionários* de transformação da ordem estabelecida e de construção de uma outra ordem (socialista e igualitária), também negava para si mesma a vivência cotidiana desses mesmos princípios.

Ao mesmo tempo que apregoava o universalismo democrático, exercia o centralismo; ao mesmo tempo que defendia a construção de uma sociedade formada por sujeitos livres e autônomos, criava indivíduos submissos e sem criatividade; ao mesmo tempo que propunha

7. Por "*militância marginal*", entendemos aquele "movimento transversal" de novos militantes que emerge paralelamente ao *stablishment* das formas oficiais de militância (hierarquias, chefias, normatizadores etc) e que, geralmente, são desconsiderados politicamente ou relegados a um segundo plano. Normalmente, a militância marginal é excluída de participar ativa e diretamente dos espaços políticos oficiais mas, paradoxalmente, é ela, com sua "rebeldia marginal", a protagonista de novas práticas e novos processos de mudanças (oxigenando e alterando constantemente o conteúdo das práticas sociais e sindicais no interior da própria militância).

uma sociedade formada por seres humanos sensíveis, multiplicava em seu meio, “*ativistas militontos*”, marcados por feições endurecidas.

Na mesma medida em que pregava processos de renovação política, produzia em seu seio *processos de dinossaurização*. Enfim, exigia-se ética e moralidade no tratamento da *coisa pública*, mas negava-se a tal procedimento no interior da própria casa (*mundo privado*).

Sabe-se, hoje, que o afloramento destas contradições e paradoxos revelou *detalhes* sobre a realidade militante, que até então eram proibidos e desconsiderados enquanto *objetos de análise* na construção de um projeto societário.

Sabe-se, também, que aquelas iniciativas, ou mesmo aqueles militantes, que se propunham à análise de tais detalhes, eram taxados de *desviantes* ou de *pequeno-burgueses*.

Assim, certos militantes até reconheciam que os *ruidos*, as *crises* e as *tensões* internas eram fenômenos prejudiciais à causa, mas achavam que não chegavam a representar um perigo real para o desenvolvimento histórico do projeto.

Quem realmente insistisse na opção de resolvê-los era acusado de “estar procurando chifre em cabeça de cavalo” (pois não estava se preocupando com as *tarefas principais* da luta). Com isso, criava-se um processo de *persuasão desestimulante* contra aqueles que insistissem no *tratamento terapêutico* de tais fenômenos.

Se, porventura, o processo persuasivo não surtisse efeito proibitivo, entrava em ação o poder das máquinas burocráticas, com seus mecanismos, na tentativa de sufocar e inibir tais *elementos tensionais*. (Também pudera, se tais elementos viessem à tona, poderiam comprometer os *revolucionários de plantão*, revelando suas falhas e fraquezas, perante seus inimigos).

Para alguns, isso significaria expor-se demais ao jogo da direita. Daí ser importante criar uma *cultura de silêncio consentido* para impedir que tais fenômenos contraditórios fossem explicitados.

Assim, parece que a crise que ronda a prática do sindicalismo combativo e a realidade de seus militantes é, por um lado, expressão das turbulências da vida moderna, relacionadas com a factualidade das **macro-transformações globais** (múltiplos fatores relacionados ao furor da vida moderna como: globalização, as transformações no mundo do trabalho, a queda das utopias, a ação da ideologia neoliberal etc - cap. I).

Por um outro lado, é, também, relacionada aos paradoxos e contradições desenvolvidas no interior da **micro-praxis militante** (múltiplos fatores de caráter micropolítico e micro-cotidiano, como por exemplo: o descuido para com os *pequenos tecimentos* da vida cotidiana, com as formas de relacionamento interno, com a dinâmica intensiva de militância, com o exercício do poder e as estratégias político-organizativas, enfim, com o tratamento inadequado dos *ruidos* e processos de subjetivação humana, etc - capítulo II e III).

Antes de tudo, no entanto, é fundamental salientar e clarificar o significado da **crise militante**. Assim, quando falamos de crise militante, não estamos nos referindo, apenas, ao caráter turbulento e desagregador da prática sindical combativa e de seus agentes dinamizadores (como um fenômeno negativo, pejorativo ou prejudicial).

Pelo contrário, a noção de crise se associa a um *movimento produtivo* de reestruturação e redefinição das formas comportamentais e das práticas dos militantes sindicais combativos.

Em síntese, a crise está vinculada ao esgotamento de antigas práticas sindicais (que foram hegemônicas na década de 80, mas que caducaram na virada dos anos 90), e à emergência ou propulsão de novas evoluções subjetivas e singulares, no contexto da vida militante.

Por isso mesmo, a utilização do termo crise não significa aqui um juízo de valor (se ela é boa ou má, positiva ou negativa) mas, fundamentalmente, a tentativa de tratá-la como algo dinâmico e inerente às formas de vida e de ação militante. Algo parecido com a concepção do prospector de horizontes, Jacques ATTALI quando diz que

(...) O que se chama comumente de crise é o estado permanente de toda a realidade: uma forma está sempre em tensão na direção de um ideal, em realização ou em destruição. A "não-crise" é um movimento extraordinariamente fugaz, uma utopia volátil entre dois períodos de crise, de reescritura do texto da história do mundo.

O que leva a pensar que, contrariamente ao que em geral se difunde, a crise, a desordem não são exceções, mas o estado natural das coisas; ou seja, que a ordem, a não-crise, é algo singular (ATTALI,1993:175).

Dessa forma, o que se estaria buscando com a denominação *crise* é o rastreamento de sintomas e fenômenos intrínsecos à realidade dinâmica das formas militantes (dentro do movimento sindical combativo).

Num primeiro momento, trata-se de relacionar a incidência das macro-transformações globais (com seus impactos diretos e específicos).

Em seguida exige-se o trabalho de rastreamento das trilhas, em busca dos principais paradoxos e/ou contradições produzidas no interior da vida e da práxis militante (tentando captar seus *ruidos*, conflitos, processualidade, esquizofrenias, mutilações etc).

Finalmente, trata-se de apontar a emergência de *novos movimentos* de subjetivação e singularização militante (*novos devires* e *atravessamentos*, outras formas de atuação e desenvolvimento social).

1.2 A CRISE MILITANTE E AÇÃO DAS METAMORFOSES GLOBAIS

Que problemas e desafios afetam a humanidade, na virada do século XX, e como influenciam a dinâmica de vida, trabalho e comportamento social dos militantes sindicais combativos?

Quando se iniciou o século XX, vivia-se um tempo de expectativa e esperança com relação aos benefícios que a humanidade teria a seu dispor, principalmente no tocante às grandes descobertas ocorridas no campo das ciências físicas, biológicas e humanas.

Acreditava-se que a humanidade caminhava, inexoravelmente, rumo ao progresso científico e social, numa escalada crescente de realização e satisfação social. Para a socióloga Maria SOARES, tudo indicava que,

a utopia iluminista de uma humanidade integrada por homens racionais, livres da miséria, do obscurantismo e da opressão dos poderosos e com iguais direitos à felicidade e à participação na construção da sociedade futura, parecia possível de realizar (SOARES,1993:105).

Entretanto, a crença nesta utopia ou, mais precisamente, neste modelo ocidental de emancipação humana (fundado na potência iluminista da razão, na objetividade científica e na propulsão da ciência e do trabalho, como alavancas do progresso histórico e social, que seduziu e continua seduzindo boa parte da humanidade), vem revelando rachaduras por todos os lados.

Estas fissuras estão afetando os seres humanos em todos os quadrantes do planeta. Na verdade, o que se questiona é por que este projeto de salvação humana (tão propalado pela genialidade intelectual e política) ainda não foi capaz de produzir resultados benéficos e positivos para o conjunto da humanidade?!

Hoje certos resultados da ‘modernidade iluminista’⁸ apontam para cenários cada vez mais controvertidos.

As profundas transformações pelas quais a sociedade humana vem passando dão uma amostra clara do que está acontecendo no cotidiano da vida humana.

Um sentimento coletivo de insegurança parece tomar conta dos destinos do mundo e dos indivíduos. Os acontecimentos ganharam, nos últimos anos, uma velocidade insuspeitada, como se uma mão invisível levasse nações e indivíduos a reordenar continuamente suas relações.

O descaso com o tratamento da vida humana vem provocando uma sensação avassaladora de desintegração social.

Civilizações e sistemas culturais ameaçam desaparecer, soterrando tradições, comunidades e sistemas de convivência social. Princípios e valores, estão sendo dilapidados subitamente, provocando um “vazio comportamental”, na grande maioria dos seres humanos.

Vivemos uma época em que, de um modo geral, ninguém é responsável por ninguém, nem a Família, nem o Estado, nem a Sociedade ou qualquer outro tipo de organização social que se autodetermine “defensora dos desvalidos”.

Há uma sensação geral de que as coisas já não são como eram antes, não funcionam como costumavam e que os projetos aos quais dedicamos a melhor parte de nossas vidas já não fazem mais sentido. O indivíduo, o cidadão ou o ser humano parece estar à mercê de sua própria sorte.

1.2.1 O DESMORONAMENTO DOS MITOS MODERNOS

Hoje, mais do que em outras épocas históricas, o que contagia a humanidade é um olhar cinzento e pessimista quanto aos resultados da cultura moderna. Há um desencanto com relação aos mitos fundadores da modernidade. Uma sensação de ceticismo generalizado parece tomar conta das feições e expressões humanas, relativizando e questionando o significado das ciências e do conhecimento, da produção científica e tecnológica, bem como de seu processo de utilização social.

Em suma, paira uma desconfiança em relação à *ordem normal* do mundo, das coisas, das relações e dos sentimentos humanos.

Para muitos, algo avassalador está acontecendo.

Percebe-se que as coisas, os sentimentos e a própria realidade mudam a cada instante. Parece que a ordem entrou em desordem. Ou seja, toda aquela mitopoesia que envolvia o tecido social e que, aparentemente, lhe dava consistência e segurança, parece ruir e desabar sobre o resto das vidas daqueles que se dedicaram à construção de uma sociedade mais igualitária.

Assim, já não há mais pontos-de-referência, nem ponto-de-partida, nem ponto-de-chegada. Não há mais nada senão a relação brutal com a incerteza. E esta parece ser a sensação mais vertiginosa dos *tempos modernos*.

O *Estado* já não garante a produção e a distribuição de bens e não assegura mais os meios de sobrevivência e de convivência entre os indivíduos.

⁸. O uso corriqueiro da expressão “modernidade iluminista” quer referir-se aos principais aspectos salientados pela cultura moderna de que estes tempos, são “tempos novos”, e que, portanto, são portadores de inovações e transformações no campo das ciências, do conhecimento e do desenvolvimento sócio-econômico-político.

Com a *globalização*, as condições de produção perderam seu caráter nacional e, com isso, o Estado Social já não tem mais força para administrar o sistema econômico e suas políticas (neoliberais).

As crises comerciais e financeiras parecem ser cada vez mais intensas e ameaçadoras. O tempo é cada vez mais apropriado pela forma *mercadoria* que, por sua vez, atravanca o processo de produção de demanda social de bens e serviços.

A sociedade moderna (burguesa), calcada no contrato social, enquanto ideal democrático e mediador de conflitos, vê-se ameaçada pela insurgência de *novos fenômenos sociais* (fundamentalismos, fanatismos religiosos, nacionalismos, racismos, ofensivas bélicas).

Dessa forma, aquilo que passou a se designar como *processo de transição da modernidade para a pós-modernidade* (terminologia ainda provisória) parece obscurecer o horizonte da cultura moderna.

Para ilustrar melhor esta dramaticidade, utilizarei uma síntese esboçada pelo historiador Décio FREITAS, onde este mostra, a gravidade da situação pela qual vem passando a história da cultura moderna.

Segundo FREITAS,

Aquilo que a cultura moderna anunciava orgulhosamente como verdades científicas definitivas, aparece hoje como uma mitologia falhada e ineficaz:

a) Desaba o mito da automaticidade do progresso histórico ou do sentido da história. Descobre-se que não há progresso necessário e inevitável, como também que a história não constitui um processo racional, segundo leis cientificamente cognoscíveis; a irracionalidade e o acaso parecem ser as únicas leis da história.

b) Soçobra o mito do trabalho e da ética do trabalho, um dos mais prestigiosos da cultura moderna. A crença de que o trabalho representava a fonte da riqueza material, da transformação do mundo e da autoconsciência humana impunha-se como artigo de fé. Hoje, a informatização e a automação da economia pós-moderna expulsam o homem do processo de produção de bens e serviços. Radical e catastrófico, Alvin Toffler profetiza que o trabalho assalariado, criação das modernas sociedades industriais, está fadado a desaparecer nas sociedades pós-industriais ou pós-modernas, desenhando-se a perspectiva de uma humanidade de desempregados.

c) Está arquivado o mito do messianismo revolucionário que fazia da nação ou classe os sujeitos da história, atribuindo à revolução um papel transformador e libertário. Este mito messiânico deixou uma experiência de novas escravaturas e injustiças.

d) Veio também abaixo o mito do Estado liberador e protetor, como meio e fim da emancipação humana. Assiste-se ao colapso do Estado do bem-estar social, à dissolução do Estado-nação, à perda do poder intervencionista e regulador do Estado, ao desaparecimento da capacidade de integração etnocultural do Estado; em suma, o Estado ainda reina, mas já não governa.

e) Perde vigência aquilo que Alain Bihl chama de mito das luzes: o fitichismo da ciência, ou, mais amplamente, do complexo técnico-científico. Concebidas pela cultura moderna como instrumento do progresso, da liberdade e da racionalidade, a ciência e a técnica se configuram neste final de século como agentes de destruição social e ambiental, propagando não as luzes, mas uma nova barbárie.

f) Nesta derrocada da cultura moderna, o mito da democracia ameaça sucumbir. Perdem sua eficácia os velhos sistemas de representação, suscitando a descrença nos partidos, na classe política e nas instituições parlamentares; os discursos e as gesticulações da democracia mostram-se impotentes diante de um totalitarismo de novo tipo invisível, impalpável e incontrolável (FREITAS, 1994:8).

1.2.2 A DESTERRITORIALIZAÇÃO MAQUÍNICA DO CAPITAL

A partir dos anos 70, o sistema capitalista internacional viu-se envolvido numa profunda crise de crescimento, de caráter recessivo. Despencaram os níveis de produtividade e de crescimento econômico, afetando sensivelmente os padrões de lucratividade e acumulação do capital.

Porém, se por um lado o capitalismo viu seu padrão de desenvolvimento e acumulação ameaçados, por outro lado, tratou de por em prática uma série de mudanças de ordem política, técnica, produtiva e organizativa, visando romper as barreiras nacionais e internacionais para a circulação e reprodução dos capitais e das mercadorias.

No campo econômico, especificamente, o sistema capitalista internacional introduziu profundas mudanças tecnológicas e organizacionais na produção e nos serviços⁹. Vejamos algumas delas:

a) inovações de base técnica, com ênfase na microeletrônica (informática, automação, robótica);

b) mudanças nas relações entre as empresas, intensificando os sistemas de terceirização, condomínios industriais, consórcios modulares, formas de parcerias etc;

c) mudanças na organização da produção, instalando no interior dos processos produtivos as "células-de-produção", as mini-fábricas, os sistemas just-in-time/Kamban etc;

d) mudanças com relação à organização e à ideologia do trabalho, estimulando a polivalência e o trabalho em equipe;

e) mudanças na gestão das empresas, incentivando a qualidade total e os sistemas participativos.

Este conjunto de mudanças objetivam, basicamente, desencadear novos processos de "acumulação" e de "competitividade internacional" (entre os países de empresas multinacionais).

Tal estratégia visa, também, diminuir os custos relativos à produtividade do trabalho (custos diretos e indiretos, ~~iluminação~~ eliminação de direitos sociais e trabalhistas etc).

Na lógica da competitividade e da qualidade total, a voracidade do capital é "tudo", enquanto os direitos dos trabalhadores e cidadãos são de "menos", podendo ser flexibilizados e até banidos da ordem do dia (ver item: A Apologia Neoliberal, p.25).

Dentro desta perspectiva, o sistema capitalista mundial foi "administrando a crise" e sustentando "pequenos ciclos" de desenvolvimento e reprodução do capital. Entretanto, estes ciclos caracterizaram-se por processos diferenciados e integrados de desenvolvimento e de reprodução do capital.

(Por um lado, tal estratégia fêz desenvolver, no interior dos países, verdadeiras *ilhas de prosperidade produtiva* (alcançando níveis jamais vistos de inovação tecnológica, de produtividade, de qualidade e rentabilidade econômica) e diferenciando-se das imensas "*zonas marginais*" (de precarização do trabalho e de subdesenvolvimento social e econômico).

(Por outro lado, possibilitou não apenas a competitividade produtiva das grandes empresas e corporações transnacionais, como também viabilizou a "*circulação globalizada*" dos capitais e mercadorias, como nunca se tinha visto na história da humanidade.

⁹ Para melhor aprofundamento destas "tendências produtivas" é de muita valia o estudo das obras: **Trabalho e Reestruturação Produtiva: 10 anos de linha de produção**, especialmente o 3º capítulo que trata do **Trabalho e Reestruturação Produtiva**; e **Crise e Trabalho no Brasil - Modernidade ou Volta ao Passado?**

Hoje se sabe que o poder de integração e de circulação do capital é tamanha que se torna praticamente impossível detectar e distinguir a procedência dos diversos "materiais produtivos" e financeiros que interagem na composição e valorização das mercadorias.

Por isso é que se diz que o processo de globalização e de mundialização do capital fêz desabar as fronteiras dos países (perdendo espaço o Estado-Nação de caráter Kenezyano)¹⁰ e intensificando a produção e a circulação de capitais e mercadorias.

Assim, se um produtor quiser fabricar um produto qualquer, vai comprar matéria-prima em qualquer lugar do mundo (desde que se lhe ofereça vantagem competitiva), instala a fábrica no lugar onde lhe convier, utiliza a mão-de-obra mais barata possível e vende as mercadorias produzidas para o mundo inteiro.

Tudo isso, numa velocidade alucinante...

Assim, apoiado numa intrincada rede de inovações tecnológicas (principalmente da informática e da telemática), o capital desenvolveu-se numa grande velocidade, alcançando um patamar elevado de complexidade e de entrelaçamento econômico-produtivo que lhe possibilita maior flexibilidade de circulação, produção, consumo e multiplicação de riquezas.

Como exemplo típico, podemos citar a circulação veloz do *capital volátil*.

Para alguns analistas, o *capital volátil ou especulativo* se caracteriza por parecer-se a uma *nuvem*, que sobe e desce, em qualquer lugar do mundo, a qualquer momento, sem pedir licença a quem quer que seja (governos, bancos ou populações).

Hoje, sabe-se que a velocidade e o volume em circulação deste tipo de capital é realmente preocupante para a estabilidade e a *saúde financeira* de certos países.

Em 1971, o volume de capital privado internacional aplicado em investimentos de médio e longo prazo girava em torno de dez bilhões de dólares. Em 1995, este tipo de capital alcançou a cifra de 1,3 trilhões de dólares (crescendo cerca de cento e trinta vezes em duas décadas). Nos dias atuais, calcula-se que o *dinheiro volátil*, que gira pelos vários mercados financeiros como as bolsas de valores, de câmbio ou de juros, sustenta aplicações diárias em torno de dois a três trilhões de dólares.¹¹

Portanto, o processo de livre circulação ou mais precisamente de *desterritorialização maquínica do capital*¹² alcança dimensões jamais vistas no contexto da realidade contemporânea.

Este processo não conhece limites e muito menos dificuldades para circular por todos os poros ou todas as esferas da sociedade mundial. Neste sentido, o capital não recusa qualquer tipo de oportunidade para extrair seus resultados. Não refuga qualquer tipo de investida, seja ela no seio dos processos produtivos tradicionais (fábricas, indústrias,

¹⁰ KEYNES, J. Maynard (1883-1946), célebre economista e defensor da macroeconomia, em que propunha a intervenção do Estado na economia, sem a qual não se atingiria plenamente a autonomia da empresa privada e o equilíbrio entre nível de emprego, renda e demanda efetiva. Tal doutrina, encontra-se fundamentada, em sua obra chamada A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936. Opôs-se, drasticamente as tendências "marginalistas" e "naturalistas", que defendiam o auto-equilíbrio das atividades econômicas (liberalismo clássico), sem a intervenção do Estado. Suas propostas influenciaram governos, economistas e capitalistas, na tentativa de contornar os principais problemas econômicos, sofridos pelo impacto da Grande Depressão, que se estendeu por toda a década de 30, até o início da Segunda Grande Guerra Mundial.

¹¹ A quebra de México, em 1995, deveu-se à súbita saída de cerca de 50 bilhões de dólares, deste tipo de aplicação financeira, que girava no país, objetivando extrair altas taxas de rentabilidade econômica, sem preocupação e vinculação com o sistema produtivo propriamente dito.

¹² A expressão "desterritorialização maquínica do capital" reporta-se ao sentido dado por Guattari, quando analisa a composição orgânica do Capitalismo Mundial Integrado - CMI, como uma rede multicentrada de produtividade econômica. Cf. GUATTARI, 1987:CAP.III.

comércios, serviços etc), seja ela no cotidiano da vida privada dos indivíduos (nas esferas intimistas do prazer, do lazer, do corpo, da sexualidade).

Assim, quando o psicanalista francês Félix GUATTARI fala da "*desterritorialização maquínica do capital*", está se referindo à ampla capacidade do capital de extrair seus resultados, em qualquer tipo de iniciativa ou em qualquer tipo de possibilidade que se lhe apresente pela frente (não importando em qual esfera produtiva ou em qual dimensão da vida humana irá investir).

Na atualidade contemporânea, mais do que nunca, se percebe esta "maleabilidade" e "flexibilidade" do capital em se adaptar aos novos processos de acumulação e de modernização econômica.

É claro que, na vanguarda deste processo, encontra-se a ideologia do "*livre mercado*". E o que é o livre mercado? A bem da verdade, o que hoje estamos vivendo é uma espécie de *tiranía do mercado*. Uma tirania capitaneada por dois tipos de agentes globais: as *instituições financeiras internacionais*, com seus mecanismos de intervenção e controle e as *corporações transnacionais*, com suas estratégias geopolíticas de produtividade e competitividade global.

A intervenção articulada destes dois "agentes globais" conduziu a um processo de internacionalização do capital e de derrota dos Estados Nacionais (diminuindo ainda mais o poder de intervenção e regulação das atividades financeiro-produtivas, dirigidas pelos estados e governos locais). Assim, na vitória do Mercado sobre o Estado, está prevalecendo a supremacia tirânica das corporações e instituições financeiras internacionais, que passaram a mandar no mundo, sob a retórica disfarçada de neoliberalismo ("nova roupagem ideológica do capital").

1.2.3 A APOLOGIA NEOLIBERAL

O neoliberalismo é uma doutrina autoritária
que instala no coração do mundo a "lei da selva"
como forma de sobrevivência humana e de
organização societária!
É a tirania da vontade individual
em detrimento das necessidades coletivas.

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, uma "histeria otimista" percorreu os quatro cantos do planeta, deixando exaltados até mesmo os indivíduos mais céticos da espécie humana.

Ronald Reagan acorda e diz: a guerra fria acabou. Nós ganhamos... E Francis Fukuyama, funcionário do Departamento do Estado Americano, ganha inesperadamente sucesso e fama por descobrir que o fim da guerra fria é o fim da história. O capitalismo que se autodenomina democracia liberal, é o porto de chegada de todas as viagens: "a forma final do governo humano".

Tempos de glória. Não há mais luta de classes e no Leste já não existem inimigos, mas aliados. A economia de livre mercado e a sociedade de consumo conquistam o consenso universal, o qual havia sido adiado pelo desvio histórico da ilusão marxista-leninista. Agora todos somos livres, iguais e fraternais do jeito que a Revolução Francesa queria. E todos proprietários. Reino da cobiça, paraíso terrenal (GALEANO, 1992:3).

Neste momento, euforia e perplexidade tomaram conta dos seres humanos, misturando dois estados de espírito: uma sensação de partida para um mundo novo e a sensação de que o mundo tinha acabado (HABERMAS, 1990:22).

Afinal, o capitalismo havia vencido a batalha contra o seu arqui-inimigo — o socialismo e, em pouco tempo, empreenderia uma nova ordem internacional dos mercados baseada em leis justas, no respeito aos direitos humanos e na coexistência pacífica entre os povos e indivíduos.

Portanto, motivos não faltavam para que a “democracia neoliberal” comemorasse a vitória do “bem” contra o “mal”.

Assim, a economia de livre mercado e a sociedade de consumo conquistaram o consenso universal dos povos, festejando euforicamente sua marcha triunfal.

Sob todos os quadrantes da terra a *intelligentsia* liberal passou a defender os seguintes pressupostos:

a) que o comando da economia deveria obedecer a *uma estratégia global e universal regulada pelo mercado ou pela lei da oferta e procura* (“economia de livre mercado”). Neste sentido, o mercado seria uma força capaz de agir autonomamente, com suas próprias leis, sem intervenção e planejamento do Estado;

b) que o *Estado deve ser mínimo*, isto é, deve retirar-se do empreendimento econômico e, fundamentalmente, deve enxugar sua máquina burocrática e prestadora de serviços sociais;

c) e que as *organizações da sociedade civil*, que defendem interesses corporativos ou de classes, devem ser rechassadas e seus direitos flexibilizados.

Sob essa ótica, pode-se dizer que o mercado assume o papel que tivera a divindade em outras épocas, ditando o que se deve produzir, consumir e acumular.

Entretanto, se a ordem liberal sustenta que o capitalismo é o paraíso terreno e a única realidade possível, por que continuam crescendo as disparidades e as desigualdades entre os países ricos e pobres? Por que apenas 15% da população mundial goza de um PNB em torno de 18.000 dólares, enquanto 3 bilhões de pessoas sobrevivem com um PNB per capita de 330 dólares? Por que continuam crescendo as xenofobias, os preconceitos raciais e os desequilíbrios sociais? Por que a indústria técnico-armamentista lidera o ranking mercadológico no mundo?

Para estas perguntas, a *intelligentsia* neoliberal dedica apenas vagas respostas. Ou seja, o que encontramos são evasivas sobre *as tendências naturais* do mercado; sobre a *economização* do mundo, por intermédio de processos de utilização empresarial do homem e da natureza; sobre as leis da oferta e procura; enfim, sobre a competitividade inteligente entre uma nação e outra, entre um grupo econômico e outro.

No Brasil, Roberto CAMPOS afirma que

o mercado não tem mistério. Não passa de um vasto leilão, onde cada agente econômico diz o que quer e oferece em troca o que está disposto a dar (CAMPOS, 1995:3).

Para ele, o mercado é um jogo muito fácil de se jogar. Basta “saber trocar”. Não estaria ele, no entanto, se esquecendo de dizer que, neste leilão, apenas alguns mais fortes possuem condições de troca - já que só eles têm o que trocar. Para outros — grande maioria — restam apenas migalhas, já que, lembrando MARX — “não têm mais que sua força de trabalho”. Assim, não restam dúvidas de que nesta transação apenas alguns impõem o que querem e o que desejam. Os demais subordinam-se às regras do jogo — quando jogam, e jogam sempre em condições desfavoráveis.

Hoje, muitos já não tem mais nada a oferecer, a não ser a sua paupérrima mão-de-obra, ou o seu corpo cansado e esgotado pela violência do tempo e das condições de trabalho — *uma força cada vez mais fraca!*...

Assim, podemos perguntar: por que os agentes econômicos vitoriosos, teleguiados pelos mecanismos de mercado, também não se responsabilizam pela elevação da qualidade de vida da imensa maioria dos seres humanos no planeta?

Simplesmente por que os *nobres valores* do mercado capitalista — tão propalados pelos defensores do neoliberalismo — não conciliam eficiência produtiva com o bem estar social; não combinam racionalidade econômica com a operacionalidade de novos patamares de vida.

O mercado auto-regulado é necessariamente concentrador e excludente. E, ainda por cima, essa prática autoritária se legitima através de discursos de igualdade e democracia.

Carlos Heitor CONY, estabeleceu uma comparação brilhante a respeito da “praticidade histórica” da filosofia neoliberal. Diz ele

(...) Imaginei um naufrágio, a balsa com uns 17 náufragos. Entre os 17 haveria fortes e fracos, burros e inteligentes, chatos e interessantes.

Alguém poderia entender de mar, de navegação, outro teria sentido de liderança. Haveria um velho doente, batendo pino, uma mulher neurótica, duas ou três crianças apavoradas. A balsa seria o resumo da sociedade, ela própria balsa, uma sociedade com seus problemas.

Para sobrevivência na balsa, o bom senso recomendaria criar uma espécie de Estado cuja função seria equalizar a potencialidade de cada um. Sem Estado, os mais fortes fatalmente se reuniriam e jogariam no mar os velhos, os doentes, as crianças que só ocupariam espaço e beberiam a água potável que deveria ser destinada aos que tivessem melhores condições de sobrevivência. Dos 17 da balsa, três ou quatro mais isso ou mais aquilo tomariam o poder, e sem o Estado para regular o mínimo de decência humana, sacrificariam os demais.

O neoliberalismo, com perdão do esquema, é isso aí. Na selva prevalece regime igual, o mais forte come o mais fraco porque, entre outras coisas, acredita que o mais fraco foi posto no mundo para alimentar o mais forte.

Para impedir que a legislação da selva dominasse a sociedade humana, criou-se o Estado, que não deve ser pai nem patrão, mas apenas árbitro na medida em que pode, sem ser Robin Hood e sem ser Betinho, administrar o bem comum. É simples bom senso, humanismo.

Estabelecer o primado do mérito, da força e do mercado, em última análise, é um retorno à lei da selva, à balsa onde velhos, crianças e doentes deverão ser jogados no mar para que sobrem espaço e água potável para os mais fortes (CONY, 1996:2).

A globalização e o poder maquínico do capital imprimem um novo processo de unificação de todos os mercados do mundo.

Imprimem, também, um processo de integração produtiva em nível global. Quem passa a comandar e se beneficiar deste processo são as grandes Corporações Transnacionais e os Estados Centrais (sempre respaldados por seus organismos de intervenção: FMI, Banco Mundial, Clube de Paris, Grupo dos Sete, Comitê da Dívida Externa, GATT, Comissão Mundial de Comércio etc).

Portanto, a afirmação prática do neoliberalismo significa a pujança de uma ideologia autoritária, afirmando a supremacia da liberdade individual em detrimento de qualquer necessidade coletiva.

Que resultados efetivos esta lógica desterritorializante da globalização e do livre mercado vem produzindo para os seres humanos e a sociedade, em geral? Que desdobramentos e consequências podemos visualizar no horizonte da *modernidade* e da *filosofia neoliberal*? Que contornos assumem para a vida cotidiana dos indivíduos e dos militantes sindicais? Como os militantes (e os demais seres humanos) foram e estão sendo afetados pelos resultados desta turbulência histórica?

1.2.4 CONSEQUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO

Não podemos nos iludir sobre os resultados produzidos pela desterritorialização maquínica do capital e, em especial, pela ideologia neoliberal.

Na verdade, estas macro-tendências-globais estão causando profundas perturbações para o conjunto da humanidade. Desse mal não escapa, também, a realidade interna da práxis militante (pois, estas forças, estão atuando como verdadeiro "furacão invisível") minando e sacudindo as estruturas da vida humana, por todos os lados.

Dentre as suas principais consequências, podemos salientar:

1) concentração cada vez maior do capital e da riqueza entre "nações hegemônicas" e "personalidades ricas", no Brasil e no mundo.

Verificou-se, nas últimas décadas, uma colossal possibilidade de enriquecimento individual e privado, num espaço cada vez menor de tempo.

Categoricamente podemos afirmar que, após as reformas neoliberais, a riqueza e a concentração de renda aumentaram sensivelmente, entre as camadas mais ricas da população.

Dois exemplos recentes ilustram perfeitamente esta tendência.

Uma pesquisa realizada na grande Buenos Aires revela que os 10% mais pobres detêm 1,6% da renda, enquanto os 10% mais ricos embolsam cerca de 36,3%. Uma diferença de vinte e duas vezes.

Entretanto, há seis anos atrás (1990), antes do governo Menem implantar as reformas neoliberais, a diferença era de apenas quinze vezes (o que já representava uma disparidade inaceitável).

Se na Argentina a concentração de renda aumentou de forma tão violenta nos últimos seis anos, o que aconteceu no Brasil?

Aqui, os 10% mais pobres possuem 1,1% da renda, enquanto os 10% mais ricos abocanham 48,2%. Uma distância de quarenta e quatro vezes!...

Portanto, economia de mercado, diminuição da inflação e aumento de produtividade não são sinônimos de melhoria da qualidade de vida. Não são compatíveis com crescimento do emprego e desenvolvimento social.

Os dados a respeito da concentração de renda revelam que os estratos mais abastados da população são os grandes beneficiados pelas reformas neoliberalizantes, enquanto as camadas mais desfavorecidas continuam empobrecendo progressivamente, empurradas para o desemprego e a marginalização.

2) processo de recolonização dos países da periferia. Os países ricos impõem um novo padrão de acumulação capitalista, baseado nos mecanismos de livre mercado e na desregulamentação das economias locais.

Ao mesmo tempo, investem na articulação de governos dóceis aos interesses do grande capital internacional.

Esta dupla estratégia da ofensiva neoliberal tem levado:

- à *desregulamentação da base produtiva local*, no sentido de reduzir os *custos do trabalho* com a introdução de novas tecnologias, automação, reestruturação produtiva, reengenharia de processos, novos métodos organizacionais etc;

- ao *desmonte do Estado*, incentivando a privatização e o enxugamento da máquina, com o objetivo de reduzir os serviços e os *custos do Estado* (esta perspectiva fica bem nítida quando vemos por exemplo, a crise aguda nos serviços públicos: saúde, educação, seguridade social; sucateamento dos órgãos públicos, diminuição dos investimentos essenciais etc);

- à *flexibilização de qualquer tipo de direito* adquirido (seja de caráter trabalhista, de seguridade social, ou outros, de caráter coletivo e universal).

3) *nova hierarquização do poder e do saber no mundo*, provocando um distanciamento agudo entre quem projeta e quem executa, quem produz e quem consome, quem manda e quem obedece.

Com o fim da guerra fria, alteraram-se as relações de poder. A disputa geopolítica deslocou-se do raio de ação Leste/Oeste para o eixo Norte/Sul (países ricos X países pobres; grandes corporações internacionais X empresas domésticas; governos interventores X governos dóceis).

Hoje, as maiores corporações mundiais decidem basicamente o quê, como, quando e onde produzir os bens e serviços utilizados pelos seres humanos no mundo.

Para exemplificar, vamos tomar as 10 maiores corporações mundiais — Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumimoto, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell — juntas, faturam o montante de 1,4 trilhão de dólares (61% é obtido no estrangeiro), equivalendo ao PIB conjunto do Brasil, Argentina, México, Chile, Colômbia, Perú, Uruguai e Venezuela (QUINZENA, 1996:4).

Tamanha superioridade fica ainda mais evidenciada (para não dizer escancarada) quando observamos a iniciativa submissa de alguns governos locais.

Ou seja, na tentativa de atrair certos investimentos — para o *desenvolvimento* de seus países — muitos governos correm, de chapéu na mão, recolhendo migalhas.

Tanto que se, no passado, as grandes empresas corriam atrás dos governos, tentando garantir o desenvolvimento de seus projetos e atividades lucrativas, hoje a situação se inverteu. Agora são os governos que correm atrás das empresas, tentando garantir iniciativas de ordem econômico-produtiva.

Como se isto não bastasse, ainda temos tais empresas ou corporações desenvolvendo e guardando seus projetos debaixo de sete chaves. Ou seja, a maior parte das empresas de ponta mantém reserva e controle absoluto dos processos de criação dos conhecimentos e segredos tecnológicos (remetendo para os países periféricos, apenas aquelas tarefas de execução e montagem dos produtos projetados).

Como exemplo típico podemos citar a empresa norte-americana - Nike. A Nike, com sede nos EUA, “possui cerca de 9.000 funcionários que não costuram solas e nem colam palmilhas, mas que trabalham no desenvolvimento de projetos, no planejamento, em atividades de marketing e de gerenciamento. A produção física das mercadorias (tênis) é feita por 75.000 funcionários fora dos Estados Unidos” (VEJA, 1996:84).

Fica muito nítido o poder de influência e superioridade dos países mais ricos sobre os países pobres, determinando prioridades econômicas e dirigindo a política dos países subalternos. E, no contexto da subalternidade, cresce a diferenciação e a marginalização de indivíduos e povos, fortalecendo-se os mecanismos de exclusão e diferenciação social.

Os países que possuem maior poder econômico, também detém maior conhecimento técnico-científico. E quanto mais conhecimento técnico-científico um determinado país possuir, maior é seu poder econômico e político. “Quem tem o saber, detém o poder” (apregoaam muitos analistas e consultores diplomados em Marketing e Qualidade Total). Tanto assim, que muitos analistas relacionam o **saber** como o **novo ouro** da realidade moderna.

Com isso, os países detentores do conhecimento, além de deterem a possibilidade real de multiplicar sua riqueza e poderio econômico, também detém os mecanismos de formulação e proteção da inteligência criada.

Como vimos anteriormente, não é de graça que as atividades especializadas da empresa Nike como projeção, design, planejamento, marketing e administração, são todas

realizadas no interior da “empresa mãe” (matriz centralizada), enquanto o conjunto das atividades de execução manual (mais simples) são efetuadas nos países periféricos (de forma descentralizada).

4) *proliferação em massa de fenômenos regressivos e violentos como fundamentalismos, xenofobias e movimentos microfascistas* no mundo. Em meio às principais mudanças globais emergiu, nos últimos tempos, uma infinidade de movimentos com características violentas e reacionárias.

Uma característica destes movimentos é a aversão e ódio ao diferente, ao estrangeiro, ao de outra cor ou raça. Práticas violentas têm se multiplicado pelo mundo, combinando ações terroristas com barbárie, sempre acompanhada por instrumentos de alta tecnologia (“cartas bombas”, “gases venenosos”, “atentados aéreos”).

Guerras entre diferentes povos têm dividido antigas nações em vários pedaços. Cotidianamente, vemos manifestações de toda ordem ameaçando sacudir a realidade vivente, como descreve o escritor peruano, Vargas LLOSA

O ressuscitar de velhos demônios que acreditávamos enterrados, ou pelo menos domesticados, como os nacionalismos, os integrismos religiosos, as disputas fronteiriças, os conflitos étnicos e raciais e o aperfeiçoamento e a propagação do terrorismo leva agora muitas pessoas a perder as esperanças e perguntar-se se vale a pena continuar lutando para transformar um mundo que vive caindo como bêbado e que, como nos versos de Shakespeare, parece ter sido criado por um idiota, em meio ao som, à fúria e à falta de sentido (LLOSA, 1995:5-12).

5) *processo de perda da identidade orgânica entre indivíduos, povos e comunidades*. Parece que um dos fenômenos existenciais da vida moderna é o sentimento de incerteza e de não-pertencimento.

O cotidiano de muitos seres humanos parece estar povoado de fantasmas que teimam em amedrontá-los: desemprego, violência, insegurança. Vive-se inseguro perante as coisas mais elementares da vida, como os atos de trabalhar, sobreviver, andar tranquilamente nas ruas etc. Dessa forma, um sentimento de não mais fazer parte de um mundo que se acreditava seguro e estável toma conta de muitos indivíduos.

Por isso um dos papéis fundamentais dos mitos da cultura moderna consiste em dar sentido “estável” e “coerente” à vida, alicerçando o ser humano num trabalho, num território, num lugar, num centro de existência e convivência social que lhe possibilite visualizar possibilidade de continuidade histórica e solidariedade humana.

Entretanto, com as transformações mundiais, todas as formas culturais, os sistemas de referência, os valores e a própria conduta humana alteraram-se drasticamente. Podemos dizer que volatilizaram-se, entraram em ebulição.

Percebe-se, hoje, uma acelerada mudança das formas, num ritmo desconcertante. Com isso, vemos modificarem-se os papéis sociais e institucionais, que dirigiam, até então, a vida moderna.

A história das sociedades é a de uma mudança dos papéis do Estado. Na ordem mercantil, não somente ele fica encarregado da manutenção da ordem, real e simbólica, mas é também uma espécie de guia do desenvolvimento da autonomia mercantil do indivíduo, através de suas instituições, aquilo que denomino a produção da demanda dos bens mercantis. Em outros termos, o Estado produz o meio social e ideológico, e distribui os rendimentos necessários à solvibilidade de suas necessidades, sucessivamente: a roupa, o relógio, a máquina de costura, o automóvel, a máquina de lavar, o toca-discos, a televisão. O Estado ajuda na extensão da autonomia mercantil (ATTALI, 1993:176).

Acontece, que cada vez mais, o **Estado** vem abandonando a tarefa de autoridade real e simbólica e de produção da demanda de bens materiais. Esta função vem sendo ocupada pela forma **mercadoria**, que subverte o desejo de comer pelo desejo de consumir.

Se a autoridade máxima, no caso, o Estado, perde o seu poder de autoridade e direcionamento da vida moderna, o que se dirá das outras formas de referência social?

Hobsbawn fala que um dos efeitos imediatos da globalização é o de privar os Estados de controles efetivos, abrindo brechas para o crescimento de xenofobias (religiosas, raciais, étnicas, etc), utilizando-se de mecanismos segregacionistas e exclusivistas. Assim, perceberemos que o mundo está mudando, mas não sabemos bem para onde vamos. Uma espécie de tontura ou "vertigem melancólica" toma conta do semblante humano. O ser humano vê-se diante de uma realidade constrangedora e angustiante. A realidade parece faltar a seus pés. O futuro mais parece uma "fronteira opaca" do que uma "realidade possível".

Esta vertigem do presente sinaliza a falta de futuro, como descreve Alan BIHR, na síntese apresentada por Décio FREITAS, em seu quadro pessimista:

dissolução das entidades coletivas tradicionais (família, vizinhança, cidade, região, nação), criando no indivíduo um sentimento de despossessão de todo suporte social de identificação; privação de uma ordem simbólica capaz de estruturar e unificar os fragmentos esparços da realidade e da experiência do mundo; separação entre o individual e o social, o que importa em separar o indivíduo de si mesmo, incapacitando-o para construir uma imagem coerente de si mesmo e confinando-o numa ética narcisista; e, como derradeira consequência, a perda da identidade, no limite da despersonalização. Sensação de juízo final (FREITAS,1994:8).

E finalmente, como sexto desdobramento, podemos arrematar com aquilo que o historiador inglês, Eric HOBBSAWN, define como

uma crise de dimensão global e geral; uma crise de ideologia, de cultura e de civilização. Uma crise que não é específica deste ou daquele sistema ideológico e econômico, mas uma crise geral. Uma crise das religiões ocidentais mais jovens e mais velhas, bem como das ideologias do iluminismo do século XVIII, tanto do liberalismo quanto do socialismo e das várias versões nas quais é encontrado (HOBBSAWN,1995:14).

Portanto, esta crise vem produzindo resultados funestos na aventura histórica dos seres humanos. Um processo crescente de marginalização dos povos, das culturas e dos indivíduos. Uma divisão, cada vez mais crescente, entre *ricos e pobres, especializados e desqualificados, competentes e incompetentes, fortes e fracos*.

Na verdade, o muro que separa o mundo pobre do mundo opulento já dura cinco séculos e é proveniente do saqueamento indiscriminado, do intercâmbio desigual, da extorsão financeira, da sangria de capitais, do monopólio da tecnologia e informação e da alienação cultural. Estes são os pilares históricos, em que se assentam as relações de domínio e exploração entre os povos e que agora se intensificaram, levando os arautos do neoliberalismo a camuflar e esconder tal realidade.

Entretanto, será este o *projeto possível* da modernidade iluminista? Parece que não. É difícil imaginar que as leis do livre mercado possam conduzir *naturalmente* a humanidade a um processo de emancipação social. Segundo o sociólogo alemão, Robert KURZ,

o processo histórico da modernização destruiu a economia agrária, deu livre curso a produção de mercadorias e transformou todas as relações sociais em relações monetárias. Instituições pouco desenvolvidas como o Estado e o mercado, tornaram-se formas híbridas e começaram a preencher todo o espaço social (consolidando-se como "empreendedores gerais", tanto nas sociedades capitalistas, quanto nos projetos socialistas) (...). No limiar do século XXI, o sistema híbrido composto pelo Estado e Mercado parece conduzir às raias do absurdo. Ao contrário do que afirma o liberalismo, o mercado não é uma ação autônoma para os homens, capaz de integrar econômica e socialmente milhões de pessoas em todo o mundo.

O mercado é responsável pela sujeição dos homens à "ditadura muda" do dinheiro e da rentabilidade econômica. A liberalização econômica serve apenas para frustrar as últimas esperanças de responsabilidade social (KURZ, 1995:5-8).

Hoje se evidencia a degradação da vida humana em todos os seus sentidos; tomam corpo inúmeras formas de subproletarização do trabalho (precário, temporário, terceirizado, marginalizado); populações inteiras são excluídas do direito de exercer sua cidadania com dignidade.

A lógica liberal favorece apenas um punhado de indivíduos, governos e corporações, enquanto lança na marginalidade grandes massas de seres humanos.

Esta marginalidade forçada é responsável pela volta de novas formas de religiosidade, novos medos e fobias, novos sentimentos coletivos de incerteza. Hoje, populações inteiras sentem-se condenadas por esta lógica excludente e lutam como podem, na busca de novas tentativas e experiências de socialização ou de re-humanização.

1.3 AS INCIDÊNCIAS GERAIS SOBRE A MILITÂNCIA

Acompanhamos, em meio à ofensiva *neoliberal*, o desmoronamento dos principais mitos do século XX: o colapso e a queda das utopias socializantes alicerçadas nas ditaduras de vanguardas (centralismo), nas economias planificadas (estatismo) e nos sistemas de trabalhos forçados (coletivismo).

Vimos, ao mesmo tempo, o fracasso do mercado capitalista como regulador universal das relações sócio-econômicas; a dissolução do Estado-Nação e a esquizofrenia do Estado do Bem-Estar Social; o enfraquecimento da democracia burguesa, enquanto sistema universal de representação política ou como paradigma de igualdade e oportunidade.

Trata-se da exibição de um quadro nada alentador para a aventura histórica da maioria dos seres humanos. Algo assustador e deveras constrangedor, pois revela, por um lado, a crescente deteriorização das formas de vida social e, por outro, apresenta o sistema capitalista como a forma final e universal de governo humano.

Mas, afinal, como é possível perceber a incidência destes fenômenos perturbadores sobre a realidade militante?

Aparentemente, este quadro, revela uma necessidade histórica de afirmação do trabalho militante, no contexto mundial e local (já que a desterritorialização global do capital vem causando profundas perturbações de ordem social, econômica e cultural, nos povos do mundo todo).

No entanto, o que podemos perceber é um processo inverso. Constatamos um profundo refluxo da ação militante tanto em nível global, quanto local e, mais especificamente sindical. O que encontramos, no cotidiano da vida militante e do movimento sindical, em especial, é um processo de profunda apatia e desorientação em relação ao *que fazer, como fazer e quem vai fazer* algo, neste mar de transformações em curso.

A crise de identidade e de papel é notavelmente visível na esfera da militância. Podemos salientar:

a) Em primeiro lugar, percebe-se que teve maior impacto sobre a realidade militante o **desmoronamento das experiências socialistas do Leste Europeu** (e do conjunto de países que buscavam, de uma forma ou de outra, realizar um processo de transição para o socialismo). Por que isso?

Primeiramente porque revelou o que há de pior no interior desses sistemas políticos fechados (apatia, trabalho forçado, autoritarismo, miséria). Depois, por que *desnorteou* o sentido *único e inexorável* da história humana (descobrimo-se que o destino dos povos, não é

a caminhada *natural* para a sociedade socialista ou comunista como apregoava a tradição marxista-leninista). Finalmente porque, em meio à ofensiva neoliberal, muitos militantes sentiram-se acuados e na defensiva, sem poder continuar afirmando que o futuro da humanidade é o caminho da verdade socialista. Na prática, muitos militantes perceberam-se *rebeldes sem causa*, ou seja, viram-se orfãos de si mesmos (orfãos da causa, do projeto, da linha única, das certezas absolutas e dos princípios incontestáveis).

Neste sentido, tal ofensiva afetou não apenas as pretensões históricas da militância de construção de um projeto utópico, como também minou o conjunto de seus ideais revolucionários. Esta ofensiva fez recuar as pretensões vanguardistas daqueles que se diziam portadores de uma nova utopia e que *naturalmente* conduziram a espécie humana rumo ao paraíso socialista ou à sociedade sem classes.

Hoje, sem sombra de dúvida, a crise da militância está muito associada à queda das principais referências históricas e utópicas e ao esgotamento de muitos de seus dogmas e procedimentos político-organizativos, como por exemplo:

a política subordinada à economia, o fetichismo dos programas, a ditadura do partido único, o controle da informação, o centralismo democrático, a militarização da linguagem e das práticas, os valores do socialismo estatal e burocrático (OLIVEIRA, 1994:42).

b) Porém, um segundo aspecto, não menos importante que o anterior, refere-se à crise política do *Welfare State*. Com a vitória do mercado sobre o Estado, caiu por terra a pretensão política de fazer do Estado o carro-chefe realizador e viabilizador das grandes reformas políticas, econômicas e sociais. É bom lembrar que a ofensiva neoliberal coloca o Estado (e especialmente o Estado Social) como o principal vilão que atravanca o desenvolvimento sócio-produtivo no interior dos países.

No entanto, com a regressão do papel do Estado vêm à tona as insuficiências do Estado Socialista, revelando seus exageros de ordem burocrático-autoritária. Na vitória do Mercado sobre o Estado e com a crise do welfare state (incluindo o Estado Socialista) ocorreu um processo de regressão nas pretensões militantes. Simplesmente porque ficou muito mais difícil sustentar a ideologia de um Estado forte e centralizado, construtor infalível de sociedades igualitárias ou viabilizador de qualquer tipo de bem estar social.

c) Mas existe um terceiro aspecto gerador de refluxo na ação militante. Trata-se das *complexas metamorfoses ocorridas no interior da própria classe trabalhadora*. Com a transição dos modelos taylorista/fordista para as formas de produção flexibilizadas, também denominadas "modelo Toyotista de produção"¹³, intensificam-se as transformações no âmbito dos processos produtivos e, fundamentalmente, no seio da classe-que-vive-do-trabalho.

Neste sentido, a *classe-que-vive-do-trabalho* diversificou-se, heterogeneizou-se, fragmentou-se e complexificou-se ainda mais. A classe-que-vive-do-trabalho transformou-se.

Para o professor de sociologia da Unicamp, Ricardo ANTUNES, dentre as transformações mais importantes, devemos mencionar

1) a diminuição do operariado manual, fabril, típico do fordismo; 2) a expansão das inúmeras formas de subproletarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado; 3) o aumento expressivo do

¹³. A esse respeito ver a coletânea organizada pela Fundação Vanzolini intitulada: **Programa de Formação em Organização da Produção e Qualidade para Sindicalistas e Assessores Sindicais**, 1994. Cf. especialmente o artigo de ZILBOVICIUS, M. e MARX, R. **A Organização do Trabalho em Grupos e o "Modelo Japonês"**, pp.123-135, onde se encontra uma explicação à lógica de organização e produtividade do trabalho, no âmbito dos processos produtivos Japoneses e espalhados pelo mundo. Cf. também, SALERMO, M. S. **Produção, Trabalho e Participação: CCQ e Kanban numa Nova Imigração Japonesa**, pp.136 -148.

trabalho feminino no interior da classe trabalhadora; 4) a enorme expansão dos assalariados médios, especialmente no "setor de serviços"; 5) a exclusão dos jovens no mercado de trabalho dos países centrais e sua inclusão precoce nos países subordinados (ANTUNES, 1996:2).

Em alguns lugares, certos estratos das classes trabalhadoras se intelectualizaram e ficaram ainda mais exigentes (como é o caso de setores na siderurgia e metalurgia). Porém, em outros setores houve um processo de desqualificação e fragmentação, como é o caso dos ramos automobilísticos (onde o ferramenteiro e até mesmo os inspetores de qualidade passaram a não ter mais tanta importância como tinham no passado).

Assim, por um lado, temos em alguns processos produtivos o trabalhador polivalente e multifuncional, capaz de manipular máquinas sofisticadas e complexas e, por outro, emergem cinturões produtivos, formados por trabalhos precários e sem qualificação.

Porém, que impactos diretos estas metamorfoses ocasionam na práxis e na concepção militante?

Estas mudanças estão gerando profundas alterações nos interesses e nas formas de relacionamento entre militantes e trabalhadores, entre militantes e militantes e entre trabalhadores e trabalhadores. Aquela velha fórmula de tratar todos os trabalhadores como pertencentes a uma mesma classe, portadora dos mesmos interesses, voou pelos ares. Com a fragmentação das classes trabalhadoras, fragmentaram-se e diversificaram-se, também, os interesses dos trabalhadores.

O velho jeito de fazer sindicalismo acabou. Esgotaram-se os métodos tradicionais de organizar os trabalhadores, sob a égide de unir a classe para lutar pela revolução social. Enfraqueceram-se as formas de mobilização de massa, de conotação exclusivamente política ou de insubordinação contra governos e patrões (agora, com a diversidade de interesses, muitos trabalhadores "agem" e "pensam" como patrões...). Também, esvaziaram-se, os discursos inflamados, que objetivavam convencer as massas pela força da palavra, sem uma relação direta de participação e afetivação. Enfim, perderam intensidade, as bandeiras de luta centradas nas necessidades do estômago e da razão (por mais importantes que sejam). Agora, também, chegou o momento de saber falar e atender às necessidades do corpo, do desejo e do coração de todos os seres humanos (BUSSANELLO, 1995:15).

Portanto, já não é mais possível protagonizar os mesmos projetos ou as mesmas formas de luta social-sindical. É preciso compreender que o mundo e as pessoas se revelam mais complexas do que a ciência, a política e a teoria podem imaginar.

Neste sentido, podemos dizer que aquele conjunto de metamorfoses e macro-transformações atingiram em cheio o estilo clássico de fazer militância sindical (causando-lhe profundas fissuras de caráter prático, utópico, ideológico e político).

Porém, estes elementos, não explicam toda a performance da crise e do refluxo da práxis militante.

II - PARADOXOS DA MICROPOLÍTICA MILITANTE

Até o presente momento, desenvolvemos uma análise a respeito das *macro-transformações globais* e seus principais impactos sobre a vida moderna e a crise da militância sindical de esquerda. Trabalhamos com a idéia de que as macro-transformações — associadas à hegemonia da ideologia neoliberal — estão causando profundas perturbações de natureza sócio-econômico-cultural (ao conjunto dos indivíduos e seres humanos, em geral) e contínuas regressões às práticas e projetos de caráter político-sindical (dos militantes sindicais de esquerda).

No que se refere à militância sindical de esquerda, constatamos que as transformações provocaram um esgotamento das formas clássicas de luta e organização sindical. Vimos, também, que estas macro-transformações estão provocando uma profunda metamorfose no interior da classe trabalhadora.

Assim, são evidentes as consequências desta avalanche de transformações sobre a prática e a vida da militância sindical.

Porém, seriam apenas estas as razões da crise militante? Se nos contentássemos com estas razões, não estaríamos camuflando aspectos extremamente importantes da crise da militância sindical combativa?

Aqui parece residir uma encruzilhada, ou melhor, um contraponto histórico.

A nosso ver, a crise da militância não está associada única e exclusivamente aos impactos das macro-transformações globais ou da ideologia neoliberal. O fenômeno da crise está acoplado fundamentalmente aos paradoxos gerados no interior da *micro-práxis* militante. Ou melhor, está relacionado às contradições, dicotomias e insuficiências desenvolvidas no seio da própria vida militante.

Acreditamos, também, que os paradoxos e as contradições produzidas na micro-práxis cotidiana são elementos extremamente valiosos para se compreender a dinâmica e a situação em que se encontra agora a militância.

Em que consistem tais paradoxos e contradições? Como estes elementos se manifestam, no cotidiano da vida militante?

Para elucidar melhor alguns desses aspectos, dividirei a análise em três partes: na primeira, analisarei o **processo de cristalização dos mitos militantes**; na segunda, abordarei **aspectos relativos à miséria da vida cotidiana**; e, na terceira, trabalharei **elementos pertinentes aos processos de esquizofrenia**¹⁴ militante.

14. Os processos esquizofrênicos são relacionados aqui, como formas cristalizadas e endurecidas da vida militante. Como formas que limitam a criação de outros possíveis, de outras formas de percepção, de outras relações. Em si, não deixa de ser um sintoma de alheamento social, pois revela, por um lado, a dificuldade de muitos militantes realizarem processos de autoavaliação permanente de sua prática e, por outro lado, de imprimirem novos "campos de percepção" ou novos pontos de "equilíbrio multidimensional" (como aqueles que possibilitam sentir a dor e a delícia do próprio corpo enquanto se trabalha...).

2.1 A CRISTALIZAÇÃO DOS MITOS MILITANTES

Mitos são sonhos do mundo.

São sonhos arquetípicos, e lidam com os magnos problemas humanos...

(Quando sonhamos, pescamos numa espécie de vasto oceano de mitologia...

Em que um mito é diferente de um sonho?)

Ah, é que o sonho é uma experiência pessoal

daquele profundo, escuro fundamento que dá suporte às nossas vidas conscientes,

e o mito é o sonho da sociedade.

O mito é o sonho público,

e o sonho é o mito privado.

(Joseph Campbell)¹⁵

Não precisamos realizar nenhuma pesquisa de maior envergadura antropológica para percebermos que os mitos são fenômenos psíquico-sociais, presentes nos mais diversos movimentos políticos de nossa história contemporânea.

Recentemente, vários cientistas sociais, dentre eles Georges SOREL, vêm chamando a atenção para a **importância da imagem mítica na política do nosso tempo**, destacando que esta imagem não é apenas uma característica exclusiva do mundo antigo ou dos povos primitivos, mas que é, fundamentalmente, um arquetipo que se manifesta na realidade presente dos povos.

Para Manuel Garcia PELAYO,

estamos constantemente ante uma mitopoesia, criação de mitos, que pode ocorrer num nível ingênuo ou espontâneo ou, pelo contrário, num nível consciente e racionalizado. Esta última possibilidade é típica de nossa época racionalizada que, a partir de sua própria perspectiva, e inclusive através dos resultados de distintas disciplinas científicas, redescobriu a realidade do mito como um profundo fenômeno psíquico e social que está presente, que existe e que resiste, e o qual, portanto, é preciso reconhecer como um fato; por outro lado, como resultado dos estudos antropológicos e históricos (muito especialmente de história das religiões) se adquiriu consciência da função histórico-social do mito, quer dizer, da sua utilidade para manter sistemas ou para promover movimentos sociopolíticos (in FRANCO, 1990:43).

Dessa forma, o mito surge na realidade social, como sombra das condições materiais de existência dos seres humanos mas, também, como expressão inconsciente do imaginário coletivo. Ele pode ser resgatado na experiência fundante das coletividades como recuperação de tradições passadas, como pode desdobrar-se em práticas diárias de construção de um caminho e um projeto futuro.

O mito, enquanto performance histórica, cumpre funções capazes de: a) resgatar o significado histórico e cotidiano da vida; b) recuperar a dimensão ritual da vida; c) transformar-se, em força coletiva de mobilização e ação política; d) constituir-se enquanto força de coesão social, ou de resistência contra as perspectivas de desintegração e destruição social; e) enfim, pode tanto recuperar elementos do passado (tradições, valores, arquetipos), quanto orientar a construção e o direcionamento de novos projetos histórico-políticos.

Entretanto, que importância adquirem os mitos na prática militante? De que forma (consciente ou inconscientemente, racional ou irracionalmente) são vividos e reproduzidos, no cotidiano da vida militante?

¹⁵. Dito em entrevista a Bill Moyers, em o **Poder do Mito** (1988) e citado por FRANCO: 1990.

Este parece ser um tema de difícil investigação na cultura militante justamente porque se trata de tocar no **cerne da lógica militante**. Entretanto, é preferível errar por polemizar um assunto considerado tabú, na tradição militante, do que sucumbir ao medo ou ao patrulhamento ideológico. Obviamente optarei pela primeira via, mesmo deixando visíveis os meus limites teóricos nesta área.

Sem rodeios, começarei apontando que **a prática militante é geradora de três tipos de mitos**, em seu fazer cotidiano:

1. O mito do projeto utópico;
2. O mito do aparato organizativo;
3. O mito do assalto ao poder.

Estes três mitos se explicitam naquilo que designarei chamar de **movimento ritual da vida militante**. Movimento este que reflete o fazer cotidiano da práxis militante, por intermédio dos tipos de serviços prestados, das posturas e atitudes tomadas, das formas políticas engendradas e das estruturas organizativas construídas. Trata-se, portanto, de vasculhar a processualidade da práxis política da militância. Por sua vez, o movimento ritual é uma revelação dos sinais (visíveis e invisíveis), presentes nesta práxis.

Vejamos agora, com maiores detalhes, alguns aspectos característicos de cada um destes três mitos.

2.1.1 O MITO DO PROJETO GUIA

Um dos aspectos marcantes na vida militante é a necessidade e quase que a obrigação cotidiana que os militantes têm de acreditar na **construção de um projeto utópico de transformação da realidade**. O projeto utópico, por sua vez, caracteriza-se pela significação mental de um conjunto de símbolos, imagens, formas e preceitos que revelam a mentalidade e o direcionamento da prática militante, em seu fazer cotidiano.

Inicialmente, o projeto utópico adquire um estilo profético. A forma profética expressa, em caráter visionário, o teor das mudanças que se deseja realizar na realidade cotidiana. Sendo assim, uma das características centrais da perspectiva profética é o seu **tom denunciante** (denuncia-se a realidade presente) e anuncia-se o seu porvir (utopia desejante).

Nesta perspectiva, dois outros elementos ganham status de agenciamento coletivo: **a certeza e a verdade**. Para efetuar a realização do projeto utópico, estes dois elementos constituem uma meta-orientação, à prática militante. A certeza serve para justificar qualquer ato de direcionamento histórico — “hós sabemos com certeza onde queremos e devemos chegar”, dizem os militantes — **visibilidade absoluta do futuro**.

Já a verdade cumpre a função de diferenciação social — “a nossa proposta é a única correta. E se é correta, nós estamos com a razão e, estando com a razão, somos os melhores” — **imagem mítica de si mesmo**. Dessa forma, *profecia, certeza, verdade e utopia* constituem o *ethos mitológico* da prática militante em seu fazer cotidiano.

Acontece que a praticidade do projeto acaba transformando o desejo utópico em verdade absoluta e, esta, em autoritarismo e miopia social. Dessa forma, o desejo utópico (enquanto visão de futuro e atitude mental) transmuta-se numa espécie de mito (transportando, para dentro da militância, uma série de práticas, imagens, símbolos e atitudes cristalizadas). Assim, de referência transformadora, a utopia se cristaliza num “totem sagrado” e inviolável.

Neste sentido, tanto a utopia quanto o projeto político, buscam alcançar **a finalização de uma sociedade ideal**, em perfeito equilíbrio, onde tudo pode ser previsível e articulado.

Segundo a professora e psicoterapeuta, Carmem OLIVEIRA,

Durante muito tempo nos acostumamos a uma militância fixada numa representação de futuro ("sociedade sem classes", "sociedade sem escolas", "sociedade sem manicômios" etc), onde a vida é, predominantemente, uma busca do que não está aí, "o que deve ser". Parece haver neste princípio de organização social uma certa concepção metafísica, que se preocupa pela origem, pela causa primeira, pelo fim último.

Tal perspectiva manifesta uma pretensão de direção de processos. Trabalha-se a construção de um projeto social onde já se sabe, com antecedência e com uma certa previsão, onde se quer chegar (OLIVEIRA, 1994:4).

Neste sentido, o **projeto guia** estabelece não apenas as coordenadas políticas para o *fazer cotidiano* dos militantes, como também fornece os mecanismos de cobrança, que possibilitam avaliar e controlar os resultados do projeto. Tais mecanismos constituem aquilo que podemos denominar de **procedimentos objetivistas de direção máxima do projeto**.

Estes procedimentos constituem uma faca de dois gumes. Por um lado, aparecem como **vetores de unificação da prática militante** (no sentido de unificar a diversidade de propostas e de evitar a dispersão de energia). Por outro lado, surgem como uma **camisa-de-força** na tentativa de enquadrar a expressão múltipla do agir militante.

Ao mesmo tempo que possibilitam direcionar e controlar os rumos do projeto, inibem e atrofiam aquilo que lhe é mais rico — **a espontaneidade criativa**. De sonho, o projeto se constitui em pesadelo. E qualquer tentativa de vôo para além dos quadrantes do projeto, já sinaliza um desvio de rota. Já dá um sinal de alerta e de perigo para os "burocratas de plantão".

Pois, para os "**guardiões da ordem do projeto**" pouco importam os sentimentos particulares dos militantes ou mesmo a explicitação de seus desejos. A sensibilidade intuitiva, a vontade de autonomia e de singularização ou, mesmo, o simples movimento de ousar são consideradas manifestações e significações estranhas e, muitas vezes, incompatíveis com a realização do projeto.

O importante, dizem eles, é ter o projeto como auto-referência para todos os atos, pois é dessa forma, que se estará contribuindo para a consecução de uma **causa justa**.

Dessa forma, o projeto utópico alcança um **estatuto de soberania absoluta no tecimento das relações**. Uma espécie de "Olimpo" ou de "deus da certeza", por onde circulam todas as bênçãos e o perdão dos pecados. De utopia histórica (com feições humanas), o projeto acaba adquirindo um significado teológico (espécie de ciência divina, da qual apenas alguns seres superiores conseguem decifrar os seus desígnios). Assim, o projeto passa a ser assumido como uma causa inquestionável. Nada de crítica e de contraposição às suas diretrizes (com exceção dos inimigos que "indubitavelmente", também, deverão ser combatidos no processo de luta).

Em síntese, o **projeto é a causa**, o sentido e o significado da história militante. Nele encontram-se todas as justificativas para o desenrolar da luta; nele se buscam todas as razões explicativas para as disputas internas; nele, e por ele, tomam-se decisões que pouco ou nada têm a ver com os desejos e a vida coletiva. Muitas vezes, em nome do projeto, se mata e se morre, sem saber direito por quê.

2.1.2 O MITO ORGANIZATIVO

A prática militante tem trabalhado historicamente com a visão de que **a organização é um elixir inequívoco para todos os males da vida social**. Para solucionar ou encaminhar qualquer problema social, a palavra de ordem sempre foi a de "criar uma estrutura orgânica capaz não apenas de vencer os inimigos mas, também, de garantir a direção unificada das lutas".

Esta expressão é referência, tanto para as formas tradicionais de organização política (vanguardas clássicas), quanto para as novas gerações combativas (Partidos de Esquerda, Centrais Sindicais, Movimentos Populares etc, que emergiram no cenário político a partir dos anos 80).

No entanto, a necessidade de construir **máquinas organizativas imbatíveis** não representa apenas uma diretriz política da prática militante (ou mesmo, das diferentes tradições marxistas e de esquerda, no Brasil e no mundo). Representa, isto sim, **uma doutrina territorial maquina que supervaloriza a fortaleza organizativa como espaço privilegiado de poder mobilizativo e como estrutura orgânica de controle e direção política.**

A **doutrina territorial organizativa**¹⁶, além de constituir uma obsessão pulsional da vanguarda iluminada (delimitando espaços na política), serve também, de referência para a justificação de outra máxima: "Para mobilizar as massas, é preciso organizá-las". Basta alguém visualizar uma linha de trabalho qualquer ou mesmo uma nova bandeira de luta, que a priori e de imediato, surge na cabeça de algum "iluminado estrategista", a forma de organização ideal. E a receita é uma só: "para que tudo funcione adequadamente é preciso ter muita disciplina e obstinação".

Até na perspectiva de "organizar-o- não-organizado" criam-se **complexos organizativos e burocráticos** que passam a direcionar processos e controlar resultados. Imediatamente, estão dadas as razões e as condições para o processo de institucionalização e a burocratização das forças sociais.

Além de inibir a essência da aprendizagem participativa (e coletiva), tal perspectiva perde aquilo que garante o poder transformador: **a espontaneidade criativa**. Com o passar do tempo, às máquinas burocráticas ganham com sua destreza alquímica importância incomensurável na esfera política, transformando-se em agências modeladoras das práticas e dos comportamentos humanos.

Entretanto, que características assumem e que papel desempenham as máquinas burocráticas no cotidiano da vida militante? De que forma ocorre a estruturação e o esquadramento do espaço social que elas circunscrevem?

Um dos papéis primordiais das máquinas burocráticas é o de **enquadramento da realidade social e de seu movimento dinâmico**. Se tem uma coisa que a burocracia não tolera é o movimento dinâmico das idéias e seus fluxos galopantes. Mas por que não tolera?

Segundo Marcos ROLIM, existem três razões para explicar esta intolerância:

Primeiro, porque a burocracia necessita transformar as idéias mobilizadoras em mandamentos e codificá-las ordenadamente;

Segundo, porque precisa sustentar a prevalência do código e reforçá-lo permanentemente remetendo toda e qualquer discussão aos limites autorizados pelo próprio ordenamento (no sentido de defender e legitimar a identidade original do código contra a diversidade de opiniões...);

¹⁶ **Doutrina territorial organizativa**, no sentido de caracterizar a existência de um conjunto de procedimentos organizativos, servindo como "modelo" e "referência", à qualquer tipo de movimento ou projeto social. Quer significar, a existência de uma "malha de procedimentos organizativos", presentes na imaginação e na prática de certos militantes, quando estes participam da coordenação de processos e movimentos políticos. Muitos militantes, transformam determinados movimentos de ação política, em verdadeiras "máquinas organizativas". Para funcionar, tudo deve ser encaixado numa constelação organizativa, que por sua vez, possa dinamizar o plano do agir, do fazer e da identificação social.

O passo seguinte (terceiro), é o de estigmatizar toda e qualquer posição divergente como incompatível com o código e montar estratégias para derrotar aqueles que questionam a sua prevalência.

O desfecho deste processo é a promoção de uma esfera pública fantasmagórica onde todos os procedimentos são rituais, a começar pelo ato de fala uma vez que todos dizem exatamente o que se espera que digam. Neste aspecto dramático onde tudo imita a política, já não resta mais tempo para qualquer sociabilidade digna. O convívio transforma-se ele mesmo em cálculo e todo o despreendimento será castigado. Na atmosfera burocrática, apenas a intriga é permutável (ROLIM, 1993:2-3).

Assim, estas **máquinas de sobrecodificação**¹⁷ determinam não apenas o que é compreensível e o que não o é (através da pujança de seus códigos) mas, fundamentalmente, detonam todo e qualquer processo de **singularização mobilizante**¹⁸. Acabam inibindo e atrofiando as diferentes formas de expressão social e, mesmo, interceptando as múltiplas possibilidades de viver e existir. Com seu aparato centralizador, as máquinas burocráticas capturam os movimentos singulares, transformando-os em códigos de base territorializados.

Um segundo aspecto característico das máquinas burocráticas é a **absolutização das estruturas em detrimento da ação livre do sujeito**. Prefere-se idealizar as estruturas como portadoras naturais de reivindicações e vontades coletivas do que dar movimento aos indivíduos e processos dinâmicos.

A vontade individual, o pensamento independente ou mesmo o sentimento singular sempre foram condenados como uma aberração do individualismo burguês e como um obstáculo à tentativa de unificação política. Sempre se alertava para os riscos de desagregação e dispersão política. Nesta perspectiva, o sujeito vivo e atuante é visto tão somente como suporte das estruturas. E um bom militante é aquele que não leva para dentro da organização seus problemas pessoais.

Um terceiro aspecto das máquinas burocráticas é a **aplicação de modelos institucionais, baseados no respeito à hierarquia e à chefia**. Existe, na sociedade, uma **cultura vertical** baseada na ordem, na hierarquia e na obediência. Esta cultura permeia todos os espaços e as relações sociais. Está presente na forma de direção vertical e hierárquica do Estado, nas unidades e organizações produtivas, nos diversos tipos de família, nos sindicatos e partidos, nas ordens militares e religiosas. Esta cultura, funciona como um "corpus global", principalmente, no interior das sociedades desiguais.

Em geral todos os sistemas de dominação apresentam características similares deste ponto de vista: os órgãos ou cargos dirigentes são autônomos em relação à base ou aos postos inferiores; as delegações de poder ocorridas dentro do sistema são em geral irrevogáveis pelos níveis subalternos; o acesso às funções orgânicas (consideradas como postos de comando) não é baseado na eletividade, mas sim num processo de nomeação e cooptação (FRANCO, 1990:138).

Significa compreender que tanto a forma de direção política, quanto a forma organizativa, compõem um estilo hierárquico e piramidal de comando. Onde será praticamente impossível a participação direta dos diferentes sujeitos sociais, com seu conjunto de reivindicações e diferenciações. Eventualmente, quando isto for permitido, será incapaz de abolir os vícios tradicionais ou a cultura global incrustada nas relações estabelecidas.

17. Sentido dado por GUATTARI:1987 quando busca caracterizar as máquinas produtoras de códigos e territórios homogeneizados, enquadrando os sujeitos sociais em "comportamentos etiquetados" e bem definidos.

18. A "**singularização mobilizante**" caracteriza-se, fundamentalmente, pela possibilidade dos sujeitos sociais fugirem dos processos de modelagem e esquadrihamento subjetivo. Constitui-se num "fluxo dinâmico", capaz de engendrar "novos devires" e novas formas de ser e existir.

No cotidiano da vida militante, trata-se de observar religiosamente o sentido vertical e hierárquico de direção política. E atos de rebeldia configuram-se, evidentemente, como sinal de traição à hierarquia, justificando, portanto, medidas severas de punição e até de expulsão da organização.

Dessa forma, a função básica da militância (principalmente dos **bagrinhos**¹⁹) é a obediência e respeito máximo à máquina organizativa, pouco importando se ela está assentada sobre uma estrutura vertical ou se organiza sob um modelo de funcionamento hierárquico. O importante é que se consiga a execução das diretrizes políticas oficiais e a garantia da coesão sem tensão entre a diversidade de seus membros.

A observância deste modelo (vertical e hierárquico) nada mais é do que o padrão clássico de organização centralizada, surgido no século XIX e paulatinamente consolidado pelas relações de produção capitalista. Trata-se, na verdade, de **uma cristalização histórica, resultante da tensão dialética entre dependência e autonomia**. Na militância, este modelo determina, não apenas, o estilo de direção política (geralmente centralizada e hierarquizada) mas, fundamentalmente, os tipos de serviços e as formas de exercício do poder no interior das máquinas organizativas.

2.1.3 O MITO DO PODER

O poder é o sexo dos velhos
(Leminski)

Não comungo com a idéia daqueles que acreditam que o poder é um fenômeno natural, presente nas sociedades humanas. Também não acredito que o poder possua uma essência universal, ou mesmo, uma natureza específica, com uma centralidade lógica e bem determinada. Tampouco acredito que o poder seja um mecanismo exclusivo da esfera repressiva ou da força de proibição. Antes pelo contrário.

Faço minhas as palavras de FOUCAULT, quando diz que

se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1992:8).

O poder é uma prática social multiforme. Lança mão, ininterruptamente, de uma multiplicidade de procedimentos particulares, fazendo circular, por todo o corpo social, mecanismos fecundos de persuasão, de repressão, de adaptação, de controle, de transformação, etc. O poder é uma tecitura histórica e dinâmica.

Por sua vez, os militantes estão cotidianamente imersos em complexas relações de poder. São relações que transitam por entre a esfera do visível e do invisível, do mundo público e privado, com suas tramas e tessituras, com suas táticas e estratégias, com seus segredos e pactos, enfim, com suas sutilezas e ardis.

Particularmente focalizarei a predominância de quatro dispositivos de poder (ou concepções), presentes na práxis militante: **o poder enquanto missão libertadora; o poder**

¹⁹ **Bagrinho** é uma expressão cunhada nos espaços da militância, para designar a diferenciação hierárquica, entre dirigentes "mais" e "menos" importantes, no interior das direções e das organizações sindicais e políticas. Esta expressão possui o mesmo sentido que aquela inventada no Congresso Nacional, enquadrando Deputados e Senadores, como pertencentes ao "baixo clero" e "alto clero" (pelo grau de força e influência política dos nobres representantes do legislativo).

enquanto energia pulsional; o poder enquanto controle burocrático e o poder enquanto hegemonia absoluta.

O PODER ENQUANTO MISSÃO

Para muitos militantes, o poder é visto como uma **missão libertadora**, que se processa na ordem cotidiana, sob o domínio de *enviados prediletos*. Esta concepção busca justificativa histórica na tradição religiosa (principalmente da Igreja Católica) e encontra motivação nos valores revolucionários do tempo presente como, por exemplo, a idéia de *dedicação exclusiva à causa*, a idéia de *sacrifício e sacerdócio perene* etc.

Dessa forma, a matriz de interpretação do poder é fornecida por uma chave teológica, baseada na *teologia da libertação*²⁰. Ou seja, o poder é exercido enquanto função sacerdotal, que emerge da vontade de uma força superior e que serve de motivação revolucionária para transformação da realidade presente. Assim, a força do poder encontra-se nesta realidade exterior (como doação de uma força superior), para que o militante realize as transformações desejadas na realidade histórica.

Esta concepção assenta-se na visão espiritualista de que o militante deve ser um sujeito responsável pela libertação dos outros e, na dinâmica de sua missão, deve preocupar-se não apenas com a sua liberdade mas, fundamentalmente, com o processo de libertação do outro (do *povo sofrido*).

No afã de ajudar a libertação do outro, o militante sente-se comprometido (espiritual e ideologicamente) com o processo de transformação do homem e do mundo. Contrai, por assim dizer, uma espécie de dívida com os oprimidos (no intuito de salvá-los das situações injustas e das armadilhas terrestres de dominação e opressão social).

Diante disso, o militante é colocado frente a um compromisso político de co-reponsabilidade pelo destino da humanidade. Sua prática, bem como o exercício do poder, assumem um caráter de sacrifício e doação. Um sentimento humanitário.

Dentro desta perspectiva *o poder constitui-se, vigorosamente, num mecanismo de intervenção social, desencadeando lutas, instituindo relações, criando acontecimentos, e permutando idéias. O poder institui-se como um serviço fraternal da militância, na tentativa de direcionar processos e construir esperanças. Verdadeira ação missionária.*

Mesmo que esta ação provoque um desgaste pulsional (pela quantidade de sacrifício e energia dispendida), ela é tida como uma experiência modelo na vida militante. Uma espécie de padrão universal de comportamento militante, capaz de gerar, por um lado, uma pitada de prazer (conforto interno) e, por outro, uma dose peculiar de poder (referência externa).

O PODER ENQUANTO ENERGIA PULSIONAL

Por sua vez, o dispositivo de poder enquanto energia pulsional cria no militante a sensação de gozo ininterrupto pelo fato de estar dirigindo e comandando um projeto de libertação social (mesmo tendo um caráter utópico e a-histórico). Sente-se fascinado pelo projeto e canaliza, praticamente, toda a sua pulsão energética em prol de sua realização histórica.

²⁰. A **Teologia da Libertação**, emergiu como uma nova práxis cristã, a partir de uma reeleitura Bíblica e de uma análise sociológica da realidade social. Assim, certos membros da Igreja Católica (dentre eles, alguns Padres, Bispos e Arcebispos, fiéis), passaram a desenvolver uma leitura e uma prática pastoral, vinculada à realidade de vida, trabalho e situação de comunidades e populações pobres marginalizadas, principalmente, em países do terceiro mundo. Dentre os Teólogos brasileiros, mais influentes, podemos destacar: Frei Leonardo Boff (hoje fora da hierarquia da Igreja Católica Romana), Frei Betto, o Bispo Pedro Casaldáliga e o Arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, dentre outros.

Nesta vasão pulsional vão-se longos anos de vida ativista, num verdadeiro processo autofágico. Alguns até avaliam dizendo que o processo de desgaste não vale a pena; outros dizem que é muito sacrificante e manifestam uma vontade de *cair fora*; outros ainda têm a certeza de que vale continuar, pois isto lhes traz uma satisfação indescritível.

Porém, no bojo desta satisfação, há uma espécie de idolatria do poder. Uma relação de satisfação prazerosa e libidinal. Uma espécie de **adoração do poder pela sua satisfação libidinal**. "O poder me dá prazer", afirmava em depoimento um militante-dirigente. Assim, para certos militantes, o poder é a razão e o sentido do cotidiano.

Já não existe outro tipo de prazer, a não ser o prazer do poder. Verdadeiro mito libidinal.

O PODER ENQUANTO FORÇA BUROCRÁTICA

O poder enquanto força de controle burocrático tem um conteúdo tipicamente instrumental. É o domínio da *força instrumental* e burocrática na construção das relações entre os indivíduos e a vida militante. Em outras palavras, significa dizer que, existe no fazer militante, um agir instrumental, que supervaloriza as funções burocráticas, os sistemas de controle e o direcionamento de processos, tendo em vista a eficácia dos meios, para a obtenção dos fins desejados.

Esta tendência evidencia-se não apenas pela existência de extratos burocráticos, no interior da vida militante (dirigentes, assessores, funcionários etc) mas, fundamentalmente, por existir uma *cultura de intervenção* baseada em discursos e práticas que conduzem e direcionam processos.

Como resultado, controlam todas as intenções e gestos. Para eles, isto representa um grande poder. Um mecanismo de direção e controle social.

O PODER ENQUANTO HEGEMONIA ABSOLUTA

Por último, o poder enquanto hegemonia absoluta assenta-se na crença de que o poder é algo que se possa tomar e direcionar cientificamente. Algum tipo de aparato bélico que alguém pode utilizar em proveito próprio, a qualquer momento. Algo estático, que se pode reter.

Dessa forma, acredita-se, muito mais, no poder enquanto força de alguns sobre a fraqueza de outros. Não se percebe o poder enquanto um campo de possibilidades, ou mesmo enquanto um jogo determinado por situações históricas e mutantes, que se exerce, fundamentalmente, sobre os *sujeitos livres*, em situação de liberdade, segundo a compreensão de FOUCAULT.

Para muitos militantes, o poder enquanto algo que se controla é mais do que um mito político: é uma filosofia de vida. É uma orientação cotidiana da práxis. É algo que aponta uma *direção hegemônica*, ou uma *certeza científica*, conduzindo, inexoravelmente, à realização do projeto histórico. "**Com o poder na mão, se faz transformação**", esta é a palavra de ordem de muitos militantes.

Em síntese, a **crystalização dos mitos militantes** (utópico, organizativo e do poder) funciona como uma espécie de *álibi invertido* na vida militante. Ou seja, funciona como uma lógica territorializante que produz e reproduz uma série de **dispositivos**, bloqueando e limitando a passagem de uma processualidade mais ampla, aberta e micromolecular da ação militante.

Esta tendência fica mais transparente quando analisamos a miséria da vida cotidiana e os processos de esclerosamento subjacentes a ela.

2.2. AS MISÉRIAS DA VIDA COTIDIANA

O cotidiano é uma realidade povoada
por uma rede de "micro-fazer" e
"micro-poderes". Nele, tecemos os
múltiplos contornos de nossa vida!
Nele, revelamos a "mistura fina" de nossos
atos, interesses e comportamentos sociais.
O cotidiano é, por excelência, o lugar
privilegiado de produção da
subjetividade humana!

A história real da militância sindical combativa (de esquerda) é, sem dúvida, uma extraordinária aventura. Uma aventura que vai além da rigidez, do mau humor, da desilusão e do sofrimento (combinando muitas vezes ficção com realismo, humor com sisudez, heroísmo com covardia).

Tal aventura diz respeito, oportunamente, ao **mundo vivido** por inúmeros personagens do mais alto grau de altruísmo que, de uma forma ou de outra, dedicaram suas vidas, ou parte delas, a uma causa que consciente ou inconscientemente acreditavam poder construir — **a utopia coletivista de uma sociedade igualitária**.

Utopia que demandou, para muitos, uma aposta no futuro, um desprendimento ascético, uma entrega total, executando pragmática e disciplinadamente muitos trabalhos difíceis como, por exemplo, arriscar a própria vida para realizar uma tarefa considerada importante para o processo revolucionário.

Não podemos esquecer que, geralmente, estas ações eram feitas por pessoas destemidas e pragmáticas, que procuravam seguir à risca todos os *princípios revolucionários* e os *procedimentos técnico-operacionais* determinados.

Mesmo correndo riscos de vida, muitos militantes orgulhavam-se de seus atos (muito embora alguns deles resultassem em efeitos enviesados e contraditórios para os próprios militantes).

A estes *sujeitos altruístas* que arriscavam a própria vida para realizar um feito revolucionário e acreditavam estar construindo uma *nova sociedade* (socialista, utópica, revolucionária), a eles dedicamos o mais alto grau de estima e respeitabilidade humana, principalmente pela bravura individual.

Mas aqui não vamos nos reportar à bravura individual destes **sujeitos visionários**. Interessa-nos, sim, as relações vividas cotidianamente. Ou seja, aquelas relações que revelam as contradições vividas entre a prática objetiva e a visão utópica, entre a diretriz filosófica e o fazer político, entre a vida pública e a vida privada, enfim, entre a razão histórica do projeto e a sensibilidade desejante dos próprios sujeitos envolvidos.

Interessa-nos sobremaneira os aspectos pertinentes à processualidade cotidiana vivida, rica ou miseravelmente, pelos mais diferentes militantes sindicais.

Neste sentido, vamos ao encontro daquilo que GUATTARI designou como **elementos da micropolítica cotidiana**²¹. Ou seja, vamos ao encaixe daqueles elementos tecidos no interior da práxis e da vida militante.

2.2.1 A FALÁCIA OCA DOS DISCURSOS

(SÓ PALAVRAS NÃO MUDAM A REALIDADE)

Um dos primeiros paradoxos da vida militante é a discrepância entre a *aspiração utópica* (desejo), o *discurso político* e a *prática cotidiana*. Ou seja, na ânsia de apressar a transformação da realidade concreta, muitos militantes lançaram-se ao desafio de mudar a realidade pela ação do *discurso articulado* e não pela ação da processualidade histórica real.

Neste sentido, criaram-se, no interior da militância, uma cultura, uma crença e uma ideologia de que a **mudança** ocorre quando seus quadros conseguem efetuar uma **"narrativa discursiva"** sobre a **"realidade objetiva"**. Neste campo, é muito comum encontrarmos militantes se destacando (ou sendo destacados) pela *consciência* e *destreza* de sua fala.

Quando montamos a chapa de nossa diretoria, procuramos garantir a presença daqueles trabalhadores que são "conscientes" e que conseguem "falar bem". Porque se não souber falar em público, os trabalhadores não vão acreditar no dirigente e no trabalho do sindicato (...)

Dirigente bom é aquele que sabe falar em público e que consegue fazer a massa vibrar (M. n° 01).

Dominando os artificios da palavra, muitos militantes são considerados mais *inteligentes* e *desenvolvidos* que outros (e, de quebra, acabam sendo os *preferidos* pela vanguarda de plantão). E, num piscar de olhos, passam a fazer parte das instâncias sindicais

para fazer parte do sindicato, era só saber discursar em público. Se você levasse jeito pra coisa e conseguisse prender a atenção das pessoas, já era considerado uma "grande liderança". E em pouco tempo, entrava para a diretoria e participava de tudo (M.n° 02)

Principalmente se o *novo militante* fosse capaz de reproduzir, com perfeição, os **chavões** e **modelos discursivos** da inteligentsia vanguardista. Na verdade, o que se exigia de um militante era a sua *destreza* para com a palavra e não a sua *coerência* prática.

Havia, por assim dizer, um processo de *endeusamento da palavra*, em detrimento de uma *coerência prática*, que realmente envolvesse o indivíduo como um todo e transformasse a realidade. Mediante a primazia da palavra, bastava aos sujeitos militantes dominarem certos recursos técnicos para se dar bem no meio sindical. Pouco importava a *globalidade*, a coerência e os significados de seus atos. Bastava, tão somente, dominar os recursos do discurso fácil que já era considerado um "dirigente porreta".

Porém, isto não quer dizer que a técnica do discurso deva ser banida da prática sindical. Pelo contrário, o ato da fala é, em si mesmo, um significado histórico concreto de resistência e pronunciamento humano (e, se bem utilizada, se caracteriza num dos principais instrumentos de mobilização social).

²¹. Segundo GUATTARI & ROLNIK:1993 é preciso e necessário mudar a lógica a respeito dos fenômenos sociais e desejantes. Ou seja, é preciso compreender que os desejos, as coisas e as lutas se cruzam tanto a nível "molar" quanto a nível "molecular". "Na física quântica, por exemplo, foi necessário que um dia os físicos admitissem que a matéria é corpuscular e ondulatória, ao mesmo tempo. Da mesma forma que as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares.

Porém, ela não pode estar “descarnada” e dissociada da realidade concreta. Como também não pode servir de critério classificatório para distinguir quem é “combativo” ou “autêntico”, de quem é “reformista” ou “pelego”.

Com o passar do tempo, o próprio ato de *aprender a discursar* passou a ser treinado e aprendido no interior do movimento (principalmente por ocasião das *grandes mobilizações* ou *eventos massivos*).

Neste sentido, todos sabemos que as grandes mobilizações de massa sempre foram conduzidas por lideranças carismáticas. Até aí, tudo bem. Porém, acontece que esta liderança, ao se tornar referência, tornava-se também alguém importante e com influência. E, no movimento, ter influência é ter poder. Neste sentido, muitas lideranças passaram a ocupar um lugar de destaque dentro das organizações sindicais, direcionando processos e influenciando pessoas.

Este tipo de liderança, proprietária da palavra e influenciadora de processos, acabou, também, dissimulando no interior da práxis militante uma idéia, uma cultura e uma ideologia, de que a mudança da realidade e, fundamentalmente, da sociedade capitalista, se efetuará pela *esperteza da consciência* e pela *destreza discursiva*.

Passa por aí **um dos paradoxos da vida militante — a influência das idéias e palavras — em detrimento da afirmação fundamental dos comportamentos e atos.**

Portanto, aqui reside uma grande armadilha para o desenvolvimento e a afirmação sócio-ético do projeto militante: a não percepção de que a mudança só se efetiva pela alteração dos comportamentos, das posturas e pelas relações de democratização eu-outro, eu-eu, nós-nós (e não somente pelo macro-discurso contra as estruturas, os sistemas e as formações sociais constituídas).

Não existe projeto fora da realidade vivida e sem o enfrentamento das contradições cotidianas. Neste sentido, o projeto que temos e defendemos é aquele que conseguimos expressar diariamente, através de nossos atos, de nossas posturas e atitudes.

SARTRE já dizia que **só há projeto na ação e na prática cotidiana. O ser humano não é uma invenção fora de si mesmo, mas o resultado efetivo do conjunto dos seus atos.** É, portanto, um contínuo fazer-se, um **projeto processual**, ao mesmo tempo, universal e particular, objetivo e subjetivo, múltiplo e singular, imanente e transcendente. Assim, como não há ser humano fora do mundo vivido e concreto, também não há projeto fora da realidade subjetiva e humana.

2.2.2 FAÇA O QUE EU DIGO, NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO

(CASA DE FERREIRO, ESPETO DE PAU)

A *prática objetiva* dos quadros militantes tem-se transformado, historicamente, numa fonte de miopias. No processo de confronto com outros atores sociais, os *militantes profissionais* conseguem desenvolver um discurso relativamente articulado (seja contra os efeitos das ditaduras, dos processos de concentração de renda, das formas de corrupção, das medidas arbitrárias, das formas espúrias de fazer política, seja internamente, na defesa de teses e interesses particulares). Porém, com relação ao **exercício cotidiano do poder**, por vezes estes mesmos revolucionários negam a condição de serem transparentemente democráticos, coerentes e humanos.

É muito comum encontrarmos militantes engalfinhados na máquina sindical, monopolizando articulações e formas de participação coletiva e social. Existe uma espécie de medo de que a participação vá comprometer os interesses e os rumos da organização. Por isso, é preferível e até *saudável* manter os trabalhadores distantes das formas elementares de consulta popular e dos processos de participação ativa,

Em nosso sindicato tentamos por em prática essa idéia de consultar os trabalhadores sobre como o sindicato devia funcionar e trabalhar em prol dos trabalhadores. Chegamos até fazer uma pesquisa perguntando sobre quais as coisas mais importantes que o sindicato tinha que fazer (...).

Mas saiu uma lista de reivindicações impossível de ser atendida, pois o sindicato não tinha recursos financeiros e mesmo pessoal para atender tudo. No início até tentamos, mas logo os trabalhadores começaram a pressionar cobrando coisas e resultados da diretoria e fomos obrigados a parar com essa idéia de consultar as bases... (M. n° 03).

Porém, a interceptação da participação não acontece apenas no nível da relação militante-base, mas também na esfera das **disputas internas**. Ou seja, nos embates internos, as disputas nem sempre se caracterizam por processos transparentes e legítimos. São muito comuns os processos de expurgo e as "puxadas-de-tapete", chegando, em muitos casos, ao banimento das vozes discordantes.

Na vontade de transformar o mundo, muitas vezes, assumimos posturas autoritárias com os outros e conosco mesmo. Quando queremos garantir um espaço, um lugar ou um cargo de importância, disputamos e pisamos nos outros, como se isso fosse algo tão normal e natural na construção do projeto(...).

Em nome do projeto, já vi acontecerem coisas do "arco-da-velha". Vi pessoa ameaçar, xingar e pedir a cabeça do companheiro, só porque o companheiro não concordou com sua proposta. Mas, o pior, não é só isso. O pior é a pessoa tramar uma "cama-de-gato", um monte de mentira, para difamar e expulsar o companheiro do movimento (M. n° 04).

Porém, existem militantes (dirigentes) que consideram esse tipo de coisa uma situação *normal e natural* no movimento. Dizem que isso faz parte do dia-a-dia de quem *faz política*. E que quando a situação fica insuportável, o melhor mesmo é uma das partes sair. Acontece que, geralmente, quem acaba saindo não o faz por opção ou por livre vontade. Comumente o faz, por *livre pressão* ou, mais precisamente, por processos extremamente dolorosos, como revela o depoimento deste militante.

Quando discordei de algumas idéias de diretores do meu sindicato, logo foram me dizendo que eu era novo e tinha que aprender muito. No início, até achei que eles estavam certos (...). Depois de um tempo, continuei fazendo minhas observações, porque aquilo que via, não concordava. Aos poucos começaram os ataques e pressões. Uns diziam que eu tinha que ficar na minha porque ia sobrar prá minha cabeça. Outros diziam que eu estava fazendo a coisa errada, pois onde já se viu, alguém que recém chegou, já querer dizer o que é certo ou errado. Ainda tinha aqueles que começaram a me difamar, inventando coisas sobre a minha vida particular e meu jeito de ser. Não deu outra, quando me vi, estava no meio de um "fogo cruzado" e não tinha mais como continuar. Neste tipo de ambiente, não teve mais espaço prá mim (M.n°05).

Neste sentido, o ambiente fica de tal forma *carregado* que já não é mais possível permanecer dentro dele. Já não é mais possível operar *movimentos de leveza*, pois a situação extrapolou os limites do suportável.,

Justamente no momento em que a crítica, o questionar e o pensar diferente deveriam dar substância e retroalimentar o movimento as *vozes discordantes* são abafadas e banidas do cortejo militante.

Hoje, muitas dessas vozes encontram-se por aí, no anonimato e no esquecimento político mas trazem na memória sinais visíveis desse desatino militante. Não deixam de revelar o antagonismo da velha máxima: "casa de ferreiro, espeto de pau".

2.2.3 CORPO ANÃO, CABEÇA BALÃO

O corpo é o único que não nos abandona.

(Clarice Lispector)

Ele é a nossa casa e está até o fim com a gente.

Ele é a única coisa que não é provisório;
diferente do trabalho, do tempo, do espaço.

Com o corpo, não tem jeito.

Ele é eterno, enquanto existimos!

(Deisimer Gorczweski)

Dentre as inúmeras modalidades formativas realizadas com militantes sindicais, uma nos marcou profundamente. Trata-se, fundamentalmente, daquelas atividades que se propõem a refletir as **“expressões da subjetividade no trabalho”**, conjugando elementos da **metodologia da visualização**²².

No desenvolvimento de uma atividade formativa²³, solicitamos que os militantes sindicais expressassem (através de moldes e recortes) "como sentiam o seu **corpo** enquanto trabalhavam". Os resultados foram surpreendentes:

a) em primeiro lugar, apareceram **corpos visivelmente mutilados**, sem os principais membros (pernas, braços, orelhas etc).

Um dos trabalhos, por exemplo, nos chamou a atenção, pelo grau de mutilação, mas também pela supremacia de apenas um órgão (a cabeça), em detrimento de todos os demais. Ou seja, a pessoa não sente o corpo enquanto trabalha, apenas a cabeça. Eis seu depoimento

(...) eu comentei no grupo que eu não sinto o meu corpo. Só sinto a cabeça. Os braços e as pernas existem, mas é como se não fossem peças principais. O fundamental, é a cabeça. Até pensei em colocar o corpo, com dois braços, com pernas e cabeça, até pela demanda no nosso sindicato. Mas, eu não sinto o meu corpo enquanto trabalho. Exige-se

²². Esta metodologia e suas técnicas foram originalmente desenvolvidas na Alemanha Federal por uma equipe multidisciplinar, composta por pedagogos, engenheiros, sociólogos, psicólogos e outros especialistas, sob a coordenação de Gerog KIEFER, num convênio de cooperação entre a Universidade Federal e o Sindicato dos Metalúrgicos daquele país. Sua chegada no Brasil foi proporcionada pelo Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento Econômico e Social (ILDES). Os principais procedimentos didáticos de tal metodologia consistem:

- a) na formulação, com clareza e objetividade, de uma pergunta específica, como por exemplo: "como eu me sinto saindo do meu trabalho?";
- b) na utilização e confecção de múltiplos materiais de expressão (seja um desenho, uma figura, uma fotografia, uma representação etc);
- c) na apresentação individual e coletiva das experiências e expressões criadas;
- d) na conceituação e debate das principais "categorias norteadoras" e dos "fenômenos emergentes" no processo educativo.

Portanto, tal metodologia, além de possibilitar a dinamização de um conjunto de exercícios, dinâmicas, movimentos, posturas, também possibilita o tratamento de um conjunto de temáticas ligadas ao corpo, aos processos de trabalho, às questões do lazer, prazer, sofrimento etc.

²³ Cf. memória do curso: **"Expressões da Subjetividade no Trabalho"**, promovido pela Rede de Formação da Escola Sul/CUT (Microrregião de Florianópolis) e apoiado pelo Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico e Social - ILDES e Escola Sul e Cut/SC, Florianópolis, 1995, p. 47 (mimeo). A coordenação e o desenvolvimento técnico-pedagógico deste evento ficou a cargo de: Deisimer Gorczweski (educadora popular do Reconstrução Sul); Helena Bins Ely (mestrando em Sociologia pela Unicamp e formadora da Escola São Paulo/CUT); Sabino Bussanello (mestrando em Educação pela UFSC, formador da Escola Sindical da FETIESC e docente do curso de Pedagogia da UDESC); e Ari Sartori (Assessor Sindical do Sinergia/Florianópolis e mestrando em Antropologia pela UFSC).

muito da mente e da cabeça da gente. Então, quer dizer, ela comanda e distribui as outras partes do corpo. E o tronco, foi só para segurar a cabeça mesmo. Eu tenho os olhos e a boca, ali, no mesmo sentido que eu tenho os braços e as pernas; mas eles estão ali; eles podem fazer parte, mas o que comanda é a mente, é a cabeça; então, o mais importante, o que eu sinto no trabalho é a mente; agora, as outras partes do corpo, é como se fosse uma peça (M. n° 06).

Esta fala revela claramente a tipologia do militante *ruminante da memória*, que faz de sua cabeça uma máquina pesada e prestes a explodir.

b) Um segundo aspecto que nos chamou atenção, foi a **desconexão das partes internas e externas do corpo e a dualidade corpo-mente**. Ou seja, nenhum dos trabalhos apresentados (cerca de vinte e quatro), revelou qualquer relação entre os órgãos internos do corpo (circulação sanguínea, o cérebro, os ossos, o sistema nervoso, o coração) e os órgãos externos e aparentes (cabeça, pernas, braços, mãos, cabelos).

Não apareceram, em nenhum desenho, as partes internas do corpo, só o seu externo. Me chamou muita atenção isso aí; porque de repente você pensa muito, de como você é externamente e esquece de expor o seu interno, quando, as vezes, é mais importante você expor o seu interno, até para que as pessoas compreendam e possam analisar que você não é uma máquina, mas sim um ser humano (...). A gente deixa passar despercebido muitos detalhes; as vezes a gente quer passar aquela idéia de que é durão e na realidade não é tudo isso que representa na luta e no cotidiano da gente (M. n° 07).

Na militância, o enrijecimento das linhas corporais também fica visível no fenômeno da dualidade corpo-mente.

Na militância, muitas vezes, não damos bola para o corpo. Quando temos atividades, vamos fazendo e não ligamos prá reclamações do corpo. E muitas vezes, até nos justificamos, em auto-defesa: "o corpo está ruim, mas a mente está boa". E dificilmente dizemos o contrário: "o corpo está bem e a mente está ruim". Por que não existe forma de separar e fragmentar corpo e mente, mas nós teimamos em fazer (M. n° 08).

c) Um terceiro aspecto, referente à manifestação corporal dos militantes, é que praticamente não apareceram **traços de alegria e afetividade**. Pelo contrário, as expressões corporais manifestaram nitidamente aquilo que mais sentem cotidianamente — tristeza, cansaço, sofrimento e endurecimento de suas formas.

Parece que os militantes têm vergonha de demonstrar sua afetividade. Até mesmo quem tem filhos, não coloca a questão do planejamento familiar, da organização do lazer, da convivência com os filhos...

Assim, não temos tempo prá nada, nem prá aquilo que nos agrada e nos faz bem, enquanto pessoas. Aí, eu pergunto: é isso que a gente quer? Falamos da construção de uma nova sociedade, da transformação das coisas, mas passamos uma coisa tão pesada para as outras pessoas, que elas não querem fazer parte dessa loucura (M. n° 09).

Porém, a que se deve a revelação destes fenômenos?

A nosso ver, estes sintomas são provenientes:

1º) da modelização e esquadrinamento social realizado pelo Capitalismo Mundial Integrado - CMI. Esta modelização se efetiva pela ação integrada de uma máquina de controle do corpo, que transforma os indivíduos em *autômatos frios* e *peças desconectadas*.

A ação desta máquina se faz sentir tanto em nível global, quanto em nível do inconsciente de cada indivíduo. Dessa forma, no mundo da fragmentação e desconexão, é muito comum as pessoas não relacionarem uma coisa com a outra ou as partes externas do corpo com as partes internas.

2º) um outro elemento causal refere-se à dinâmica da própria ação militante. A questão é: por que os trabalhos com o corpo não apresentaram laços de conexão entre partes internas e externas e nenhum traço de afetividade e leveza?

Como explicar esta contradição, se a causa militante tem como objetivo máximo transformar a rudeza e dureza da realidade sócio-político-econômica e construir um *novo projeto*, onde os indivíduos possam viver livremente sua subjetividade?

Aqui reside um grande nó da práxis e da vida militante. Existe um conflito latente entre aquilo que se quer e aquilo que se faz, entre aquilo que se prega e aquilo que se vive.

Muitos militantes acham que o cuidado com o corpo não passa de um *capricho pequeno-burguês*, próprio daqueles que não possuem nada de importante para fazer. Outros, agem como se o corpo fosse uma simples máquina (e que não precisa de reparos, de descanso e de reabastecimentos). Muitos, ainda vêem o corpo como uma simples aparência (por isso a prioridade dos traços externos).

Na militância, o cuidado com o corpo está aquém das necessidades. São poucos os militantes que concebem o corpo como uma *casa viva*, precisando ser bem cuidado, energizado e revisitado permanentemente.

2.2.4 O QUE FAZER COM O TRABALHO DA MINHA VIDA

Um outro paradoxo que permeia a vida militante é o ritmo estressante do trabalho. Ou seja, quando se pergunta aos militantes “como se sentem ao **sair** de seu trabalho?”, a grande maioria revela uma sensação de alívio, de prazer, de liberdade e satisfação. Expressões como: “hoje o tempo parece não passar” ou “até que enfim, terminou mais um dia de *enchecção de saco*: reunião, reunião, reunião” — são, dentre outras, as manifestações mais comuns e corriqueiras dos militantes, após uma jornada de trabalho.

Porém, será que um dia comum, de qualquer trabalhador, também não apresenta os mesmos ingredientes? Se sim, o que diferencia o dia de trabalho de um trabalhador comum e de um militante sindical?

Há um consenso, entre os próprios militantes, de que o que diferencia o trabalho de um militante do trabalho de um trabalhador de fábrica, por exemplo, é apenas o *locus da esfera produtiva*, porque o ritmo e a dinâmica do processo produtivo são idênticos.

A maior parte dos trabalhadores levanta cedo, perde tempo na estrada e, quando chega aos locais de trabalho, enfrenta ritmos e processos enfadonhos. Ao chegar em casa está praticamente esgotado, para atender os filhos, estudar e praticar algum tipo de lazer.

O mesmo acontece, geralmente, no trabalho militante. Se para o trabalhador da fábrica, o seu trabalho cotidiano representa mais um processo de sofrimento do que de realização, também para o militante sindical. O seu trabalho diário significa mais um ato de sacrifício e doação do que um processo de completude.

Penso que falar de nós, militantes, não tem diferença de falar do trabalhador que vive dentro da fábrica (...). Nós, militantes, temos vergonha de assumir que vivemos uma vida super agitada e sem tempo prá gente. Como o trabalhador, o operário, o agricultor tem aquela vida horrível de trabalho desgastante, a gente coloca prá gente, também, uma vida de sacrifício. Uma ideologia de sacrifício. Se a gente tá lutando, prá construir uma coisa diferente, com que coerência vamos defendê-la, se estamos abarrotados de problemas e de dificuldades de viver aquilo que pregamos? (M. nº 10).

Ao lutar contra as formas de exploração capitalista e no afã de alcançar, o mais rápido possível, a transformação da sociedade e a construção da sociedade socialista, muitos militantes se violentam e reproduzem as mesmas coisas que combatem. Reproduzem, para si e dentro de si, o trabalho alienante, a jornada estafante e o cansaço agônico.

Nesse processo, os militantes se sobrecarregam de trabalho, numa “esperança doida” de transformar o mundo. Com o tempo, sobrecarregam-se de atividades (num ativismo frenético) e esquecem de viver a individualidade e *normalidade* da vida cotidiana.

E aí, você se sobrecarrega, porque você não tem outra pessoa prá fazer aqueles serviços do sindicato; e alguém tem que fazer aquele trabalho, pois, você tem consciência disso. Daí você sobrecarrega a sua vida e esquece do teu "eu". Todo mundo aqui esqueceu do seu eu, pois ele, não apareceu em nenhum trabalho. Ou seja, ninguém aqui faz o seu tempo, o seu horário... geralmente estamos a disposição da luta, prá reunião do partido, prá reunião do sindicato, pro trabalho de base, etc. Muitas vezes você chega e diz: aonde que tá a minha vida? E aí se você não tem uma consciência mais formada, você diz não, não é isso que eu quero fazer; isso não dá prá mim; quero cuidar de mim (M. n° 11).

Que sentido possui o trabalho quando não conseguimos vivê-lo enquanto um processo de equilíbrio e de auto-realização pessoal?

Entre os militantes, encontramos todo tipo de explicação. Alguns preferem afirmar que o trabalho militante em nada se difere da loucura que vive o trabalhador comum.

Será que o trabalho do trabalhador comum é diferente dessa loucura militante? A maior parte dos trabalhadores, levantam cedo prá poder trabalhar; enfrentam uma dinâmica enfadonha de trabalho, chegam em casa, têm um tempo pequeno para os filhos, para o lazer, para o estudo (M. n° 12).

Outros chegam mesmo a concordar que o trabalho militante é alienante e sufocante, mas deixam transparecer uma espécie de “sofrimento solidário” (para não chamar de *maniqueísmo*) com a realidade de trabalho dos trabalhadores comuns.

O que a gente tem, está claro que é alienante e que está matando a gente; agora, o trabalho que o povo tem, não satisfaz e não é o que a gente quer. Seria hipocrisia exigir coisa diferente daquilo que o povo tem (M. n° 13).

Já outros militantes manifestam uma crítica e uma *saudade nostálgica*, tanto no sentido de voltar atrás e poder curtir as coisas boas do passado, quanto no sentido de conseguir viver melhor a vida e a dimensão do seu “eu”.

Hoje eu sou bem sincera: não trocaria o trabalho de agricultora, mesmo com a dupla jornada de trabalho, pelo trabalho na militância. Não tem nem comparação. Eu me lembro de quando morava lá na roça, das coisas boas que fazia e do tempo que tinha para fazer certas coisas boas como: chegar no final da tarde e tomar leite de vaca quentinho, visitar os vizinhos e amigos, dormir sem preocupação. Essas coisas assim...

É lógico, você vai ver que lá na fábrica, o trabalhador, também, não tem tempo prá fazer aquilo que ele gostaria de fazer, ou quando tem tempo, não tem dinheiro...

Mas, mesmo tendo algumas desvantagens de ser agricultora (dupla jornada, dificuldades com o trabalho pesado, com os preços baixos dos produtos etc), mas a vida é mais tranquila. Porque, quando eu estava lá na roça, eu vivia a minha vida; eu vivia o meu "eu". Agora que eu estou aqui, na militância, é muito difícil de sobrar tempo para viver (M. n° 14).

2.2.5 A PRESSÃO AGÔNICA DO TEMPO

Nessa “urgência agônica”, o militante se torna escravo do trabalho e da causa pela qual luta. Encontra muitas dificuldades para conciliar a *luta por todos* com a melhoria da qualidade de sua própria vida.

Isso fica muito evidenciado na organização do tempo diário dos militantes. Perguntados sobre como utilizavam às vinte e quatro horas de um dia normal de sua vida, os militantes revelaram:

a) pouco tempo e espaço relacionado ao **descanso** (dormir, relaxar, silenciar). Inclusive há casos em que os militantes não relacionaram um tempo definido para o sono, assumindo uma militância tempo integral (full time).

Na questão do tempo, escolhemos uma situação que revela o militante "full time", aquele militante tempo integral, que é casado, mas não tem esposa, que tem filhos, mas não é pai ou mãe; que é revolucionário, mas não descansa". É um militante que não consegue conciliar essa contradição de lutar pelos direitos e melhoria da vida dos trabalhadores, com a qualidade de sua própria vida (M.nº15).

b) Pouco tempo reservado às **questões prazerosas**, como as questões de ordem pessoal, o lazer, o prazer, o estudo. A prática cotidiana dos militantes fica tomada, dos pés à cabeça, por um conjunto de atividades, que muitas vezes "não dão em nada" e nem permitem aos militantes estudar, respirar e sentir prazer naquilo que fazem.

Conseguir momentos de privacidade torna-se um verdadeiro luxo, como atesta a reflexão abaixo:

Em nosso grupo apareceu a questão do lazer, mas um "lazer pequeno". É um lazer sempre relacionado com a família. Essa questão do lazer pro militante, até passa uma coisa de vergonha, de ser proibido. E questões da vida pessoal; muito menos; você ainda pode se dar o direito a ter um pouco de privacidade, com a sua família, mas o eu, a pessoa e as coisas prá si, não aparecem em nenhum trabalho ou quando aparecem, estão lá, no fim da noite.

A mesma coisa acontece com o estudo. Estudo sempre a partir das dez da noite, num horário que sabemos que praticamente não rende nada, pois já estamos cansados, exaustos (M. nº 16).

Neste sentido, percebe-se uma priorização das questões da luta, em detrimento das questões de lazer e prazer. Em alguns casos, a questão do lazer/prazer nem aparece e, quando aparece, fica reservada aos *últimos minutos da noite*, ocupando um lugar e um tempo bem restrito, determinado e fraccionado.

c) Um terceiro elemento, relacionado ao tempo, é o **drama de consciência** vivido pelos militantes, a respeito da administração do seu próprio tempo. Ou seja, quando os militantes, resolvem *tirar um dia de folga* para cuidar de *coisas suas* ou que lhes dão prazer, imediatamente são cobrados, tanto pelos outros (companheiros, colegas, vizinhos), quanto pela sua própria consciência (sentimento de culpa ao imaginar que podem estar fazendo algo errado e prejudicial à causa).

Assim, até se sabe o que é bom e prazeroso para cada um, mas a consciência pesada e a pressão social acabam por dificultar a organização e a distribuição do tempo de forma mais equilibrada e prazerosa.

Todos nós temos a consciência exata do que é bom prá cada um. Que é bom namorar, que é bom beijar, que é bom um monte de coisas. Mas eu penso assim, o fulano lá, o meu vizinho, a sociedade lá, se eu fizer isso, vai me recriminar; então eu vou até fazer, mas vou fazer escondidinho, lá em casa ou então longe de casa, prá ninguém saber. Eu tenho uma postura, eu tenho que ser muito séria, eu tenho que me vestir assim, andar de um jeito, seguir numa linha reta, porque o outro lá vai pensar assim... Imagina, tem que manter a dignidade. Mas acho que isto não é uma questão de perder ou não a dignidade. Acho que a gente tem de deixar fluir, realmente, o que têm lá dentro. O que a gente tem de bonito (...). A gente tem que começar a se dar o direito de fazer certas coisas que é bom prá gente, também, e não só para os outros (os trabalhadores, a classe, etc). Por que a sociedade bitola muito a gente (M. nº 17).

2.2.6 MAS O QUE É A LUTA COMPANHEIRO

Duas outras características marcam profundamente a vida e a práxis militante:

a) a *prioridade da luta militante*. Para a grande maioria dos militantes a luta ocupa a centralidade da vida pois o maior tempo é dedicado aos trabalhos e às tarefas da militância;

b) o trabalho militante é visto como um *deslocamento externo dos indivíduos*, uma espécie de nomadismo incessante. Assim, se a centralidade da vida de qualquer trabalhador está vinculada a um tipo de trabalho cotidiano, a ação militante está diretamente voltada para um *movimento de saída* (para fora) e menos direcionada para as *questões internas* da vida militante (como o cuidado com as microrrelações, os sentimentos, os desejos...).

Neste sentido, a luta militante é compreendida como sendo um movimento voltado exclusiva e predominantemente para fora, sempre no sentido da relação militante/outro e muito pouco no sentido eu-eu, militante-militante, dentro-fora (a mesma dicotomia apresentada na relação "corpo externo" e "corpo interno").

Neste sentido, se é real a cisão entre corpo externo e corpo interno, saúde corporal e saúde mental, também é real a dicotomia existente entre "luta fora" e "luta dentro", provocando na militância um movimento sempre de partida.

(...) aí eu me pergunto: mas o que é a luta? O nosso conceito de luta é o conceito de luta lá dentro do local de trabalho militante, lá dentro do sindicato e não uma relação incorporada na globalidade da vida. Ou seja, eu tenho uma questão ideológica que é mudar a sociedade. Durante quatro horas por dia que vou trabalhar no sindicato eu estou fazendo isso; depois, é como que se a luta não estivesse incorporada nos demais espaços da vida. Uma dicotomia sem tamanho (M. nº 18).

Dessa forma, manifesta-se uma concepção de que a luta é uma ação política que somente se dá nos espaços instituídos e não no cotidiano da vida.

Poderíamos nos perguntar: o que pode ser considerado uma ação de caráter político? Será apenas aquela atividade de caráter global (para fora, no sentido dos outros) ou pode ser, também, aquela micro-atitude de caráter particular e local?

Existe uma tradição, na práxis militante, de que quando se fala em luta, se está falando da luta contra a estrutura sócio-econômica da sociedade capitalista, contra as formas de exploração patronal/empresarial, enfim, contra o modelo de sociedade vigente. Trata-se de uma ação voltada contra a sociedade instituída e em prol da construção de uma sociedade instituinte (que até pouco tempo atrás ninguém ousava duvidar que seria a sociedade socialista).

Neste sentido, as ações de caráter micromolecular e constituídas de *pequenos movimentos* eram desprezadas e esvaziadas de importância, no cotidiano militante.

Para uns, a luta é uma ação política instituída dentro de uma entidade ou movimento organizado. Não se considera luta, aquela em que somos roubados no supermercado e ficamos quieto; aquela em que somos trapaceados numa fila de banco e silenciamos...

Quantas vezes, fomos coniventes com posturas autoritárias em nosso próprio local de trabalho? Sempre pensamos que mudar estas coisas, não é lutar por um mundo que acreditamos importante mudar... (M. nº 19).

Portanto, quando reclamamos que não estamos conseguindo trazer mais pessoas, outros aliados, para a luta militante, devíamos começar a refletir sobre o que é a luta e o que está errado em nossa prática. Ou melhor: por que os militantes encontram dificuldades para envolver mais pessoas na defesa de sua causa? Será que é possível concordar que os outros são "os alienados" que não querem se comprometer com "uma causa tão nobre"?

Essas questões nos remetem à reflexão de que nem sempre os ideais de transformação, professadas pela militância, coincidem com a *dinâmica desejante* dos múltiplos sujeitos sociais.

A prática tem mostrado que a transformação social não obedece a um caminho lógico e previsível, como parecem supor e desejar muitos militantes. Ao contrário. O desmoronamento das experiências socialistas e a queda do muro de Berlim, em 1989, por exemplo, não estava no *script* de muitos analistas e teóricos de esquerda.

A dinâmica dos processos de transformação social tem revelado uma tendência de combinação de elementos em nível macro e micro-molecular, ou para usar a linguagem de GUATTARI, em nível molar e molecular.

A participação e o envolvimento dos múltiplos sujeitos sociais não ocorre apenas nos limites das instâncias organizativas e representativas (partido, sindicato, movimento...) mas nos múltiplos espaços de circulação social (a rua, os espaços privados, os comportamentos, os sentimentos), embora, em geral, os militantes tenham muita dificuldade de perceber e aceitar esta realidade.

Um dos primeiros desdobramentos desta situação pode ser o desenvolvimento de uma concepção linear e ordenada de luta social, dificultando a percepção de outras formas possíveis de luta e mesmo de convivência social, que corre o risco de fazer aparecer comportamentos **esquizofrênicos, petrificados**, no cotidiano da existência militante, verdadeiros processos de mutilação que solapam os contornos da existência individual e coletiva.

2.3. OS PROCESSOS ESQUIZOFRÊNICOS DA VIDA MILITANTE

Com qual intensidade são produzidos os processos de calcificação e esquizofrenia militante? Que **arquétipos** ou **estereótipos** são produzidos pela cristalização dos mitos militantes? De que forma estes processos determinam um jeito de ser, uma maneira de agir e um perfil do militante sindical?

Este parece ser um campo extremamente fértil. Dessa forma, passarei a salientar, resumidamente, a fabricação de alguns *arquétipos estereotipados*, emergentes do contexto da vida militante. São estereótipos gerais, alguns com aspectos mais nítidos, outros com traços mais invisíveis, mas que, de uma certa forma, estão presentes nas práticas e comportamentos de muitos militantes sindicais.

Primeiramente trabalharei com a imagem de quatro processos estereotipados: a) a do **militante combativo**; b) a do **militante militonto**; c) a do **militante dinossauro**; d) a do **militante desencantado**. A seguir, abordarei a questão da produção da subjetividade e dos novos processos de singularização militante. Salientarei a emergência da militância sintonizada com seus traços e fluxos característicos, dando passagem a novas *frestas* de oxigenação social (novos devires).

2.3.1 A COMBATIVIDADE MILITANTE

Na década de 80, ganhou força e expressão social uma *nova configuração* de militância sindical, denominada "militância combativa". Ser combativo passou a ser uma referência de luta daqueles que se contrapunham à ordem estabelecida, ao sistema capitalista, à ditadura militar e, ao mesmo tempo, às organizações corporativas que (con)formavam o Estado, os Partidos, os Sindicatos, as Associações.

O processo de luta desenvolvido por estes novos personagens logo alcançou uma dimensão de massas, tanto no sentido de mobilização e contestação social, quanto no sentido de respirar novos ares de liberdade política no país. Muitas e variadas foram as bandeiras e as

formas de luta: contra a miséria e a carestia (motivo presente ainda hoje na luta pela cidadania); crítica ao capitalismo e ao modelo de desenvolvimento; contra a repressão e em defesa da liberdade e autonomia de organização e expressão; pela democratização da sociedade e das organizações do Estado; pelas eleições livres e diretas; pela garantia dos direitos dos cidadãos.

Entretanto, que características demarcaram o perfil e a prática destes novos personagens, denominados *militantes combativos*?

A emergência no cenário social e político deste perfil de militância apresenta algumas características peculiares.

Uma delas foi a "*garra prá lutar*". Ou seja, a disposição de organizar-se e mobilizar-se contra as injustiças sociais e as estruturas que não atendiam aos interesses coletivos.

Uma segunda evidência foi o "*discurso revolucionário classista*", tanto no sentido de se contrapor ao sistema capitalista (enquanto promotor das desigualdades e injustiças sociais), quanto no sentido de apontar caminhos - as reivindicações sociais e as liberdades políticas ("a classe trabalhadora e operária são o motor da revolução social").

Uma terceira característica foi o espírito marcante de "*comunidade dos puros*", isto é, uma espécie de diferenciação social, demarcando as zonas entre quem é "bom" e quem é "ruim"; quem é "autêntico" e quem é "pelego"; quem é "reformista" e quem é "revolucionário". Para muitos militantes, este ideal de diferenciação era necessário para poder separar o "joio" do "trigo e criar uma "identidade".

Assim, estes "ideais de diferenciação" minaram o conjunto de práticas e comportamentos da militância sindical. É óbvio que havia distintas intensidades de militância como, por exemplo, os **militantes profissionais** ou *de carteirinha* (cujo trabalho era exclusivamente constituído por atividades de militância), os **militantes esporádicos** (cuja militância ocorria em momentos específicos) e os **militantes sazonais** (que se deslocavam repentinamente para uma atividade de militância a pedido de uma outra organização ou cobrindo as necessidades de uma situação adversa).

Como já salientamos (no cap. I) esse estilo de militância contribuiu decisivamente para um processo de inovação da prática sindical e suas formas organizativas, bem como para o avanço do processo de transformação e democratização da sociedade brasileira.

Entretanto, com as transformações ocorridas no mundo e na sociedade brasileira, com a queda dos referenciais teórico-ideológicos do socialismo real e com as sucessivas derrotas sofridas no plano sócio-econômico-político, tanto setores da esquerda brasileira, quanto o padrão de militância sindical combativa entraram em crise e refluxo a partir dos anos 90. Hoje, fala-se de uma **crise de identidade** da militância. Mas em que consiste esta crise?

O professor de Sociologia da UFRGS, Antônio David CATTANI, estabelece um primeiro elemento explicativo da crise. Diz o autor:

No início dos anos 80 o perfil do militante era bem definido. Eram personagens que acreditavam na rápida transformação do regime ditatorial. Alguns sonhavam com a revolução num horizonte próximo. Os adversários eram enfrentados com ódio de classe, os debates entre militantes eram acalorados, as mobilizações levadas com paixão. Guerreiros, era assim que algumas categorias chamavam os ativistas. Reedições contemporâneas do clássico militante "pur et dur", tenaz, íntegro, dedicado à militância 24 horas por dia. Os mais folclóricos andavam de boina "à la Che", rostos hirsutos, rigidez no caminhar, no sentido literal e figurado. O imaginário que se acreditava coletivo era sustentado por palavras mágicas: esperança, revolução, "greve geral derruba general" etc.

Dez anos depois é mais frequente ouvir o lúcido, porém desanimador aforismo de Florestan Fernandes que no Brasil "o antigo regime nunca desaparece, mas transmuda-se no novo". O enfrentamento foi substituído pela negociação conduzida pelos advogados, as

discussões políticas estão amortecidas, os guerreiros estão repousando ou transformaram-se em burocratas. A barba e a boina deram lugar a um visual "clean". O caminhar está mais suave graças à biodança ou à pós-modernidade (CATTANI,1992:190).

Parece que estes aspectos estão associados a um conjunto de situações e determinações sociais. No entanto, a crise em que submerge a militância combativa não é apenas de caráter infra-estrutural (de esgotamento de modelos econômicos e utópicos e das megatransmutações globais). É, também, uma crise das formas como se concebia a compreensão e a transformação dos fenômenos. Uma crise que revela uma dificuldade muito grande de tratamento e inserção nas coisas "miúdas" e "pequenas", no cotidiano da luta. Uma crise, enfim, que não estabeleceu uma relação dialética entre as problemáticas sócio-econômico-sindical (problemas relativos à exploração, à miséria, à fome, à democracia, etc) com as problemáticas do corpo, do sexo, do prazer, do lazer, do descanso, do belo, da música, do silêncio... Muitos militantes combativos combateram até o ponto de desmontar a própria condição de se perceberem enquanto seres de carne, ossos... e sentimentos.

2.3.2 O MILITANTE MILITONTO²⁴

O "militonto" é uma figura típica, muito marcante na vida militante. Talvez seja um dos personagens mais conhecidos e predominantes no contexto da militância. Desenvolve um estilo extremamente voluntarista, pragmático e ativista. Sua tipologia congrega vários elementos, como:

- a) Uma *ânsia agônica* pela transformação urgente da realidade, no sentido de querer alterar as relações e as coisas, do dia para a noite;
- b) Um *espírito pragmatista*, no sentido de querer realizar tudo o que lhe aparece pela frente de maneira direta e imediata (não recusa serviços);
- c) Uma *postura voluntarista*, no sentido de doar-se cotidianamente às exigências do projeto;
- d) Um *descuido com a processualidade da vida cotidiana* ("microdiária"), no sentido de voltar-se exclusivamente para a realização das questões macropolíticas.

Sua vida resume-se em realizar atividades vinte e quatro horas por dia. É o militante "full time" (tempo integral), que não consegue parar. Ainda, quando pára, não descansa (fica "plugado", "ligado" a um sensor de corrente contínua). Quando está sem fazer nada, fica angustiado e com um peso na consciência (se culpando pelo usufruto de um direito que "ainda não é de todos").

Com estas características, o militonto transforma-se num "ativista contínuo". Seu desejo compulsivo é sempre partir (*devir-Ulisses*) e sempre tentar convencer o outro (pelo poder da palavra e na tentativa de *fazer-a-cabeça*), afirmando enfaticamente que seu projeto é o melhor e o mais justo. Frente a isto, salienta Carmem OLIVEIRA, o militante militonto

desenvolve uma espécie de mobilidade fria, uma vez que sua aceleração faz com que tenha pouco ou nenhum tempo para interrogar os passos, tocar com os olhos, pousar.

O militonto, vive em estado de vertigem quase que permanente pela desterritorialização incessante. Com isso, são produzidas cada vez menos e mais pobres formas de viver a família, a conjugalidade, as relações de trabalho e de vizinhança, por exemplo. O desconhecimento do cansaço o acaba levando, muitas vezes, a um colapso libidinal e a uma sublimação do erotismo (OLIVEIRA,1994:08).

²⁴ A terminologia "militonto" começou a ser utilizada nos espaços da militância sindical a partir dos anos 90 (pós-queda do muro de Berlim). Acredita-se que o surgimento histórico de tal denominação esteja vinculada aos processos de reflexão e análise, realizadas no interior do movimento sindical da CUT (Central Única dos Trabalhadores, no RS).

Assim, nesta dinâmica ininterrupta de atuação é muito comum encontrar militantes “esfrangalhados” e desequilibrados psíquica, física e emocionalmente. Ou seja, nessa desterritorialização incessante, o ser militante transforma-se em refém da própria “urgência histórica”.

Muitas vezes, o militante até tem claro o significado de seu trabalho como ativista e por vezes se dá conta de que é um sacrificado, mas se sente prisioneiro da situação, no sentido de que a ele cabe a “responsabilidade histórica” do apressamento das mudanças sociais. No afã de apressar as mudanças e implantar o projeto libertador, este estilo de militância vive o “ideal do dia seguinte”. Ou melhor, posterga para outro espaço/tempo o gozo individual e coletivo, esperando pela chegada do grande dia, da comemoração fraternal. Vulgarizando os acontecimentos e tecimentos da vida cotidiana, o militante militante desintegra-se de si mesmo enquanto um sujeito de sensibilidade multidimensional.

Para o militante e sociólogo, Cláudio NASCIMENTO:

a exclusão do cotidiano da práxis política, ou melhor, a exclusão da práxis existencial deu arrimo a uma cultura de esquerda com características perversas: uma ética, uma moral ascéticas e patriarcais; uma visão de história de caráter messiânico; uma visão totalitária de revolução; uma visão do coletivo que exclui o indivíduo e a subjetividade; uma visão falocrática do socialismo, uma visão voluntarista, ativista da práxis; e muitos etc, etc. Estas características determinam o tipo “militante”. Pode ser encontrado em todas as esferas da vida política; e dificilmente no campo de esquerda alguém poderia “atirar a primeira pedra” (NASCIMENTO, 1992:56).

Por que os *militantes militantes* encontram tanta dificuldade para assumir a dinâmica da própria vida cotidiana? Talvez por não compreenderem que:

“Todos os segundos e minutos vivem a eternidade da maçã” (VELOSO, 1978).

2.3.3 A DINOSSAURIZAÇÃO MILITANTE

Carmem OLIVEIRA utiliza uma imagem muito brilhante para expressar os estereótipos do militante dinossauro. Fala do “*dever-dinossauro*” na militância. Segundo esta psicóloga, o “dever-dinossauro” ocorre quando

os militantes desenvolvem linhas duras e cristalizadas que os levam a um certo sedentarismo. Aprisionados em sua memória, alguns vivem de lembranças e sentimentos do passado; outros cultuam uma memória venosa e depreciativa numa sucessão de malquerenças produzidas em suas relações, onde as raivas e os ódios não podem adquirir um sentido de transitoriedade. Temos aí um mesmo traço: tais militantes são *ruminantes da memória*, incapacitados para digerir e metabolizar acontecimentos, de usar sua força plástica e regeneradora e de operar em sintonia com o presente-em-dever (OLIVEIRA, 1994:12).

Esta perspectiva militante, desenvolve, por assim dizer, duas linhas: aquela que Suely ROLNIK denominou “*síndrome do exílio*” (viver permanentemente rememorando e recordando sentimentos do passado, sejam eles bons ou ruins) e aquela que Carmem OLIVEIRA designou “*memória venosa*” (que seria uma espécie de militância raivosa e rancorosa, com dificuldade de superar e metabolizar certos acontecimentos e fatos).

Além de *ruminantes da memória*, os militantes dinossauros cultivam uma outra característica — *são fascinados pela potência da burocracia. Ou melhor, possuem um apego desmesurado às máquinas burocráticas de fazer política*. Trata-se de uma característica que possibilita desenvolver uma unidade de poder, onde passa a ser possível tudo centralizar, tudo controlar, tudo dirigir.

Por que ocorre este estilo de direção e de militância?

Primeiramente, por se tratar de uma precaução de “*sobrevivência auto-referencial*” desta identidade militante. Assim, fazer parte desta ou daquela organização, poder dirigi-la ou

representá-la é motivo de orgulho e, até mesmo, de *status* social. E isto engrandece o *ego* dinossauro. Em segundo lugar, este apego desmesurado se deve à necessidade de "*segurança diretiva*", ou seja, de ter a certeza que vai ser obedecido e que as ordens (diretrizes, regras etc) serão cumpridas eficazmente.

Dessa forma, os militantes dinossauros, além de serem ruminantes da memória (tanto do passado, quanto do presente), defendem seus territórios como uma extensão do seu próprio corpo. Demarcam seus espaços como trincheiras intocáveis. Instalam mecanismos de controle e precaução em todas as bifurcações possíveis. Parecem sentir um prazer enorme em impor — "pelo bem da causa" — formas artificiais de viver.

Muitos militantes dinossauros ainda não compreenderam (ou compreenderam e não aceitaram) que o socialismo real não ruiu apenas porque a "lei do livre mercado" capitalista venceu a "lei do Estado dirigido" mas, fundamentalmente, porque se atrofiou a espontaneidade individual e coletiva das massas (conduzindo-as ao "quietismo" e à mecanização do desejo).

2.3.4 O DESENCANTO MILITANTE

A partir dos anos 90, uma infinidade de militantes mudou radicalmente a sua forma de atuação e inserção sindical. Muitos abandonaram literalmente qualquer tipo de envolvimento com sindicatos ou organizações de caráter político-sindical. Outros decidiram migrar para outras esferas de atuação militante. São os chamados "militantes balseiros"²⁵ (indo à procura de outros ares e espaços de oxigenação militante).

O interessante a ser registrado é o fato de que muitos militantes resolveram "abandonar" ou "cair fora" de um determinado espaço em que dedicaram boa parte de suas energias ou de seu tempo de vida. Ex-militantes orgânicos transformaram-se em sujeitos céticos, desiludidos ou desencantados com o exercício de qualquer tipo de militância mais aguerrida. A que se deve tal desencanto ou desilusão?

Não existe apenas uma razão. Trata-se de uma "*imbricação de fatores*" que foram determinando esse tipo de situação. Alguns já foram mencionados anteriormente.

Uma das primeiras razões é a que está relacionada com a "*crise de identidade*", proveniente das sucessivas derrotas e do esgotamento das práticas militantes. Mais recentemente, podemos relacionar as sucessivas derrotas de caráter econômico-político, como: a) a frustração com a campanha das "Diretas-Já" (1984); b) os resultados insuficientes alcançados com o processo constituinte (1988); c) as derrotas com as campanhas eleitorais - 1989 e 1994; d) a ofensiva neoliberal contra as práticas do sindicalismo combativo (que apregoavam a estatização e socialização dos bens e riquezas produzidas); e) o esgotamento dos mananciais de caráter socialista. Neste universo de crise, muitos militantes perderam a noção de quem realmente eram e qual deveria ser o seu papel histórico, no contexto da ação sindical.

Uma segunda razão está vinculada à anterior e diz respeito à *segurança elementar da vida*. Acontece que existia (e ainda existe), no seio da militância, uma "ideologia franciscana", que apregoa o despojamento dos militantes em relação às questões fundamentais de sobrevivência. Trabalhava-se, muitas vezes, por amor à causa, sem se importar com as questões mais elementares de vida. Para muitos militantes, o salário não existia. Para outros, quando existia, era minguado. E aqueles que ousassem reclamar ou propor uma melhoria salarial eram imediatamente taxados de pequeno burguês ou oportunista inveterado...

²⁵. "Balseiros" no sentido de que registram um processo de travessia de uma determinada organização social para outra, de um espaço político para outro.

Diante disso, a vida dos militantes ficava comumente à mercê das benevolências assistenciais e dos projetos de solidariedade exterior, sempre sem nenhuma garantia de estabilidade e continuidade. Para muitos, a vida não era apenas desilusão mas, também, desespero existencial.

Uma terceira razão está vinculada ao "*exercício do poder*" no seio da militância. Como já frisamos em momentos anteriores, é muito comum, no interior da militância, existir aqueles que exercem o poder de forma autoritária e despótica. Aqueles que preferem resolver os conflitos, escamoteando-os. Aqueles que preferem articular, por debaixo do pano ao invés de viabilizar espaços de democracia interna. Neste sentido, ganhavam espaço os mecanismos de controle e cobrança, ao invés dos processos de autoavaliação e crescimento coletivo. Disputavam-se os espaços para comandar e direcionar processos, ao invés estabelecer fóruns de participação colegiada. Com isso, estabeleciam-se processos intensivos de disputa por este ou aquele cargo, por este ou aquele personagem, por esta ou aquela facção, por este ou aquele agrupamento. Não raramente, as diferenças e as divergências eram tratadas como desvios pelas posições hegemonicamente alinhadas. E o expurgo tornava-se o caminho natural e inevitável...

Entretanto, para além dos processos de militância combativa, dinossaura, militanta e desencantada é possível visualizar *novos procedimentos* no agir, pensar e sentir militante? Ou melhor, mesmo com a disseminação dos processos esquizofrênicos e da miséria cotidiana, ainda é possível visualizar *novos devires* ou novos processos de subjetividade e singularidade militante?

*III - A EMERGÊNCIA DE NOVOS PROCESSOS DE SINGULARIZAÇÃO
E SUBJETIVAÇÃO MILITANTE*

A história da subjetividade humana ainda não foi devidamente esclarecida e teorizada nos marcos da cultura moderna. Muito ainda se tem por fazer e pesquisar. No entanto, sabe-se que a sociedade burguesa (capitalista) se consolidou em função da afirmação da subjetividade, da emulação de valores subjetivos, presentes na dimensão do desejo, do inconsciente coletivo e da vontade de autonomia individual. Assim, se observarmos com a devida atenção, veremos que o núcleo da revolução política burguesa estava permeado por expressões de caráter subjetivo. Os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade continham *esperanças paradisíacas* e promessas redentoras para toda a humanidade.

Hoje se percebe que esse ideal redentor está longe de cumprir suas promessas e, com isso, de poder afirmar a subjetividade humana enquanto uma potência de vida para a maioria dos seres humanos. Somente para alguns prevalece o sentido da liberdade de ação para *fazer, ter e ser* o que bem quiserem. Para a grande maioria dos indivíduos isto não existe enquanto potencialidade de vida, mas tão somente enquanto *possibilidade ideal*.

Mas o que seria e como se daria a produção da subjetividade no contexto da sociedade capitalista? De que forma a militância sindical estaria produzindo e agenciando novos processos subjetivos?

Para tentar elucidar essa questão, buscarei embasamento teórico na obra de Félix GUATTARI e apontamentos práticos no cotidiano da vida militante.

3.1 GUATTARI E A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Félix GUATTARI, militante político e psicanalista, polemizou as múltiplas facetas da subjetividade capitalista, bem como os seus principais efeitos sobre a realidade (consciente e inconsciente) dos seres humanos. Na esfera analítica, foi inventor da “psicoterapia institucional” e da “equizoanálise”. No campo da militância, participou de vários movimentos políticos (anarquismo, trostkismo, maio de 1968, PCs) e teorizou sobre a “revolução molecular”, dando luz à emergência de novas subjetividades coletivas (“novos devires”: negro, mulher, criança, homossexual etc).

Como teórico, foi precursor de “novas categorias” tanto na psicanálise, quanto na economia política, “reinventando fluxos” e “potencialidades transformadoras”, tendo como preocupação a construção de uma *teoria do desejo* no campo social, onde economia política e economia libidinal se tornassem inseparáveis.

“A economia libidinal é a subjetividade da economia política”, nos diz GUATTARI. E o inconsciente é “maquínico”, pois nunca funciona isoladamente, mas em conexão com outras máquinas sociais, comerciais, industriais, produtivas, semióticas. Neste sentido, já não é mais possível distinguir e separar o campo privado do desejo (economia privada do desejo) de um campo público do trabalho rentabilizado (economia pública do trabalho).

Navegante das “linhas-de-fuga” e dos “fluxos desejantes”, GUATTARI fez de seu pensamento uma “potência nômade”, ou uma “máquina de guerra”, capaz de captar as *zonas-de-transparência* (onde eu e o outro nos metamorfoseamos, colocando em contato subjetividades e constelações singulares de fluxos sociais, materiais e de signos) e as *zonas de opacidade* internas e externas, criando áreas-de-vazio ou deserto (“fluxos esquizo”, “pensamento sem imagem”, “gagueira na linguagem”). Com isso, GUATTARI formulou alguns dos principais conceitos da psicoterapia institucional: “transversalidade”, “transferência institucional”, “analisador”, “grupo sujeito/grupo sujeitado” e apontou a profusão de “grandes fraturas” em nível desejante e micromolecular, no contexto da realidade capitalística.

Neste aspecto, as máquinas revolucionárias (sujeitos coletivos) só conseguirão mudar efetivamente o curso da história e a realidade do mundo se forem capazes de destruir as

relações de exploração capitalistas (divisão da sociedade em classes, castas, raças etc) e de agenciar uma micropolítica processual, construindo novos modos de subjetividade e singularidade micromoleculares (novos "devires", novos encontros "núpciais", novas "constelações singulares", novos "tecimentos mutantes").

E isto nada tem a ver com a aplicação mecânica de receitas e esquemas à realidade social. Muito pelo contrário, trata-se

de uma micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir mulher, devir criança, devir velho, devir animal, planta, cosmos, devir invisível... — tantas maneiras de inventar, de "maquinar" novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura (GUATTARI, 1987:139).

É com esta doçura que GUATTARI formula as bases de conexão entre macro e micropolítica do desejo (algo que possa dar conta de trabalhar tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais), mas é também com rigor e nitidez que desnuda as máquinas totalitárias e fascizantes da realidade capitalista, costurando análises muito precisas a respeito das "montagens maquinicas" do capitalismo, bem como do "capital enquanto sobre-codificação das formações de poder".

3.1.1 A COMPOSIÇÃO MAQUÍNICA DO CAPITAL

Segundo GUATTARI, há um *processo maquinico* de desterritorialização e reterritorialização das forças produtivas e das formações do poder, no capitalismo contemporâneo, que incidem sobre a produção da subjetividade. Isto é, estaria ocorrendo um intenso processo de "integração", "diagramatização" e "segmentarização" das forças produtivas e das formações do poder, controlando o conjunto da sociedade e estabelecendo novas zonas de lucro (extração de mais-valia). Neste sentido, estaríamos presenciando uma nova fase de integração do capital,

que não mais se apóia unicamente no modo de semiotização do capital financeiro e monetário (dos capitalismo segmentários tradicionais, territorializados nos Estados-Nações) mas, mais fundamentalmente, sobre todo um conjunto de procedimentos de servomecanismo-técnico-científico, macro e microsociais, e de meios de comunicação de massa (GUATTARI, 1987:196).

Dessa forma, o tempo de trabalho humano passa a ter, não apenas um valor quantitativo ("trabalho social médio", como na compreensão marxiana), mas também um processo qualitativo complexo e difícil de quantificar (pois como se vai quantificar com segurança os múltiplos componentes semióticos que entram na composição produtiva do capital como, por exemplo, o conhecimento intelectual e prático, o uso da língua e dos costumes, o respeito aos regulamentos, às hierarquias e chefias, à determinação disciplinar etc?!).

Com isso, o tempo humano é cada vez mais substituído por um *tempo maquinico*, ou seja, não é mais o trabalho humano que se insere no maquinismo, mas é o ser humano que se sujeita à máquina. Ou na expressão de MARX, lembrada por GUATTARI (1987:203), "é o homem que, diante desse processo, comporta-se como vigia e regulador" tanto dos processos produtivos, quanto da ocupação de uma função específica. Ocorre, por assim dizer, um processo de servomecanismo dos órgãos humanos aos agenciamentos produtivos e de sujeição maquinica dos indivíduos, atravessando e miniaturizando todas as funções e atividades humanas.

Assim, este processo de "*fusão miniaturizada*" do capital estaria proporcionando aos capitalistas uma extração de mais-valia maquinica, não apenas ao nível da "exploração do... trabalho" (no tempo de sobretrabalho relativo ao capital variável ou na relação imediata

padrão-assalariado, como previra MARX), mas também de usurpação de muitas outras mais-valias, em muitos outros lugares. Estas muitas outras formas advêm tanto dos “agenciamentos produtivos” (normais e complexos), quanto dos “processos subliminares” da vida humana (experiências de conhecimento, formas de prazer, formas de relacionamento, jeitos de inventar o trabalho e as inovações tecnológicas). Portanto, se quisermos perceber a dinamicidade de um tipo de mais-valia, é só acompanharmos a valorização e exploração da indústria do lazer, do prazer, dos sonhos e dos desejos humanos.

Neste sentido, esta “*fusão estratégica*” implantada particularmente na indústria moderna diversificou e ampliou as zonas de lucro capitalista, contribuindo para um processo de “potencialização imediata” do capital. Assim, a riqueza e seu parente próximo — o lucro — dependem fundamentalmente da ação dos fatores postos em movimento no decorrer do processo de trabalho e produção como, por exemplo, o grau de desenvolvimento e aplicabilidade da ciência e do progresso tecnológico, os componentes intelectuais e de gestão do conhecimento humano, o grau de participação na organização do trabalho, o espírito da “casa”, a disciplina coletiva, alcançando uma dimensão decisiva na produtividade do capital.

Dessa forma, o Capitalismo Mundial Integrado, é **mundial** e **integrado** porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta (inclusive os países do socialismo real que num determinado momento histórico pareciam ter escapado dele), mas que hoje introduzem paulatinamente as regras do mercado global.

Há, por assim dizer, um duplo movimento de integração e desterritorialização maquínica do capital. Uma espécie de “evolução integrada” dos sistemas de produção e de trabalho humano. Ou seja, hoje

já não existe apenas uma divisão internacional do trabalho, mas uma mundialização da divisão do trabalho, uma captação geral de todos os tipos de atividade, inclusive os que formalmente escapam da definição econômica do trabalho. Os setores mais “atrasados”, os modos de produção marginais, a vida doméstica, o esporte, a cultura etc, que até agora dependiam do mercado mundial, estão caindo sob o seu domínio uns atrás dos outros (GUATTARI,1987:212).

Assim, o lugar de integração maquínica do capital, não se circunscreve unicamente aos lugares convencionais de produção e trabalho, mas igualmente a todos os outros tipos de espaços (sociais, privados, institucionais, intimistas etc.).

Por isso mesmo, afirma GUATTARI, o capital assume uma estreita conexão com as formações de poder na sociedade.

O capital não é uma categoria abstrata, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas. Sua função é de assumir o registro, a regulação, a sobre-codificação das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta (GUATTARI,1987:191).

Mesmo levando em consideração que o capital é formado por componentes extremamente diversificados (monetização, transações internacionais, operações de crédito, investimentos, cooperações, etc), ele não se expressa apenas em linguagem monetária, contábil ou mesmo enquanto um simples componente econômico de valor. Mesmo considerando o capital como um afrontamento econômico-estratégico, salienta GUATTARI,

toda vez que se quer insistentemente referenciar o capital a um equivalente geral, ou moedas a sistemas de paridade fixos, etc., se está desmascarando a natureza real dos processos de sujeição e de servomecanismo capitalistas, ou seja, o emprego de relações de forças sociais e microsociais (GUATTARI,1987:192).

Assim, os padrões de referência do capital (contagem, regulação, monetização) nada mais são do que expressão de um *movimento estratégico das formações de poderes*

hegemônicos na sociedade — burguesia dos Estados-Nações — efetuando deslocamentos de poder, avanços e recuos, acelerações e desacelerações de processos produtivos e inflacionários, sempre em estreita conexão com seus agenciamentos produtivos (tanto materiais quanto semióticos).

Neste aspecto, o capital antes de ser um empreendimento econômico e racional é uma força hegemônica e semiótica pois

quaisquer que sejam as aparências que ele dê, o capital não é racional. Ele é hegemônico. Ele não harmoniza as formações sociais; acomoda pela força as disparidades sócio-econômicas. É uma operação de poder, antes de ser uma operação de lucro. Não se deduz de uma mecânica de base de lucro, mas se impõe de cima. Ontem, a partir do que Marx chamava de “o capital social de todo um país” e hoje a partir de um capital mundialmente integrado (GUATTARI, 1987:198).

Portanto, o capital, enquanto operador semiótico do conjunto das formações de poder, realiza sistematicamente movimentos locais e globais de desterritorialização em todos os campos da economia, das ciências técnicas, dos costumes e tradições e, com seus agenciamentos maquímicos, atravessa, “diagramatiza”, contorna, dispersa, miniaturiza, recupera todas as funções e todas as atividades humanas.

Com tal dinâmica desterritorializante, o empreendimento capitalista (mais-valia econômica), o posto de trabalho assalariado (força coletiva de trabalho), bem como os demais segmentos sociais (donas-de-casa, crianças, consumidores, telespectadores etc.) transformam-se em “circuito monetário”, indissoluvelmente vinculados às mais-valias de capitalização das semióticas de poder. Pela dinâmica desse circuito, o capitalismo revela “novos poderes” ou uma “nova composição técnica” de controle do trabalho e mesmo do conjunto da sociedade.

Em síntese, o que caracteriza o modo de produção capitalista, ou mais precisamente o Capitalismo Mundial Integrado (CMI), é o desenvolvimento complementar de três pilares básicos:

a) a produção da **mais-valia econômica** (máquina produtiva) através do dinheiro, dos valores de troca e das semióticas monetárias;

b) a produção da **mais-valia de poder**, através de um “sistema de equivalência na esfera da cultura” (cultura-valor, cultura-alma coletiva e cultura-mercadoria);

c) e a **cultura de massa** como elemento fundamental e privilegiado da “produção de subjetividade capitalística”.

Para GUATTARI, estes três campos funcionam de forma articulada e complementar, sendo que ao capital cabe a função da sujeição econômica e à cultura cabe a função da sujeição subjetiva. Neste aspecto, fica claro que

a essência do lucro capitalista não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade; o lucro capitalista é, fundamentalmente, produção de poder subjetivo (GUATTARI, 1993:16-32).

Por sua vez, a cultura de massa produz uma “subjetividade dissimulada” que invade tanto os domínios da vida social (produção e consumo), quanto os domínios da vida privada (individual e psíquica). Esta grande máquina de produção da subjetividade tem como função hegemônica modelizar, normatizar, hierarquizar e submeter todos os indivíduos ao domínio do capital e das formações de poder. Não restringe-se, portanto, somente a esfera da representação ideológica ou do campo da superestrutura.

Tudo o que é produzido pela subjetivação capitalística - tudo o que nos chega pela linguagem, pela família e pelos equipamentos que nos rodeiam - não é apenas uma questão de idéia, não é apenas uma transmissão de significações por meio de enunciados significantes. Tampouco se reduz a modelos de identidade, ou a identificações com pólos maternos, paternos etc. Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes

máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo (GUATTARI, 1993: 27).

3.1.2 A SUBJETIVIDADE COMO MATÉRIA-PRIMA

Para GUATTARI, o "processo maquínico" de produção da subjetividade (pelo CMI, em escala planetária) invade cotidianamente as dimensões: da economia produtiva (processo produtivo), do processo organizativo (de controle social) e do processo intrapsíquico (em nível do inconsciente e da máquina desejan-te), produzindo, ao mesmo tempo, modos específicos de articular-se com os processos de trabalho, com a ordem social e com aquilo que lhe é mais íntimo — a dimensão do corpo e da realidade inconsciente.

Neste sentido, **a produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção**, servindo tanto para controlar as relações sociais e de produção (produzindo o lucro capitalista) quanto no sentido de modelizar aquilo que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, aos sentidos, aos afetos, às relações sexuais, às formas imaginárias... Desde que se nasce, se está influenciado por este "ambiente maquínico", produtor e modelizador de subjetividade.

A produção de subjetividade constitui matéria-prima da evolução das forças produtivas em suas formas mais desenvolvidas (os setores de ponta da indústria); nos ramos mais modernos, mais avançados da indústria, desenvolve-se na produção um tipo de trabalho ao mesmo tempo material e semiótico (...);

A subjetividade constitui, também, matéria-prima do próprio movimento que anima a crise mundial atual, essa espécie de vontade de potência produtiva que revoluciona a própria produção através das revoluções científicas, biológicas, através da incorporação massiva da telemática, da informática, da ciência dos robôs, através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da mídia (GUATTARI, 1993:26-7).

Deste ponto de vista, GUATTARI considera que a produção de subjetividade é mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial do que o petróleo e a energia, assumindo um peso cada vez maior no seio daquilo que MARX denomina de infraestrutura produtiva. Com isso, GUATTARI considera que a produção de subjetividade não pode ser restringida ou centrada em agentes individuais e grupais (instâncias intrapsíquicas).

Pelo contrário, a subjetividade é produzida por **agenciamentos de enunciação**, tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, de mídia, etc.), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos etc.).

Aqui é oportuno dissociar os conceitos de **indivíduo** e de **subjetividade**, levando em consideração que os indivíduos são resultado de uma produção de massa (funcionando como uma espécie de "terminal consumidor" de subjetividade) e que a subjetividade é fabricada e modelada no registro do social (pela multiplicidade de agenciamentos sociais e de processos maquínicos, como: as formas de comunicação, a produção do desejo, as formas de sensibilidade etc.).

A subjetividade não se situa no campo individual. Seu campo é o de todos os processos de produção social e material.

É claro que sempre se reencontra o corpo do indivíduo nesses diferentes componentes de subjetivação; sempre se reencontra o nome próprio do indivíduo; sempre há a pretensão do ego de se afirmar numa continuidade e num poder. Mas a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, a produção do desejo não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma

multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos históricos;

Parece oportuno partir de uma definição ampla da subjetividade, como a que estou propondo, para, em seguida, considerar como casos particulares os modos de individuação da subjetividade: momentos em que a subjetividade diz eu, ou super-eu, momentos em que a subjetividade se reconhece num corpo, ou numa parte de um corpo, ou num sistema de pertinência corporal coletiva.

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares (GUATTARI, 1993:28-33).

Neste caso, os indivíduos são atingidos por múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes, alguns são de ordem inconsciente, outros são mais do domínio do corpo, outros são da dimensão dos “grupos primários” (o clã, o bando, a turma etc) e outros situam-se no domínio da produção de poder (da lei, da polícia, da força) e ainda outros dizem respeito a uma subjetividade mais ampla: a um processo maquínico de subjetividade capitalística.

Portanto, com a desterritorialização e a afirmação do CMI, engendrou -se, uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial, tornando-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo (GUATTARI, 1993:39).

3.1.3 O ESQUADRINHAMENTO DA SUBJETIVIDADE

Com a ascensão do Capitalismo Mundial Integrado, alguns modos de referência subjetiva ou de produção de subjetividade foram literalmente varridos do planeta. Hoje, assistimos a um movimento geral de desterritorialização das referências subjetivas fundadas na família ampla, nos sistemas de corporação e de castas e de um certo tipo de “dependência complementar” entre os indivíduos.

Imensas máquinas invadiram as subjetividades dos seres humanos, transformando-os em indivíduos serializados, normatizados, infantilizados e massificados. Neste sentido, a vida humana passou a ser “esquadrinhada” por imensas máquinas modeladoras de subjetividade com a função de controlar e dificultar a passagem dos processos de singularização e de movimentos disruptores.

Que consequências produz este processo de “esquadrinhamento global” na subjetividade humana?

1ª) Uma das grandes consequências produzidas pelos sistemas de controle e modelização da subjetividade é o *“bloqueio dos processos singulares”*. Ou seja, *imensas máquinas de controle e de modelização dos indivíduos bloqueiam processos de singularização e instauram processos de individuação*. Portanto, uma das tendências do capitalismo contemporâneo é reduzir a produção subjetiva a um simples aglomerado ou a uma simples somatória de subjetividades individuais, provocando, justamente, uma disjunção entre singularidade e individualidade.

Na verdade, este engendramento contribui para um processo de confinamento das subjetividades a espaços sociais territorializados e centralizados (ora é a vez do indivíduo, ora é a vez do coletivo, ora é a vez do sujeito, ora é a vez do objeto, ora é a vez do eu, ora é a vez do outro).

Com isso, essa indústria de base, essa imensa máquina de fabricação de subjetividade produz cotidianamente individualidades serializadas; indivíduos iguais e “amassados”, processos empobrecidos de vida humana.

Uma das principais características dessa produção nas sociedades “capitalísticas” seria, precisamente, a tendência a bloquear processos de singularização e instaurar processos de individualização. Os homens, reduzidos à condição de suporte de valor, assistem, atônitos, aos desmanchamento de seus modos de vida. Passam então a se organizar segundo padrões universais, que os serializam e os individualizam. Esvazia-se o caráter processual (para não dizer vital) de suas experiências: pouco a pouco, eles vão se insensibilizando. A experiência deixa de funcionar como referência para a criação de modos de organização do cotidiano: interrompem-se os processos de singularização. É portanto, num só movimento que nascem os indivíduos e morrem os potenciais de singularização (GUATTARI & ROLNIK, 1993:38).

2ª) Além de obstruir os processos de singularização, insensibilizando e individualizando os seres humanos, uma segunda consequência toma assento no esquadrinhamento da subjetividade. Trata-se do fenômeno chamado “*reduccionismo existencial*”, que petrifica e homogeneiza a vida e as relações cotidianas dos seres humanos. Assim, tanto a vida, quanto as coisas, adquirem um sentido único e um significado homogeneizante. Algo territorializado.

A tendência atual é igualar tudo através de grandes categorias unificadoras e redutoras — tais como o capital, o trabalho, um certo tipo de assalariamento, a cultura, a informação, etc. — que impedem que se dê conta dos processos de singularização. Toda criatividade no campo social e tecnológico tende a ser esmagada, todo microvetor de subjetivação singular, recusado. Uma deriva geral dos modos de subjetividade territorializada ocorre por toda parte. Tradições milenares de um certo tipo de relação social e de vida cultural são rapidamente varridas do planeta. Todas as pretensas identidades culturais residuais são contaminadas. Todos os modos de valorização da existência e da produção encontram-se ameaçados no desenvolvimento atual das sociedades. Até os valores mais tradicionais, mais bem ancorados, como o trabalho, estão sendo minados por dentro pelas revoluções industriais (GUATTARI, 1993:40).

Este esquadrinhamento da existência — fruto dos processos maquínicos, ou mais precisamente, da máquina de modelização e produção da subjetividade capitalista — invade até mesmo as dimensões mais profundas e inconscientes da realidade psíquica dos seres humanos.

Assim, a ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica, por intermédio de um *conjunto de equipamentos coletivos de modelização* (Estado, *mass média*, escolas, universidades, hospitais, prisões etc.), incidindo nos esquemas de conduta, nas formas de agir, nos tipos de gestos e movimentos, nas concepções e pensamentos, nos sentimentos e afetos, nas formas de valorização do corpo, enfim, determina os modos como se trabalha, como se produz, como se aprende, como se vive.

Assim, o esquadrinhamento da subjetividade torna-se uma espécie de “captura do desejo”, determinando os modos como se ama, como se pensa, como as pessoas agem cotidianamente, como sentem e percebem os fenômenos ao derredor.

Tal processo maquínico incide sobre o modo como os seres humanos se relacionam entre si, com o seu corpo, com a própria vida e, acima de tudo, como *produzem o desejo*.

3ª) Um terceiro aspecto, no esquadrinhamento subjetivo, refere-se à *modelização do desejo* ocasionada pelo *servomecanismo maquínico*. Ou seja, o servomecanismo maquínico, não representa apenas um processo de alienação ideológica (pelas imagens e idéias) ou mesmo de sedução e interiorização, pelos indivíduos, dos objetos e valores da sociedade de consumo.

O servomecanismo maquínico é muito mais que isso. *Ele representa um mergulho nas malhas de desejo dos seres humanos*. Ou melhor, o Capitalismo Mundial Integrado, ao ampliar suas funções de “eficiência econômica” e de modelizador da força de trabalho (por intermédio da rede maquínica), também intervém em nível mais subjetivo — sensitivo, afetivo; práxico — que é a produção desejante dos seres humanos.

Dessa forma, a maquinaria capitalista instala-se no “coração” dos indivíduos, naquilo que lhes é mais sensível e individual — a carga de desejos que a espécie humana traz em si.

Ao “equipar” os indivíduos com modos de normatização do desejo, o capitalismo apodera-se dos seres humanos por dentro, agenciando elementos infrapessoais e infra-sociais e determinando o funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, linguísticos etc.

Neste sentido, salienta GUATTARI:

de modo mais geral, é claro que o meio ambiente maquínico secretado pelo capitalismo está longe de deixar indiferentes as grandes massas da população e isto não se deve somente às seduções da publicidade, à interiorização, pelos indivíduos, dos objetos, dos valores da sociedade de consumo. Parece que algo da máquina participa “prá valer” da essência do desejo humano (GUATTARI,1987:206).

Com isso, o servomecanismo maquínico consegue “minar” o conjunto da realidade social e individual (com percepções, afetos e comportamentos inconscientes) e apagar, neutralizar e suprimir praticamente todas as expressões e categorizações sociais fundadas em outra coisa que não seja sua axiomática de poder e seus imperativos tecnológicos. Neste sentido, a modelização do desejo tem como objetivo básico esvaziar e impedir os processos de singularização dos diferentes sujeitos sociais.

Para GUATTARI,

tudo o que é do domínio da ruptura, da surpresa e da angústia, mas também do desejo, da vontade de amar e de criar deve se encaixar de algum jeito nos registros de referências dominantes. Há sempre um arranjo que tenta prever tudo o que possa ser da natureza de uma dissidência do pensamento e do desejo. Há uma tentativa de eliminação daquilo que eu chamo de processos de singularização. Tudo o que surpreende, ainda que levemente, deve ser classificável em alguma zona de enquadramento, de referenciação (GUATTARI,1993:43).

4ª) Um quarto vetor de esquadrinha da subjetividade diz respeito à “modelização global” ou, mais precisamente, à *alienação subjetiva*.

Em que consiste tal agenciamento maquínico?

Consiste num amplo processo que tende a controlar e sujeitar cada instante e sentido do indivíduo. Significa uma sobrecodificação, pelo capital, de todos os modos particularizados de subjetivação humana. Assim, qualquer atividade, seja ela de caráter material, sentimental, intelectual, valores desejanter são reorganizados e enquadrados na dependência sistemática dos valores de troca. Assim, passear *livremente* numa rua, num bosque, cantar, brincar..., todas as coisas se tornam atividades quantificáveis (têm um custo social e industrial) do ponto de vista capitalístico).

Com isso,

a ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma traduzibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado (GUATTARI,1987:202).

Contudo, as forças de poder e o mercado geral de valores produzido pelo capital não visam apenas sujeitar os indivíduos ou o conjunto do campo social com dispositivos centrais e exteriores de controle (fundados numa rede multicentrada de equipamentos capitalistas e estatais). Pelo contrário, no Capitalismo Mundial Integrado, tanto os poderes centrais dos Estados-Nações, quanto os mecanismos de produção e gestão das empresas, formam uma “rede de condensadores semióticos”, cuja função principal consiste em fazer com que cada indivíduo assuma os mecanismos de controle, de repressão e de modelização da ordem dominante.

Um exemplo típico desta perspectiva é o trabalho produtivo dos professores que, ao gerarem “formações de sociabilidade”, também preparam seus alunos para trabalhar para os patrões na produção capitalista.

Um outro exemplo, não menos contraditório e ambíguo,

é a produção e a repressão que caracteriza as tecnocracias, nas massas operárias: os trabalhadores estão se “trabalhando”, enquanto trabalham na produção de bens e consumo. De qualquer jeito, todos participam da produção de controle e repressão. De fato, como vimos, num mesmo dia, um mesmo indivíduo não para de mudar de papéis: explorado na oficina ou no escritório, torna-se por sua vez explorador na família, no casal, etc. Em todos os níveis do socius, encontramos uma mistura inextricável de vetores de alienação (GUATTARI, 1987:203).

Portanto, na visão de GUATTARI, esta *rede maquinaica* tentacular dos equipamentos capitalísticos (rede de equipamentos do capital multicentrada) funciona como uma “bela” megamáquina, cumprindo duas funções simultaneamente: a) a de *modelização da força de trabalho social*, através de processos complexos de formação e semiotização; b) a de *homogeneização orgânica do capital*, funcionando *strictu sensu*, a partir dos valores de troca, do capital social e dos valores de poder, gerando atitudes coletivas, padrões de conduta, formas de intervenção, sistemas de referência etc.

Em última análise, o conjunto de elementos e categorias que integram a organicidade do capital não formam campos estanques. Pelo contrário, salienta GUATTARI:

trata-se de uma integração orgânica do capital manipulado pelos poderes dominantes: o capital do conhecimento, o capital de adaptação e de submissão da força de trabalho ao meio ambiente produtivo e, mais geralmente, do conjunto das populações ao meio ambiente urbano e rural urbanizado, o capital de introjeção inconsciente dos modelos do sistema, o capital de força repressiva e militar... não só participam de pleno direito da composição orgânica do capital contemporâneo mas, além disso, ocupam nele uma parte cada vez mais importante (GUATTARI, 1987:204).

Dessa forma, é importante percebermos que **os espaços do capitalismo contemporâneo estão se ampliando e se confeccionando em escala planetária tanto quanto em escala microssocial e microfísica.**

Mesmo o sentimento de “fazer parte de alguma coisa” parece resultar de uma espécie de produção em cadeia. Assim, as formações de poder e os sistemas de controle social não se contentam apenas com as formas de domínio à distância (do alto da pirâmide social). Pela rede de equipamentos do capital, intervêm permanentemente na modelagem e na recomposição do tecido social, retomando e revisando constantemente suas “fórmulas” de hierarquização, de segregação, de prescrição funcional, de consentimento passivo e de servomecanismo maquinaico.

Em síntese, nos diz GUATTARI, a **produção da subjetividade capitalística** — enquanto processo maquinaico ou indústria de base — invade a vida de cada indivíduo (desde a sua entrada no mundo e durante todo o seu processo de temporalização histórica), cumprindo cinco funções básicas:

1ª função: a interiorização de elementos de culpabilização (consiste nos indivíduos reconhecerem uma imagem de referência individualizada sobre “quem ele é”, defendendo-a com o máximo de consistência perante a realidade social. Entretanto, como é quase impossível o indivíduo defender esta imagem sozinho, à menor vacilação diante dessa exigência de referência, acaba-se caindo, automaticamente, numa espécie de buraco, indagando-se: “afinal das contas quem sou eu?”. É como que se o mundo de nossa existência desabasse em nossa frente e uma voz interiorizada dissesse: “a culpa é minha”);

2ª função: a disseminação de elementos de segregação (são quadros e sistemas imaginários, que permitem instaurar, de maneira artificial, sistemas de hierarquia

inconsciente, sistema de escalas de valor e sistemas de disciplinarização. Tais sistemas dão uma consistência subjetiva às elites, ou pretensas elites, e abrem todo um campo de valorização social, onde os diferentes indivíduos e camadas sociais terão que se situar);

3ª função: a produção de comportamentos de infantilização (trata-se da ingerência cotidiana dos múltiplos equipamentos coletivos que objetivam pensar por nós, organizar por nós tanto a produção quanto a vida social. Qualquer tipo de troca econômica, qualquer tipo de produção cultural ou social, tende a passar pela mediação desses equipamentos coletivos, constituindo-se numa verdadeira máquina de formação da subjetividade capitalística. Neste sentido, o Estado de função ampliada, ocupa uma função predominante na produção do processo de infantilização da vida);

4ª função: a incidência nos modos de temporalização (são modos de territorialização específicos do tempo e do espaço, onde se destróem antigos sistemas de vida e se impõem outros tempos e formas de equivalências sobrecodificadas e agenciadas num tipo de produção social e coletiva. Todos estes sistemas de medida de equivalência do tempo e do espaço, são apenas um fato subjetivo, mas também um dado de base da formação da força coletiva de trabalho, e da formação da força coletiva de controle social);

5ª função: o que faz a força da subjetividade capitalística é que ela se produz tanto em nível dos opressores, quanto dos oprimidos. Nisto, ela se distingue dos sistemas de classes sociais ou das antigas castas senhoriais e religiosas. No Japão, por exemplo, onde a subjetividade tende a ser totalmente serva do processo maquínico, existe uma paixão pela produção, inclusive entre os trabalhadores mais explorados. Estabelece-se uma espécie de relação de complementaridade e de dependência entre as diferentes categorias sociais, o que acaba desmontando as alianças de classe, as alianças sociais. Por isso que, a luta e os afrontamentos sociais, não abrangem apenas a economia política, mas também, a economia subjetiva. Os afrontamentos sociais não são apenas de ordem econômica. Eles se dão também entre as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência (GUATTARI,1993:40-5).

De fato, estes elementos funcionais constituem aquilo que podemos designar de *indústria de base da produção subjetiva* no sistema capitalista. Na verdade, trata-se mesmo de uma máquina de produção industrial de subjetividade, em escala internacional. Uma subjetividade de natureza industrial, maquínica e consumista.

3.1.4 A REVOLUÇÃO MICROMOLECULAR

Será que contra essa máquina de produção de subjetividade capitalística (em escala planetária e infrapsíquica) é possível desenvolver novos agenciamentos subjetivos ou novos processos de singularização micromoleculares?

Seguindo a linha de raciocínio de GUATTARI, os espaços capitalistas são marcados por dois tipos de conflitualidade:

a) **as lutas clássicas, de estilo molar** (lutas de interesses, lutas econômicas, lutas sociais, lutas sindicais etc);

b) **as lutas micropolíticas, de estilo molecular** (que proporcionam uma profunda transformação das relações sociais em todos os níveis: na vida cotidiana, na produção desejante, no inconsciente maquínico etc).

Embora importantes, as lutas de caráter clássico (molares) são facilmente recuperadas e integradas pela “dinâmica axiomática” do CMI (justamente pelas dificuldades de se estabelecer uma estratégia global de afrontamento ao sistema). O que já não acontece com as lutas de caráter molecular, travadas nos múltiplos espaços de perturbação molecular:

Múltiplos vírus deste gênero já trabalham o corpo social na sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, etc. (reações de recusa ao trabalho em sua forma atual, questionamento da vida cotidiana,

contestação do sistema de representação política, rádios livres, etc). Assim, não param de ocorrer mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais cujos efeitos são imprevisíveis no contexto da atual crise (GUATTARI,1987:220).

Até onde poderá ir essa revolução molecular, pergunta-se GUATTARI? Por acaso, não estarão todas as *micro-revoluções* destinadas ao fracasso ou, na melhor das hipóteses, expostas à sabotagem e recuperação pelo CMI?

Por si só, os afrontamentos da revolução molecular não significam um processo automático de revolução social. Pelo contrário,

o melhor e o pior podem decorrer desse tipo de fermentação, cujo resultado depende essencialmente da capacidade dos agenciamentos explicitamente revolucionários em encontrar sua articulação com as lutas de interesses, políticas e sociais (lutas molares). Essa é a questão essencial. Na falta de uma tal articulação todas as mutações de desejo, todas as revoluções moleculares, todas as lutas pelos espaços de liberdade não conseguirão nunca engatar transformações sociais e econômicas liberadoras em grande escala (GUATTARI,1987:221).

Para enfrentar o *cercos* e os muros do CMI a revolução molecular deve intervir no emaranhado de relações sociais, das formações de poder e no interior da produção econômica.

Essa revolução molecular não se refere apenas às relações cotidianas entre homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, crianças, adultos, etc., e os “guardiões” de todas as categorias. Ela intervém também no interior da produção econômica enquanto tal. Encontra-se no seio dos processos mentais ativados pela nova divisão mundial do trabalho e pela revolução informática da era dita pós-industrial. O impulso das forças produtivas depende dela (GUATTARI,1987:220).

Somente assim os processos de singularização transformar-se-ão em revoluções moleculares, criando mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais. Trata-se de um movimento de revitalização das formas sociais e individuais, na tentativa de construir novos modos de sensibilidade e criatividade, novos modos de relação com o outro, com o corpo e com a própria existência.

Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir um mundo diferente e musicado pela multiplicidade de vontades (de amar, de criar, de voar, etc.); o desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade (GUATTARI,1993:47).

Na medida em que os processos de singularização se afirmam, com seus próprios modos de referência, suas próprias cartografias e suas potencialidades de resistência, ganham importância nos acontecimentos históricos e, mais que isso, provocam fissuras no sistema de subjetividade dominante. Mas, para tanto, sustenta GUATTARI,

é preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa; que a faça viver, que a articule com outros processos de singularização, e que resista a todos os empreendimentos de nivelção da subjetividade (de manipulação e modelização). Em qualquer escala que essas lutas se expressem ou se agenciem, elas têm um alcance político, pois tendem a questionar esse sistema de produção de subjetividade. Assim, todos os devires singulares, todas as maneiras de existir de modo autêntico se chocarão contra o muro da subjetividade capitalística, demolindo-o (GUATTARI, 1993:50).

Na prática, tudo depende do talento e da vontade política dos seres humanos de se tornarem sujeitos ativos da história, isto é, de conseguirem por em prática, em todos os níveis, novos tecimentos e agenciamentos coletivos de singularidade.

Para reinar, o capitalismo é obrigado a modelizar com frequência as realidades (tanto da produção material, do consumo, quanto da produção desejante, das expressões corporais e sexuais). Mas para liberar e ampliar as “zonas de singularidade micromolecular”, as *forças emancipadoras* devem lançar-se na tarefa de *desterritorializar molecularmente* todos os

campos cristalizados da realidade humana (no sentido de avançar num plano mais molecular, na direção das mutações do desejo e das mutações técnico-científicas, artísticas etc).

Porém, de que forma os seres humanos, os movimentos sociais revolucionários e os militantes sindicais poderão avançar no sentido de empreender novos agenciamentos e tecimentos micromoleculares?

3.2 NOVAS FRESTAS DA SINGULARIZAÇÃO MILITANTE

Uma análise mais minuciosa revela que, tanto as formas de organização tradicional (partidos, sindicatos, movimentos), quanto as formas de luta social centradas na representação mental e num conjunto de palavras de ordem, já não representam mais a multiplicidade de objetivos e desejos dos diversos segmentos sociais. Aliás, como pudemos perceber, os próprios militantes encontram muita dificuldade para viver aspectos relativos à vida cotidiana e para assumir livremente manifestações de singularidade e de mutação desejante. Assim, tanto a classe política quanto os militantes profissionais ainda não reconheceram a importância desses novos domínios de contestação e de subjetivação social.

Em nosso trabalho, também pudemos perceber como a militância sindical está embebida e tomada pelos macro-procedimentos das lutas molares (*espremendo* a problemática da vida cotidiana a um simples *discurso de classe* e de *representação mental*). Alguns militantes até consideram importantes as questões micromoleculares, mas aludem que nada podem fazer perante a tradicional *máquina de fazer política*.

Outros consideram as questões da subjetividade e das lutas moleculares, pertinentes à vida militante, mas receiam fugir dos *verdadeiros conteúdos político-educativos*. Finalmente, encontramos alguns poucos militantes empreendendo movimentos de conexão entre as lutas molares e as lutas moleculares, entre o mundo privado e o mundo público, entre as relações sociais e as relações cotidianas, tentando tecer novos traços de autonomia e de singularização social.

Podemos denominar estes traços de *microprocessos subjetivos* que resistem e se contrapõem às formas padronizáveis e manipuláveis da subjetivação capitalística (como indústria de base, no CMI, e como *modalidade referencial*, nos espaços formais da militância sindical). Assim, se por um lado buscamos caracterizar as mazelas da vida militante com a produção de seus mitos e processos esquizofrênicos (detectando elementos asfixiantes e modelizantes), por outro lado procuramos chamar a atenção para a emergência de processos que possibilitam *oxigenar* e *liberar* a ação militante.

Estes processos demarcam e visualizam a emergência de novos fluxos micromoleculares, no interior da práxis militante. Fluxos que detectam o aparecimento de *pequenas frestas multicentradas*, capazes de oxigenar e interconectar a processualidade subjetiva da militância sindical. É sobre estas *frestas conectivas* que nos debruçaremos agora.

3.2.1 O RECONSTRUIR DA PRÁXIS MILITANTE

Que novas expressões e conexões de singularidade e subjetividade, podemos visualizar, no interior da práxis militante? Que *microprocessos* são estes, ou que *frestas* podemos captar no cotidiano da realidade militante?

Neste exato momento, múltiplos processos estão ocorrendo, no interior da práxis e da vida militante. Por um lado, como já vimos, a militância está vivendo um movimento de crise e refluxo em suas formas específicas: jeito de ser, bandeiras de luta, propostas de trabalho, formas de relacionamento e comportamento social.

Esta realidade faz com que muitos militantes se posicionem na defensiva e passem a *saborear* momentos dramáticos de incerteza e angústia (com relação ao *que fazer* e *como fazer* no contexto histórico imediato). Isto fica bem claro na fala de um militante quando diz que

hoje, está muito difícil sentir prazer com a luta militante ou com qualquer tipo de luta. Nos últimos tempos, só o que temos curtido é o dissabor das derrotas. Por isso, vivemos aquela incerteza, aquela insegurança e aquela angústia, porque além de perder (pelo capitalismo e agora pelo neoliberalismo), fica praticamente impossível defender uma idéia por muito tempo. Assim, acabamos vivendo sem nenhuma certeza de que aquilo que estamos fazendo é a coisa correta. O que encontramos, são muitos militantes, tentando se equilibrar como verdadeiros malabaristas, na tentativa de sobreviver (M. n° 20).

Na verdade, esta fala revela vários níveis de conflito: o conflito entre *certeza* e *dúvida*, entre *prazer* e *desprazer*, entre *vitória* e *derrota*, entre *atacar* (estar na ofensiva) e *contra-atacar* (estar na defensiva); enfim, revela o conflito entre o *certo* e o *errado*. E esta *intensidade conflitante* gera, por assim dizer, um estado de angústia e insegurança no interior da vida militante.

Mas por que este estado permanente de angústia e insegurança? Simplesmente porque a essência do espírito militante é apresentar (para os outros) a *certeza absoluta* de um projeto *pronto* e *acabado* — daquilo que se quer para a sociedade e de como se deve proceder (política e estrategicamente) para alcançar tal objetivo. Para isso, entram em ação os processos de convencimento (verbal, mental e discursivo).

Para *ganhar o outro* é preciso convencê-lo da importância estratégica da causa, pois

(...)a essência do espírito da militância é trazer uma certeza e convencer as pessoas dessa certeza. Mas essa mesma certeza é o ponto chave, por exemplo, para as idéias fascistas, pois elas são baseadas em certezas e não em dúvidas...

E o militante, de certa forma, ele reproduz isso, porque ele é um cara que leva certeza e não dúvidas; ele não leva angústias, ele não leva dissabores, não leva fracassos. Ele tem que passar a imagem de que ele leva certeza, projeto firme, sólido, pronto, acabado, inquestionável...

E acho que aí é que tá a grande contradição da coisa; porque isso é o oposto, o contrário, daquilo que é a subjetividade (M. n° 21).

Neste caso, o que seria, portanto, deixar fluir e emergir a subjetividade?

GUATTARI diria que, “a **subjetividade é um estado latente em perpétuo nascimento**”. Uma espécie de agenciamento maquínico, em contínuo fazer-se. Ou seja, a subjetividade não é um espaço vazio que deve ser preenchido e animado pelo exterior, mas um *agenciamento coletivo* que deve ser conectado às diferentes constelações humanas (a economia desejante, as diversas formas de linguagem, as variadas formas de expressões corporais, os fluxos de singularidade etc). Isto leva à compreensão de que a *subjetividade singular* de um projeto ou de um propósito político não transita linearmente por um único caminho, um único espaço ou, mesmo, um único sentido histórico.

Neste contexto, as relações sociais e de classe tendem a se complexificar, diversificar e evoluir. Pois já não é mais possível “fazer a revolução” centrada exclusivamente na classe operária e dirigida por movimentos revolucionários tradicionais.

A revolução não está em jogo unicamente ao nível do discurso político manifesto, mas também num plano muito mais molecular, na direção das mutações de desejo e das mutações técnico-científicas, artísticas etc (GUATTARI, 1987:207).

É neste sentido que já podemos visualizar uma reviravolta com respeito aos processos de subjetivação militante. Ou seja, o processo de crise militante e de empobrecimento subjetivo (processos modelizantes, homogêneos, atávicos e bipolarizados de subjetivação) não resultaram apenas em sintomas de angústia, incerteza e desintegração social da militância. Pelo

contrário, a crise também, produziu um "*movimento de repensamento*" da práxis militante. Um movimento que possibilitou realizar um processo de análise e redimensionamento da *potência militante*, em vários sentidos (em nível do corpo, da racionalidade, dos sentimentos, das relações, da democracia, de exercício do poder etc). Isto colocou a oportunidade real da militância desenvolver e viver o tecimento de "novos possíveis".

Dessa forma, mesmo que a crise tenha provocado consequências profundas (refluxos, desnorteamentos, incertezas) e mesmo que a militância tenha desenvolvido processos reducionistas e modelizantes de subjetivação, ainda assim, eis que em meio à multiplicação de antagonismos, de repente, emergem novas formas de reivindicações e afirmações da singularidade militante. Novos agenciamentos micromoleculares.

Entretanto, como podemos nos certificar do surgimento destes novos agenciamentos? Que sinais os evidenciam?

Os sinais mais evidentes destes agenciamentos residem:

a) no desenvolvimento de "**vetores de equilíbrio**" militante, que dão passagem a outras formas de consciência, de visão de mundo, de relação com as *coisas íntimas* (com o corpo, o prazer, a vida) e com o próprio sentido da militância (conjugando a conexão de novos possíveis, de novos fluxos, de micro-agenciamentos subjetivos);

b) na mudança das **formas de relacionamento e de convivência social entre os próprios militantes**. Hoje, já encontramos traços de companheirismo, afetividade, compreensão e tolerância, no interior da práxis militante.

c) na inserção micropolítica de "**outras bandeiras de luta**" (antes desconsideradas e negadas enquanto reivindicações com potencialidade revolucionária). Dentre elas, podemos citar: as relações de gênero e raça; a questão da cidadania; as questões ecológicas.

Embora estes sinais ainda não configurem uma situação deliberada, no interior da militância, mesmo assim é possível dizer que caracterizam um processo de ruptura e de *referência singular* nos mais variados domínios da práxis militante. É neste processo de ruptura e fratura, inovação e ampliação, multiplicação e singularização que se abrem os novos dispositivos de produção da subjetividade militante.

3.2.2 A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VETORES DE EQUILÍBRIO

Como sublinhamos anteriormente, a questão da subjetividade ainda é tratada por muitos militantes como algo distanciado da vida real ou dos microtecimentos cotidianos. Alguns até reconhecem a importância de sua potencialidade, mas confinam-na à dimensão do indivíduo ou dos processos pós-revolucionários. No entanto, esta posição não pode ser considerada única e exclusiva, nos espaços da militância. Pelo contrário, podemos constatar e devemos admitir que coexistem, no interior da práxis militante, outros “agenciamentos de enunciação” e de produção subjetiva, circulando e dando passagem a novos processos de singularização.

Estes vetores de enunciação subjetiva corporificam e sinalizam o surgimento de novos territórios existenciais, individuais e grupais, presentes no interior da própria realidade militante. Porém, que elementos caracterizam os novos processos de singularização e subjetivação militante?

A SENSIBILIDADE SUBJETIVA

Um dos *vetores de atravessamento* na vida militante, que representa uma primeira manifestação de *tomada de consciência* e sensibilidade, é a **questão da subjetividade**. Tal perspectiva assenta-se na capacidade de alguns militantes ampliarem sua percepção sobre a vida, o corpo, o inconsciente e a própria problemática da práxis militante. Isto significa apontar para o desenvolvimento de práticas específicas, no interior da militância, com a tendência de modificar e reinventar maneiras de ser, tanto dos indivíduos quanto dos agrupamentos coletivos.

Eu não vejo outra forma de avançarmos enquanto seres humanos, ou mesmo enquanto movimento sindical e social, se não trabalharmos com essa questão da subjetividade. Com tudo aquilo que rodeia nossa realidade de pessoa e ser humano. Por isso que, é fundamental, trabalhar com todas as dimensões do ser humano, como a inteligência, a afetividade, o corpo, e até mesmo, as coisas que passam no nosso inconsciente, no olhar, no sentimento, etc. Acredito que a poesia, o teatro, a música e todas as formas de expressões do corpo são inteligências que podemos por a serviço do processo de educação, mas também, em prol do bem estar social (M. n° 22).

Tal concepção consiste na capacidade que vai se desenvolvendo de começar a perceber a multidimensionalidade da vida e conseguir efetuar as mudanças existenciais que dizem respeito à essência da subjetividade. Neste sentido, os militantes se defrontam com o desafio de reinventar cotidianamente o sentido de sua própria existência e a relação entre sujeito-individual e sujeito-coletivo, entre corpo e mente, entre a realidade manifesta e realidade inconsciente.

E como é difícil efetuar as mudanças necessárias, no contexto da militância e da vida cotidiana!

Hoje, a gente fala muito em transformar o mundo, transformar as coisas, uma transformação muito grande e que está muito além da gente (...).

E não fala da responsabilidade que é transformar a gente mesmo. Por que a transformação da gente, a transformação do dia-a-dia, que parece uma coisa tão pequena, aparentemente tão simples, como é difícil mudar. As vezes, a gente tem hábitos tão pequenos que a gente acha que deve mudar, na gente mesmo e como é difícil mudar; a gente exige tanto, mesmo nos discursos políticos da gente, quando falamos e teorizamos de um modo geral, tudo parece tão fácil; mas no dia-a-dia da gente, da militância, na vida, com os filhos, em casa, com a gente mesmo, tudo, como é difícil, como a gente não muda, como não transforma e a responsabilidade é da gente.

Quer dizer, no momento que a gente se transforma, existem duas possibilidades: ou as outras pessoas vão se transformar também (pelas minhas atitudes, meu jeito, onde as coisas vão se desenvolver de outra maneira), ou as pessoas se adaptam àquilo que não dá mais e pronto (M.nº23).

Portanto, o ato de assumir a responsabilidade pela mudança das *pequenas coisas*, dos *simples detalhes* e mesmo das *posturas cristalizadas* (que encharcam a vida pública e privada dos indivíduos e grupos) já demonstra uma disposição da militância de enfrentar tais desafios, como um **grande trabalho**. Um trabalho que passa pela capacidade de reinventar a ação política, tornando-a capaz de extrair do ordinário dimensões extraordinárias, tanto para a luta quanto para a existência humana. Um trabalho difícil de efetuar cotidianamente, mas de fundamental importância para repensar a vida e o ser militante:

me interessa muito discutir e compreender as questões subjetivas do mundo do trabalho. Pois enquanto militante, aos poucos vamos nos despersonalizando. As pessoas, na militância, quase nunca perguntam como vai a pessoa humana, mas sim, como está o sindicato, a luta, o partido, a organização, etc. Então, são essas questões que temos que buscar trabalhar - o indivíduo como um todo, o cidadão como pessoa, o homem e a mulher em todas as suas dimensões e papéis sociais (M. nº 24).

A EMERGÊNCIA DA INTEGRALIDADE

METADES

Se tem uma coisa que nos despersonaliza

enquanto seres humanos
é a fragmentação das coisas.

A fragmentação das coisas
também fracciona a vida
em mil pedaços.

Por sua vez, a vida torna-se um
"casulo asfixiante", interceptando
qualquer tentativa de singularização
e de integralidade existencial.

Aos poucos, vamos nos sentindo impotentes
para mudar as coisas mais simples, como:
a rotina cotidiana, o tédio e a ansiedade!

Quando nos fragmentamos,
nos amedrontamos
perante a fragilidade de nossa
própria existência

Na reflexão a respeito das experiências de educação popular e sindical que realizamos, lembro-me que uma das questões de maior repercussão, na vida dos sujeitos militantes, foi a que se referiu à **integralidade na militância e nos processos formativos**.

Quando se levantava a questão da *integralidade*, ocorria uma espécie de "lampejamento subliminar", fascinando e provocando movimentos de imaginação militante. É que, para muitos militantes, estava emergindo um fenômeno curioso: a possibilidade e a percepção de que a vida não é só trabalho, de que a vida não é só militância vinte e quatro horas por dia e de que o conhecimento, também, não é simplesmente uma operação intelectual ou racional.

Assim, a emergência desse fenômeno/movimento anunciava que tanto a vida, quanto o processo de conhecimento, faziam parte de uma mesma **integralidade multidimensional**. Uma espécie de transversalidade de movimentos e *fronts* que se cruzavam e se interconectavam dinamicamente.

Dessa forma, sem muita certeza

começamos a falar da *integralidade* nos processos formativos. Não sabíamos bem ao que estávamos nos referindo. Mas tínhamos uma coisa bem clara: não queríamos mais nos reportar apenas à dimensão intelectual, racional, “teórica” do militante. Não queríamos mais formar “ETs”, de cérebros superdesenvolvidos e corpo raquítico; de sentimentos, emoções e instintos bloqueados; com relações interpessoais truncadas (AZIBEIRO, 1993:38).

Enquanto educadores, embora com muitas dúvidas e questionamentos, começamos pondo em ação **componentes dinamizadores de uma nova subjetividade**. Algo que pudesse, por um lado, romper com a cristalização das *linhas rígidas* da militância e que, por outro lado, pudesse instituir novos processos de singularização social. Assim procedemos no sentido de desobstruir práticas arcaicas e fossilizadas (como a do autoritarismo, do machismo ou aquela de que o militante não pode descansar) e suscitamos a eclosão de novos **processos criacionistas**, capazes de acelerar o surgimento de novas modalidades de subjetivação singular (da inteligência, do conhecimento, do relacionamento humano).

Neste sentido, lembro-me que ficávamos atentos a todo e qualquer tipo de *movimento inconsciente* ou *natural* dos grupos e indivíduos com quem trabalhávamos. Na verdade, acreditávamos que era ali que desovava o manancial micropolítico, propulsor de novos elementos formativos (práticas) e de uma nova produção de subjetividade. Num dos encontros formativos (com “formadores-militantes” sindicais), nos deparamos com uma situação *sui generis*. Manifestou-se, explicitamente, **a problemática do machismo e da relação entre homem e mulher militante sindical**. Sem usar mecanismos artificiais, redimensionamos o processo formativo, no sentido de que pudessem vir à tona os *elementos subterrâneos* de tal problemática e que, ao mesmo tempo, fosse possível discutir alguns conteúdos relevantes de tal questão.

Primeiramente, abrimos um processo de discussão, procurando localizar os *elementos sensíveis* da situação; em seguida, lançamos mão de alguns *recursos pedagógicos e audiovisuais* que tínhamos à disposição; e, num terceiro momento, *fomentamos a discussão*, chamando a atenção do grupo para certas questões como: no que e em que esta problemática atrapalhava o trabalho e o desenvolvimento da luta sindical? De que forma — inibia os processos de singularização subjetiva e de produção desejante, no sentido de modelizar as formas de viver, de sentir, de criar, de participar, de amar etc.?

Percebemos, de imediato, que esta reflexão provocou um impacto muito grande sobre as posturas e os comportamentos de alguns militantes. Constatamos que a intervenção direta, dentro da situação real (na explicitação do machismo e das relações de gênero), desencadeou um processo de análise crítica dos comportamentos e dos *estereótipos inconscientes* (alojados no interior dos indivíduos e inconscientemente manifestados por intermédio de seus atos).

Essa reflexão possibilitou, também, o desenvolvimento de *novos enunciados* de percepção e sensibilidade humana. Algo parecido com a compreensão de outras visões de mundo, de outros *lugares possíveis*, de outras formas de relacionamento e de postura militante; enfim, algo que mexeu com a ética, a política e a interioridade dos comportamentos humanos. Processos de revolução molecular.

Ao término da atividade educativa, solicitamos a cada participante que escrevesse uma carta para sua organização sindical, contando como viveu e sentiu o processo formativo. As falas nos impressionaram pelo grau de sinceridade e sensibilidade manifestada. A título de ilustração, mencionarei alguns parágrafos, escritos pelos próprios participantes.

O que mais me tocou foi este me buscar no que estou fazendo, na minha subjetividade. Os conteúdos estudados montaram o meu quebra-cabeças, há muito buscado (M. n° 25);

Quero registrar até as brincadeiras, as piadas, o passeio indescritível, os corredores onde foram trabalhados nossos vícios, preconceitos, machismos, revelados nas piadas e nos gracejos (M. n° 26);

Quero dizer, aos que tiverem a oportunidade de ler esta carta, que este curso não fez nada de extraordinário, além de me propiciar a percepção de uma nova postura individual e coletiva (M. n° 27)²⁶.

Estes são alguns sinais que revelam pequenas frestas (ainda que de forma miniaturizada), na tentativa de reconstruir novas formas de vida e de sensibilidade humana. Tais sinais representam o desencadeamento de uma pluralidade de mutações moleculares em movimento, em via de *passagem transversal*, buscando construir algo novo, não somente para o partido, para o sindicato, para o movimento, para a organização mas, também, para cada pessoa (alterando, por exemplo, a relação com o próprio corpo) e agenciando novas percepções sobre as coisas, o mundo e a produção do conhecimento. Enfim, modificando progressivamente as tutelas que pesam sobre o próprio desejo.

Neste aspecto, GUATTARI fala na superação da representação e univocidade dos desejos e dos afetos, tanto no sentido de articulá-los a novos agenciamentos coletivos de produção desejante, quanto no sentido conectá-los a novas formas de enunciação (individuais, corporais ou das trajetórias semióticas ligadas em todas as direções e sentidos).

Esta condição fica mais evidenciada quando o sujeito toma a palavra e se expressa livremente, sem a interposição ou mediação de qualquer tipo de representação, seja de natureza orgânico-política, seja de ordem prático-desejante.

Neste sentido, afirma GUATTARI:

a expressão teórica não mais se interpõe entre o objeto social e a práxis. O objeto social é colocado em condições de tomar a palavra, sem ter que recorrer a instâncias representativas para exprimir-se. A coincidência entre a luta política e a análise do desejo implica, desde então, que o "movimento" permaneça na escuta constante de qualquer pessoa que se exprima a partir de uma posição de desejo, mesmo e sobretudo que ela se situe "fora do assunto". Em família, reprime-se uma criança que se exprime "fora do assunto", e isto continua na escola, no quartel, na fábrica, no sindicato, na célula do partido. É preciso se estar sempre "no assunto" e "na linha", mas o desejo, por sua própria natureza, tem sempre a tendência de "sair do assunto" e derivar (GUATTARI, 1987:177-8).

O EQUILÍBRIO CORPO-LUTA-PRAZER

Um terceiro vetor de busca, na vida militante, refere-se à tentativa de **equilibrar a dinamicidade do trabalho (luta) com as necessidades do corpo e a singularização do prazer**. Ou seja, se por um lado encontramos na história da militância processos de *cristalização da subjetividade* (esquizofrenias, modelizações, "átavismos"), por outro lado também podemos encontrar o estabelecimento de outras *lógicas de intensidade* ou de outros *processos evolutivos*.

A lógica das intensidades ou dos processos evolutivos estabelece dimensões mais nítidas e moderadas a respeito dos processos e ritmos de trabalho, das formas de luta social e das *demandas simultâneas* da vida humana (exigências do corpo, da razão, dos sentimentos, do prazer, da sobrevivência).

²⁶ BUSSANELLO & AZIBEIRO: 1993.

Embora a luta militante não tenha acumulado resultados positivos, ao longo dos últimos anos (principalmente mediante a ofensiva dos projetos dominantes, do capitalismo global e, fundamentalmente, perante os processos ‘bipolares’ e ‘unidimensionalizantes’ de subjetividade militante), mesmo assim ainda é possível captar processos multipolares e transversais de produção subjetiva no interior da vida militante.

Para exemplificar, podemos citar alguns. “**sinais de resistência**”, que se evidenciam no interior da práxis militante.

Eu estou me negando, na militância a fazer certos tipos de atividades. Aquelas atividades totalmente improdutivas, estressantes, desgastantes, rançosas e outras coisas mais que a gente convive por aí..., como o negócio de fazer uma reunião de diretoria e gastar três ou quatro horas, só para discutir se tem que trocar uma lâmpada ou não trocar; e aí, começa um xingar o outro, porque você não está sendo muito ideológico, na questão da troca da lâmpada. Eu pessoalmente me nego a fazer esse tipo de discussão e saio fora; acho que realmente, a gente tem que lutar contra esses tipos de vícios, que a gente sabe que tem. A gente tem que fazer aquilo que realmente goste de fazer, fazer com prazer, fazer com vontade e, tendo a certeza de que, aquilo que a gente está fazendo, vai ter algum resultado melhor. Por mais que esse resultado seja subjetivo (M. n° 28).

Uma outra preocupação de alguns militantes, é a relacionada à **necessidade de integrar tempo de trabalho com tempo de vida**. Ou seja, alguns militantes já não direcionam toda a sua energia para as atividades de militância mas, também, para viver a integralidade e globalidade da vida cotidiana (já não efetuando uma separação tão mecânica com relação ao tempo de trabalho e o tempo de vida).

Trabalho e vida começam a fazer parte de uma mesma interação. Sinteticamente, podemos dizer que alguns militantes estão se dando conta de que a **vida faz parte de uma globalidade maior** do que, simplesmente, as atividades reservadas aos espaços da militância.

Quando entrei no movimento sindical, parece que tudo tinha que ser feito da noite para o dia, para se chegar à transformação que se queria. No primeiro momento, acabei me envolvendo em tudo o que podia. Tinha uma reunião prá ir, lá estava eu; tinha um curso prá participar, lá estava metido... Chegou um momento, que já não sabia direito o que estava fazendo.

E esse estado de coisa, começou a me preocupar. Quando dava o final do dia, já não me lembrava mais do que havia feito na primeira atividade da manhã. A cabeça fervia de problemas; e o corpo..., bem o corpo estava tão esgotado, que muitas vezes, não conseguia nem descansar e relaxar (...).percebi que tinha me tornado uma pessoa chata e insuportável (pois eu fazia de tudo, estava em tudo e ainda cobrava dos outros, as mesmas atitudes). Depois de muita cacetada, fui me dando conta que as coisas não eram bem assim (...). Após aqueles cursos, onde começamos a discutir as questões da integralidade e da militância, comecei a rever muitas coisas em minha vida. Por exemplo, hoje já consigo equilibrar o trabalho da militância, com alguns momentos de lazer e de convivência com a minha família (M.n°29).*

Ainda no processo de sensibilidade subjetiva podemos sublinhar a emergência de **novos componentes de equilíbrio** como aquele que procura equacionar a **relação luta-corpo-prazer-vida**. Ou seja, começa a existir, no seio da militância, uma preocupação com o corpo, o *cuidado do eu*, a afetividade e as questões do lazer, colocando em seu devido lugar a **centralidade do trabalho**.

Comecei a perceber que para nós o particular, o que é nosso, do nosso corpo, não é prioridade; isso faz a gente se dar conta que, se alguma coisa não está fazendo a gente se

* Os cursos citados, referem-se às atividades de formação de formadores sindicais, em 3 etapas, desenvolvidos pela Equipe de Educadores da Escola Sul da Cut - no período de 1991 à 1993.

sentir bem, se está atrapalhando, é porque nós não estamos trabalhando o "eu", o corpo ou como eu me sinto nesse trabalho. Ficar pensando só no conjunto da classe, no bem estar-social dos outros, acabamos esquecendo de que, a gente também precisa viver. Por que uma coisa está clara: não é só de luta que a gente vive. Aquela questão mais particular, a afetividade, a vida, namorar, passear, o prazer..., a gente não viu em nenhum dos nossos trabalhos e, não dá prá negar que a gente não gosta disso. Eu sou sincera, gosto muito; só que eu não elegi como prioridade; e que vai depender muito de mim, conseguir perceber isso e começar a pensar que preciso mudar aqui e ali..., para poder me realizar no todo, não só no trabalho, mas no todo da minha vida (M. n° 30).

Assim como o trabalho vem se metamorfoseando, no contexto da sociedade pós-moderna (ou do capitalismo mundial), o trabalho militante também vem perdendo seu caráter de centralidade absoluta. Alguns militantes já estão conseguindo avanços significativos, principalmente com relação ao equilíbrio: **tempo de luta militante e tempo pessoal de vida**. Ou seja, começam a perceber e a mudar a relação coletivo-luta-vida. Começam a perceber que não só o coletivo é importante, mas também o cuidado consigo mesmo, a dimensão do lazer e prazer, fazem parte dessa expressão mais ampla que é a vida e que genuinamente deve envolver a causa militante.

Neste sentido, alguns militantes salientam que o esquadramento da subjetividade e a incapacidade de se viver integralmente as dimensões da vida humana não se restringe apenas aos espaços da militância sindical, mas também é uma problemática que envolve o conjunto dos demais sujeitos sociais. Daí a importância de se criarem novas interrelações entre trabalho-luta-prazer e, ao mesmo tempo, de se construir uma visão mais ampla de produção subjetiva

Quando muitas pessoas começaram a falar que a gente não está priorizando a gente, as questões pessoais, a relação com o seu corpo; colocações dizendo que só depois da militância começou a viver, etc. Eu vejo que não é assim, uma questão só dessa área da militância, mas uma questão mais geral. Mesmo com o pessoal de uma fábrica, num outro tipo de serviço qualquer, encontramos pessoas que só depois que se aposentou começou a viver, etc. A questão central é que este problema existe mesmo e ele está presente em nossa vida. Ainda estamos com muitas dúvidas, tentando encontrar um jeito de processar e compreender estes vários elementos que apareceram nos trabalhos e nas discussões feitas sobre a subjetividade. Por que a gente vê que existe uma coisa mais forte, por detrás de tudo isso, a própria sociedade, as crenças, os valores. Também vemos pessoas que não concordam com todos os pontos dessa crise (de só trabalhar e não ter lazer, etc). Isso depende muito de pessoa para pessoa. Pessoas que nesse caos todo, estão conseguindo fazer uma opção e criar essa unidade entre trabalho e lazer, trabalho e corpo, trabalho e vida. De repente a gente vê algumas pessoas conseguindo criar essa associação entre o trabalho-luta-prazer (conseguindo fazer uma opção de equilíbrio). Já muitas outras, ainda não conseguiram romper com a engrenagem desse sistema (sendo dominado pelas regras, pelos valores, pela pressão do que os outros vão pensar etc.). Estas são algumas das indagações sobre a questão da subjetividade e que é importante se fazer, para poder contribuir para esse avanço na sociedade (M.n° 31).

3.3. A CONSTRUÇÃO DE NOVAS BANDEIRAS DE LUTA

Enquanto educador e militante, acredito que uma das tarefas mais difíceis de se realizar na sociedade contemporânea é a que objetiva **resgatar a sensibilidade e construir a cultura cidadã**, no âmbito do cotidiano da vida humana.

Por que acredito na importância dessa tarefa?

Porque esta perspectiva possibilitaria aos indivíduos e grupos sociais fixarem seus objetivos individuais e coletivos, com relação à distribuição dos bens materiais (objetivos econômicos), ao gerenciamento do Estado e à formulação de políticas públicas. Possibilitaria,

ainda, aos diferentes seres humanos, inventar e re-inventar novos contratos de produção e consumo, de igualdade e solidariedade, de afirmação da democracia.

Penso que, neste final de século, muitos são os desafios a serem enfrentados para elevar a participação política dos indivíduos na definição dos destinos da humanidade. Dentre eles podemos citar:

Primeiro: a necessidade de **eleva**r o nível de participação política dos seres humanos na tentativa de se contrapor à lógica destrutiva do neoliberalismo. Somente uma *contra-ofensiva-massiva* será capaz de se opor aos imperativos globais do capitalismo mundial e de transformações no mundo do trabalho, que vem causando desemprego, miséria e marginalização social a milhões/bilhões de seres humanos em todo o planeta.

Segundo: coloca-se, também, o desafio dos cidadãos intervirem no **redimensionamento do Estado e na formulação de políticas públicas e sociais** em benefício da grande maioria da população. Para isso, é preciso democratizar o Estado (e o mercado), no sentido de pô-los a serviço da produção de bens essenciais aos cidadãos e de toda sociedade.

Terceiro: é inadiável a tarefa de **desativar os perigosos mecanismos de destruição e terror da vida moderna**. Hoje, as formas brutais de violência, de ódios, de fundamentalismos e de xenofobias ameaçam, não apenas a espécie humana, como um todo, mas também toda a malha estrutural e vital do ecossistema planetário. Neste sentido, é preciso inverter tanto os processos de modernização conservadora, que se utilizam de tecnologias avançadas, com o intuito somente de obter lucros e produtividade (pouco se importando com a realidade dos seres humanos) quanto no sentido de controlar a proliferação do arsenal destrutivo e da indústria da guerra, que fatura bilhões de dólares em todo mundo.

Quarto: é urgente **encarar de frente a crise ambiental e populacional**. No primeiro aspecto, é de suma importância conseguir integrar as três dimensões sócio-humanas: a ecologia ambiental, a ecologia mental e a ecologia social (atingindo uma profunda "transversalidade eco-subjetiva"). Quanto ao segundo ponto, será importante a humanidade definir padrões de crescimento vegetativo de acordo com a essência da espécie humana, ou seja, conforme critérios universais e democráticos, evitando-se, assim, as medidas arbitrárias e autoritárias de controle populacional.

Quinto: é fundamental **desenvolver um "movimento cotidiano" pela construção da cidadania**. A construção da cidadania não pode ser entendida como uma ação descolada do cotidiano, sob o risco de cair num *movimento estanque* ou formal. A construção da cidadania se faz resgatando o significado da vida cotidiana. Neste universo de estudo, no entanto, não será possível desenvolvermos uma análise exaustiva do conjunto de desafios pontuados. O que nos propomos, aqui, simplesmente, é efetuar um processo de descrição sobre alguns aspectos pertinentes à construção da cidadania e sua importância no movimento sindical e, em especial, para os militantes que a consideram uma nova bandeira de luta e de singularidade social.

3.3.1 A CULTURA CIDADÃ

O espírito de cidadania se
caracteriza e se fortalece
quando encontramos no povo
o sentimento de dignidade e o
vivenciamos em sua plenitude.
Viver é fazer história. É saber
contar a vida. É ter consciência
de se estar presente como o
verdadeiro exercício de cidadania.
Assim, crescemos. E crescemos
mais quando constatamos a
sabedoria de toda uma vida
presente na nossa história!

(HENFIL)

Um dos sinais que emergiu, nos últimos tempos, *alargando* a práxis militante, chama-se *cidadania*. A construção da cidadania, caracterizou-se, nos últimos anos, como a atividade vital e a bandeira de luta preferida de inúmeras organizações sindicais, civis, públicas e governamentais, no contexto da realidade brasileira. Tornou-se, por assim dizer, numa espécie de “çoqueluche do momento”, inserindo-se nas práticas cotidianas, de múltiplas entidades de caráter governamental, civil e sindical.

Hoje é muito comum encontrarmos empresários, políticos e governantes veiculando em suas mensagens comerciais o *slogan*: “construindo a cidadania”. Na maioria dos casos, trata-se de um verdadeiro processo de apropriação e deturpação do significado histórico e concreto do conceito de *cidadania*.

Quando, porém, essa questão foi incorporada pela *praxis militante*?

A questão da cidadania transformou-se em bandeira de luta principalmente a partir de 1990, quando a “Campanha Contra a Fome e a Miséria e pela Vida”, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza - Betinho, ganhou expressão social enquanto um movimento de massa e de solidariedade coletiva.

Como os militantes sindicais de esquerda se inseriram ou reagiram a tal movimento?

A reação e o comportamento dos militantes sindicais foi algo muito interessante. Alguns setores da militância se opuseram drasticamente à emergência de tal perspectiva, por acreditar se tratar de um *movimento paliativo* (que não resolveria as causas do problema da fome e da miséria, pela raiz). Outros militantes nem sequer tomaram conhecimento da importância e da urgência de tal processo histórico (preferiram dar continuidade a seus afazeres normais do que se envolver com tal iniciativa).

Apenas um pequeno grupo de militantes abraçou decididamente o desenvolvimento operacional da Campanha.

Lembro-me das dificuldades que se encontrava para dialogar com alguns dirigentes-militantes sobre a importância estratégica da Campanha pelo resgate e construção da cidadania. As discussões deslizavam para afirmações de que primeiro era preciso efetuar *mudanças radicais e não* simplesmente envolver-se com *reformas paliativas*.

Contrariando as afirmações dos “opositores” (sobre o “caráter paliativo” da luta pela cidadania), perguntávamos onde, como e quando seria possível...viabilizar soluções para os principais problemas que enfrentava o Brasil (fome, miséria, analfabetismo, concentração da

terra, da renda, das riquezas, etc) e que resultasse, de uma só vez, em mudanças radicais e profundas, no contexto da realidade social brasileira!

Geralmente, as reflexões divagavam na esteira das *soluções macro-teóricas*, dificultando ainda mais a ação de iniciativas e medidas concretas. Porém, com o passar do tempo, a luta contra a miséria e a fome e pelo resgate da cidadania foi tomando corpo, transformando-se num dos principais movimentos de massa já ocorridos no Brasil, nos últimos anos.

O movimento ganhou tamanha expressão que mobilizou e sensibilizou amplos setores da sociedade, na tentativa de minimizar o fosso existente entre quem come e quem não come, entre quem tem casa e quem não tem, entre quem tem emprego e quem vive marginalizado e sem perspectiva, enfim, entre quem é *cidadão* e quem é *não-cidadão*.

Somente com o tempo muitos militantes (principalmente os resistentes) foram se apercebendo de que a luta pela cidadania era mais profunda do que se imaginava (pois, a solução das principais mazelas sociais teria que ir sensibilizando e envolvendo paulatinamente amplos setores e segmentos da sociedade brasileira).

Foi justamente isso que o movimento pela construção da cidadania conseguiu efetivar. Ou seja, aos poucos, conseguiu mobilizar e sensibilizar amplos segmentos da sociedade civil, garantindo pequenas coisas, como a coleta de alimentos, de medicamentos, desencadeando um "novo processo" de luta social (mais amplo).

Tinha-se a compreensão de que a luta pela cidadania não devia fechar-se sobre si mesma, mas ramificar-se rizomaticamente. Assim, das pequenas lutas como doações de alimentos e roupas, era possível alcançar e dinamizar novas e antigas bandeiras de luta como: a da reforma agrária e urbana, a da saúde e educação, a da moradia e saneamento, a do direito a um trabalho e salário decente, a de participar na distribuição da riqueza e renda produzida. Enfim, a partir daí era possível construir novas e melhores condições de vida.

Dentro desta concepção, a construção da cidadania congregava dois pressupostos básicos: o de se consagrar como um **direito universal** das pessoas e o de se constituir enquanto uma **conquista processual** dos sujeitos envolvidos.

Neste sentido, reconhecer que todas as pessoas têm direito a um trabalho, a alimentação suficiente, a escola para si e para seus filhos, a morar dignamente, numa casa servida por água de boa qualidade e por um sistema de serviços essenciais (esgoto, higiene, limpeza, saúde...), transformou-se em requisito fundamental para a construção de um outro patamar de vida e de luta social.

Esse processo passa tanto pelo reconhecimento do **sujeito atuante**, quanto pela noção de **cidadão participante**, interferindo em todas latitudes e esferas da vida sócio-produtiva-subjetiva.

Por um lado, isto significa o auto-reconhecimento de si e do outro, para que juntos possam criar uma **identidade coletiva** (identidade dos excluídos) e por outro lado, significa forjar um nível mais elevado de **intervenção político-social** (na perspectiva de garantir os direitos e objetivos desejados).

O resgate da cultura cidadã (como consciência, conhecimento e força política) terá como função converter um conjunto de excluídos e marginalizados em **sujeitos coletivos e solidários**. Sujeitos estes que se organizam em torno de objetivos comuns e que ganham **densidade política** para intervir de modo eficaz na transformação de sua realidade concreta. Atingir esse auto-reconhecimento e organizar-se a partir dele é, pois, condição primordial para a conquista da cidadania.

Assim, a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida surge como um movimento autônomo de massa, lutando contra o fim da corrupção, da impunidade e das

desigualdades sócio-econômicas. Surge para mobilizar, reunir e sensibilizar a sociedade brasileira para a importância das principais transformações sócio-produtivas e ético-políticas. Com isso, a construção da cidadania busca interromper a linha de produção da fome e da miséria, através da ação consciente e solidária de todos os cidadãos que se lançam ao desafio de construir um novo patamar de vida e de reconhecimento social.

3.3.2 O DEVR CIDADÃO

"Não temos que ter vergonha
de sermos solidários.

Temos que ter vergonha é
dessa frieza, desse cinismo de
alguns que acham que
desenvolvimento é uma coisa
e gente é outra"

(Betinho)

Assim como a luta pela cidadania emergiu de baixo para cima, envolvendo centenas e milhares de sujeitos sociais — cidadãos — também as práticas de construção da cidadania eclodiram no campo social e sindical com muita vitalidade.

Em nível mais geral, podemos relacionar uma infinidade de práticas como por exemplo:

a) aquelas buscando construir uma **nova relação entre Estado e Sociedade**, democratizando a ação estatal, as políticas públicas e os processos decisórios. A consolidação dessa relação favorece os processos de aproximação e intervenção dos cidadãos, em detrimento da centralização e fragmentação da ação estatal. Neste campo, podemos relacionar uma infinidade de **participações ativas** como, por exemplo: as Assembléias Populares de Administração Pública; as formas de Orçamento Participativo Municipais; as gestões tripartite: Governos, Empresários, Trabalhadores etc;

b) aquelas que possibilitam o **exercício e a prática da solidariedade humana** em quaisquer níveis, dimensões ou estratos sociais. Estas experiências de solidariedade, além de demonstrarem uma ação concreta entre indivíduos diferentes e desconhecidos, também proporcionam um processo de desalienação social (tanto no sentido de constituir uma identidade solidária, quanto no sentido de favorecer uma tomada de consciência social). Dentre as inúmeras formas de **micro-solidariedade**, podemos salientar: as ações de *ajuda mútua* entre vizinhos; as formas de *conforto familiar* (por ocasião de uma dor ou desgraça sofrida); as diferentes formas de *colaboração compreensível* (como as doações voluntárias realizadas por qualquer pessoa em função de intempéries naturais como: incêndios, enchentes, acidentes...);

c) aquelas que exigem **mobilização nacional**, como por exemplo a própria Campanha pela Construção da Cidadania (contra a miséria e a fome), articulando uma diversidade de forças e segmentos sociais e governamentais;

d) aquelas que sinalizam **mudanças culturais e educacionais** entre os diferentes estratos sociais. Neste contexto podemos conectar as múltiplas abordagens que trabalham as relações de raça, gênero e educação entre mulheres e homens na sociedade brasileira. Assim, as relações sociais de gênero e raça constituem uma cadeia produtora de desigualdades, tanto a nível micromolecular (família, comunidade) quanto a nível macro-global (trabalho, profissão e remuneração financeira). É mister salientar, também, a emergência de uma diversidade de projetos educacionais e culturais, buscando resgatar a dignidade e a beleza humana, por intermédio de múltiplas atividades de participação artística, musical, teatral, lúdicas,

educacionais (mediatizando componentes de cidadania entre segmentos e indivíduos marginalizados);

e) aquelas que dinamizam **atividades de produção, cooperação e distribuição de serviços e bens materiais**, beneficiando amplos setores da população. Ou seja, a ação da cidadania vai muito além da simples formulação de políticas públicas e sociais (de controle e direcionamento do Estado). Ela avança para dentro da dinâmica do sistema produtivo e distributivo, como um todo. A história do Brasil é uma história marcada pela desigualdade e marginalidade de amplos setores da sociedade civil que, num determinado momento, decidem romper com a cortina de exclusão, inaugurando novas formas de intercâmbio e cooperação produtiva. Neste universo podemos citar: as cooperativas de alimentação popular, os mutirões de produção coletiva de alimentos, os armazéns de compra e distribuição direta, as associações de moradores, as cooperativas de construção de moradias populares, sistemas de hortas comunitárias.

Evidentemente, nem todas as iniciativas de construção da cidadania poderão ser rastreadas e salientadas neste trabalho. Mas o que se quer registrar aqui é o fato de que a luta pela construção da cidadania se constitui enquanto uma rede potencial de produção e socialização da riqueza. Uma luta marcada por traços de mobilização, cooperação e solidariedade humana, aprendidas e vividas por inúmeros segmentos da sociedade civil.

Com o tecimento de novas relações (de produção, distribuição, cooperação, fiscalização, formulação, intervenção e solidariedade) é possível visualizar a transformação potencial da realidade e a emergência de uma nova alteridade singular — **o devir cidadão**.

Porém, de que forma podemos verificar a emergência da cidadania no contexto da militância sindical? Que sinais são possíveis rastrear no interior da práxis militante?

3.3.3 O ECLETISMO DAS PRÁTICAS CIDADÃS

A militância tradicional, como já vimos, jamais aceitou que em muitos momentos cruciais seus militantes-dirigentes titubeassem ou se sentissem fragilizados perante qualquer tipo de situação ou desafio. Pelo contrário, os militantes deviam estar sempre em prontidão para agir e falar categoricamente sobre qualquer circunstância. Ter dúvidas sobre como pensar e agir numa determinada situação representava fraqueza. E fraqueza não era compatível com a missão de um líder militante...

Porém, os tempos mudaram (e ainda bem que mudaram!). Hoje, já é possível encontrar militante menos preocupado (e por isso mesmo, menos pretensioso) com as respostas prontas e acabadas perante a realidade. O protótipo de militante que objetivava transformar a realidade, utilizando-se dos recursos das metanarrativas infalíveis (que no passado recente imortalizaram práticas burocráticas e processos dinossaurizantes), hoje, no limiar do século XXI, está dando passagem a novas práticas de referência social e a novos enunciados de regeneração individual dos militantes.

Que práticas e enunciados são estes, que estão dando passagem a novos universos de referência sociais e individuais, como expressão de cidadania?

Sem a pretensão de esgotar este assunto, apresentaremos agora pequenas constelações que julgamos estabelecer pontos de referência e de construção da cidadania, no interior da práxis dos militantes sindicais.

Uma das **primeiras** constelações que podemos encontrar, no contexto da práxis militante diz respeito à preocupação com o **desenvolvimento da ação local**.

A partir da crise das utopias e do refluxo das bandeiras de luta clássicas a *militância que sobrou* começou a se dar conta de que não era mais possível sustentar antigas formas de discurso e de atuação sindical. Começou-se a acreditar que não bastava apostar somente na velha estratégia de que primeiro é preciso "tomar o poder" para depois efetuar as mudanças necessárias. Passou-se a considerar, que as mudanças deviam se dar tanto em nível micro quanto em nível macro.

Assim, se os militantes quiserem transformar o Estado (pondo-o a serviço da grande maioria da população), terão também que lutar pela melhoria dos serviços locais. Em outras palavras, terão que "pensar grande e agir pequeno", no sentido de interferir na rede do poder municipal.

Hoje encontramos muitos militantes fazendo parte de comissões, fóruns e projetos específicos, com a missão de formular, debater e encaminhar propostas concretas de ação municipal.

Para exemplificar, podemos relacionar as iniciativas de caráter político, como: o orçamento participativo e a definição das políticas prioritárias para o município (saúde, educação, habitação, saneamento).

O **Orçamento Participativo** é uma forma dos cidadãos intervirem na definição dos investimentos públicos, em nível municipal. Através desse instrumento, é possível o cidadão participar e decidir sobre:

- a) a fiscalização de alguns gastos e recursos públicos (como e onde foram e devem ser aplicados os recursos financeiros e materiais do município);
- b) a definição das reivindicações, metas e prioridades para a cidade (plano estratégico de investimento e utilização dos recursos públicos);
- c) a definição democrática dos membros representantes dos Conselhos do Orçamento participativo e do Plano Diretor das cidades.

Assim,

qualquer morador, acima de 16 anos pode participar das reuniões que tratam da prestação de contas e que definem as prioridades estratégicas para o ano seguinte. Nelas (reuniões), as pessoas podem apresentar suas reivindicações e eleger seus delegados representantes (M. n° 32).

Um **segundo** indicador, constatado na práxis militante, diz respeito a preocupação de **estender a ação da cidadania para fora dos muros do sindicato e da categoria**. Ou seja, a ação da cidadania, torna-se uma ação integrada e articulada, tanto no âmbito da categoria quanto dos diversos segmentos da sociedade civil.

Aqui, podemos relacionar diversos tipos de atividades, de cunho **educativo-cultural**, envolvendo pessoas tanto da categoria quanto da comunidade local. Como exemplo de atividades, podemos citar:

a) festivais de teatro e poesia (envolvendo tanto os trabalhadores da base, quanto outras organizações sindicais e da sociedade civil);

b) oficinas de música, dança, poesia e movimento (proporcionadas por um “núcleo de cultura” — congregando um pool de entidades sindicais e da sociedade civil — com objetivo de promover múltiplas atividades de caráter educativo-cultural);

c) atividades “pontuais” (de teatro, música, cultura), nos momentos de paralização e mobilização por melhores condições de vida e trabalho;

d) Projetos relâmpagos, no interior das empresas, como o “projeto meia-hora”, promovido pela secretaria de cultura do Sindicato dos Trabalhadores na Energia Elétrica de Florianópolis (Sinergia), a partir de 1996, em parceria com outras entidades da sociedade civil. Tal projeto direciona-se a todos os trabalhadores das empresas e prevê apresentações de cunho artístico, folclórico, musical, dançante;

e) divulgação de livros, poesias e lançamentos diversos, envolvendo múltiplos sujeitos, dentro e fora da categoria.

f) espaços conquistados na mídia (principalmente nos meios de comunicação televisivos), contribuindo para processos de divulgação e de formação de opinião pública.

Perguntado sobre o impacto e o significado gerado por este tipo de iniciativa cidadã, um militante nos respondeu

Quando o sindicato convoca seus associados para participar de uma assembléia ou reunião, tentando discutir e aprovar questões específicas como as reivindicações econômicas da categoria (pauta de reivindicação), comparecem em média, entre 30 a 40 pessoas. E geralmente as pessoas reclamam que estas atividades são enfadonhas e cansativas. Mas quando promovemos uma atividade de caráter cultural, como por exemplo a apresentação de uma peça teatral ou a execução de uma orquestra sinfônica, aparecem cerca de 150 a 200 pessoas. A gente vê que as pessoas participam com gosto e prazer nessas atividades (...).

Então, já é hora do sindicato sair daquele mundo fechado e limitado de intervenção sindical. É preciso se abrir e avançar para outras questões que envolvem as pessoas, como as questões da cultura, do lazer e do prazer dos trabalhadores (M. n° 33).

Aqui já podemos salientar a emergência de uma terceira constelação de construção da cidadania — **aquela relacionada a integralidade e a multidimensionalidade da vida cidadã**. Ou seja, muitos militantes começaram a perceber que a vida das pessoas não se resume em lutar por questões econômico-reivindicativas, mas também, por articular-se em torno de questões estético-lúdico-culturais, que proporcionam prazer, conhecimento e satisfação pessoal aos sujeitos envolvidos.

A construção desta perspectiva se diferencia do paradigma clássico de organização sindical, justamente pelo estabelecimento de novos pontos de singularidade e ludicidade humana. Ou melhor, neste universo, a construção da cidadania se consolida enquanto um processo de singularidade social, na medida que consegue fugir da “**lógica ideológica e politizante**” (que reserva a velha mania de transformar tudo em discurso ou em resultado positivo para a organização política e seus dirigentes) e, na medida que consegue instaurar e dinamizar outras “**lógicas de intensidade**” (como aquela que possibilita trabalhar, simultaneamente, a construção da cidadania sob o ponto de vista do corpo, do movimento, da estética, da ludicidade, do equilíbrio, do desejo etc).

A construção da cidadania, passa a não se restringir apenas a lógica das semióticas econômicas, políticas e estruturalizantes da vida social (envolvendo somente procedimentos de caráter técnico-operacionais e científico-rationais). Pelo contrário, o desenvolvimento e a afirmação da cidadania, se constitui enquanto singularidade subjetiva a partir da integralidade e multidimensionalidade da vida humana. Enquanto conexão multicentrada, que envolve todas as dimensões da vida do cidadão como: o corpo, a mente, os movimentos, a beleza, o desejo, o prazer, a satisfação... É a partir desta realidade existencial e dos dados mais pessoais (dos indivíduos e grupos), que a construção da cidadania se afirma e se consolida enquanto uma **revolução micromolecular** capaz de instaurar novos processos de singularidade e subjetividade humana.

Neste sentido, podemos dizer que, a construção da cidadania se constitui enquanto **universo de referência subjetiva** (operando e pontuando acontecimentos singulares, tanto em nível do cotidiano dos seres humanos, quanto em nível do desenrolar da historicidade individual e coletiva dos militantes sindicais), em três dimensões básicas:

Primeira: no repensar a **dimensão do processo individual e do processo coletivo**. Pois a construção da cidadania requer o redimensionamento da vida dos seres humanos enquanto singularidade histórica e enquanto participação democrática nos destinos da sociedade. Requer a discussão, também, de que tipo de homem e mulher se quer construir enquanto sujeitos da realidade histórica. Por isso as dimensões individual e coletiva, homem e mulher, pais e filhos, desde logo necessitam ser repensadas e recolocadas no contexto da realidade sócio-histórica.

Segunda: a construção da cidadania, passa também, pela **discussão do exercício do poder** na sociedade. Pois não é possível construir democracia e cidadania sem desmontar o império da indústria da fome. Porque os bens materiais não podem ser privilégio e exclusividade de alguns mas, sim, condição de dignidade existencial de todos os cidadãos. Por isso, uma das questões centrais está na capacidade dos cidadãos construírem cidadania a partir da **formulação e do redimensionamento das políticas públicas** (como forma de agilizar a justiça social). Mas, esta condição também passa pela alteração da lógica oportunista e exclusivista de quem controla e comanda os aparelhos do Estado e seus instrumentos de ação social. Passa pela necessidade dos cidadãos participarem ativamente no exercício do poder (local, estadual e nacional) e de intervirem na formulação de políticas vinculadas aos interesses da coletividade.

Terceira: a construção da cidadania caminha, fundamentalmente pelo **compromisso histórico dos cidadãos superarem os “arquétipos inconscientes”** alojados no interior da cultura, das práticas cotidianas e dos valores psico-sociais. Os arquétipos são matrizes históricas que inconscientemente revelam nossos comportamentos, atitudes e formas de agir. Por exemplo, são tipos de arquétipos:

a) a **visão aristocrática**, de que alguns seres humanos nascem para mandar e outros para obedecer. Este arquétipo, traz como pano-de-fundo a concepção de que a desigualdade é fruto da superioridade “natural” existente entre as pessoas;

b) a **visão oligárquica** de que o poder sempre deve estar nas mãos de um pequeno grupo de privilegiados e que, portanto, a maioria nasceu incapacitado para exercê-lo, devendo-se conformar com as condições de exclusão social. Assim como é “normal” e “natural” poucos possuírem a riqueza material, também aparece como “normal” e “natural” os mesmos ricos “cuidarem” dos negócios públicos. Para a grande maioria dos indivíduos torna-se normal que os “cidadãos ricos” cuidem dos “cidadãos pobres”, distribuindo pequenas migalhas...;

c) a **visão de que o Estado é o pai dos órfãos** e que, portanto, deve ser o protetor e tutor dos pobres e desvalidos. Porém, historicamente, o Estado tem se caracterizado como o grande provedor dos interesses das classes dominantes (no sentido de garantir-lhes sua hegemonia e seus negócios lucrativos);

d) a **visão corporativista e economicista** segundo a qual o que vale é a luta para melhorar a situação econômica da “minha categoria”, focalizando-se numa “ação umbelical” e individualista (não se importando com a realidade e as necessidades da coletividade);

d) a **visão fatalista e conformista da vida social** que aceita a concepção de que “pobres e ricos sempre existiram”, seja enquanto predestinação dos tempos, seja enquanto vontade divina. Com isso, a maioria se isenta de assumir um compromisso para mudar as condições histórico-sociais, buscando minimizar a realidade de pobreza e sofrimento humano.

Hoje, mais do que nunca, ser cidadão passa pelo resgate da dignidade humana em todos os sentidos e direções. Passa pela desalienação social, mental, corporal, vivencial. Mas isto requer o desenvolvimento, cada vez mais avançado, de novos processos de participação e ação social; de novos processos de envolvimento e “contágio”; de processos pessoais e coletivos, que possibilitem resgatar a memória, a sensibilidade e a solidariedade humana. Enfim, a construção da cidadania, requer a articulação e a interrelação de “múltiplos querereres” humanos.

Porém, por onde passa a construção de um **novo tipo de militante** capaz de superar os arquétipos inconscientes, a miséria cotidiana, os processos esquizofrênicos e os reducionismos alienantes?

3.4 O DEVIR SINTONIZADO DA MILITÂNCIA

Múltiplas são as determinações e os devires na sociedade contemporânea. Inúmeros são os processos de marginalização e minorização, que atravessam o conjunto da sociedade, pedindo passagem e reconhecimento social. Inúmeras também são as possibilidades de singularização militante, no contexto de sua práxis. Ou melhor, sendo as determinações tão múltiplas, também a causa militante encontra múltiplas formas de singularização e de subjetivação social (escapando dos processos de cristalização e representação fetichizada). Assim, novos fluxos, devires e atravessamentos tendem a se afirmar como verdadeiros processos de transformação da vida, do corpo e do desejo militante.

Hoje, já não vemos mais a problemática militante centrada unicamente nos procedimentos de natureza “macro-molar” (desenvolvendo especificamente uma práxis previsível e ritualizada). Pelo contrário, neste momento histórico, já é possível encontrar o cruzamento de uma “práxis transversal”, buscando dinamizar uma multiplicidade de questões que ampliam o universo da ação militante.

A este processo, podemos denominar de **sintonização molecular** — algo que ao mesmo tempo se “liga” e se “singulariza” na dinamização cotidiana de múltiplas problemáticas. Uma espécie de movimento dinâmico multicentrado.

Assim, percebemos a construção de uma subjetividade que se conecta e se entrelaça com problemáticas que se encontram em diversos e diferentes campos, como:

1º) a dimensão de **construção da cidadania** que envolve o reconhecimento e o desenvolvimento de novas bandeiras de luta e o dever de múltiplas singularidades. Dentre elas podemos citar: o dever feminino, o dever negro, o dever juventude, o dever criança, o dever ecológico, o dever democrático, o dever poético, musical, artístico, teatral, etc. Porém, este duplo movimento (de reconhecimento e dever), afirma-se enquanto projeto singular, na medida em que consegue garantir a **regeneração da solidariedade entre as pessoas** (militantes) e no instante em que faz emergir uma **"ambição de cidadania partilhada"** (entre os mais diferentes segmentos e sujeitos sociais). Parece-me que a prática da solidariedade e da cidadania compartilhada será capaz de se contrapor à ofensiva neoliberalizante, às mudanças que se operam no mundo do trabalho e suas consequências trágicas sobre a população, de um modo geral e sobre o sindicalismo, de um modo particular. Assim, sustenta o sociólogo Boaventura dos SANTOS:

a experiência de trabalho, sendo cada vez mais presente e premente enquanto prática de vida, será cada vez mais desvalorizada enquanto cultura e ideologia. Será cada vez mais cercada e relativizada por experiências culturalmente mais valorizadas tais como a experiência da cidadania contra a exclusão social, da participação contra a alienação, da democracia contra os fascismos privados, dos direitos do consumidor contra um consumo degradado, dos direitos ecológicos e culturais contra a perda da qualidade de vida. Por esta via, far-se-á uma transferência progressiva da identidade operária para a identidade cidadã. Isto significa valorizar o que de melhor a cultura operária produziu: uma ambição de cidadania partilhável por toda a sociedade (in GENRO, 1997:08).

2º) a questão das **relações entre homens e mulheres** no movimento sindical (envolvendo questões referentes a participação e emancipação da mulher, no contexto da vida sindical; as questões de remuneração salarial e de trabalho; a luta pelo reconhecimento social e o direito de igualdade, quando se é diferente; a conquista de espaços de poder e organização, etc). Neste campo, acompanhamos a evolução progressiva das mulheres militantes na dinamização de diversos tipos de trabalhos (como aqueles relativos a problemática do trabalho, das relações de gênero, da saúde e educação, da procriação, etc) e na participação ativa nos diversos espaços organizativos e de poder (como as instâncias diretivas, os fóruns de decisão, os conselhos de representação, os departamentos orgânicos, etc).

3º) a questão da **problemática cultural** que envolve o agenciamento de múltiplos processos de expressão e semiotização como: a esfera da música, da dança, da representação plástica, do teatro, das práticas religiosas, dos movimentos corporais, etc.

Tudo isso constitui, indissociavelmente, processos de singularização e subjetivação, em nível da esfera **micromolecular**. Processos de singularização e subjetividade que emergem e se articulam em múltiplos espaços da realidade sócio-histórica; que trafegam e fogem, dinamicamente, aos processos de captura reacionária; enfim, que criam e recriam "fluxos de transversalidade multicentrada", capazes de ramificar e difundir novas implicações de ordem política e micropolítica.

Concretamente, isto significa, para os militantes sindicais, a construção de uma nova vontade política e de um movimento de ruptura com os "velhos conflitos clássicos" (socialismo-capitalismo, proletariado-burguesia, operário-camponês etc.). Uma ruptura e uma vontade, capaz de "limpar" os vários tipos de arquétipos inconscientes e, fundamentalmente, de superar as práticas de caráter corporativistas e economicistas. Na verdade, esta superação, significa o comprometimento concreto dos militantes abraçarem novas causas e novos *fronts* de luta, como por exemplo: as bandeiras de luta em prol da cidadania negra; da democratização e horizontalização das relações entre homens e mulheres; as batalhas pelas questões de natureza ecológica; todas as reivindicações e afirmações de ordem corporal, sexual e desejante; de redefinição dos espaços urbanos e citadinos; das formas de produção eco-mental, humana e social; de garantia das políticas públicas como educação, cultura, saúde,

moradia, saneamento, etc. Enfim, participar na construção da cidadania, é participar da socialização das riquezas (materiais, culturais e simbólicas) disponíveis pela modernidade. É poder elevar cada cidadão ao seu mais alto nível de condição humana.

Neste sentido, pouco se justifica a disposição dos militantes ficarem presos às armadilhas unidimensionais, dos macro-procedimentos políticos (lutas molares). Pois é na vida cotidiana, que circula a maioria das questões relacionadas à micropolítica, como a construção da cidadania, as questões intimistas, as formas de relacionamento humano e os processos de mudança ou de acomodação e cristalização das coisas. Assim, quando uma pessoa participa de uma peça teatral ou mesmo de uma apresentação musical (proporcionada pela ação militante), está fazendo parte dessa revolução molecular que encharca a vida cotidiana e a sensibilidade humana, em todos os sentidos.

Por isso, acredito que um dos pressupostos básicos, da revolução militante, está na sua capacidade de construir um mundo novo a partir das contradições e dos tecimentos da vida cotidiana. Pois se quisermos efetuar algum tipo de mudança significativa, no contexto da realidade contemporânea e da prática militante, temos que nos "encharcar" pelas questões da vida cotidiana.

Mas encharcar-se pelas coisas cotidianas, não é simplesmente, adotar um discurso procurando convencer e ganhar os outros. Também não significa abandonar a procura pela construção de um mundo melhor. Pelo contrário, este processo de encharcamento requer um novo estilo de engajamento militante capaz de:

a) envolver a vida militante por inteiro, num progressivo equilíbrio dinâmico entre inteligência, corpo, coração, emoção, intuição... (e não apenas enquanto lógica falocrática, cabeçal e macropolítica);

b) aprender a trabalhar com as questões mais simples e corriqueiras da vida cotidiana como: as banalidades, os valores, as aspirações, as ideologias subjacentes, as atitudes e comportamentos. Enfim, todas as micro-relações são portadoras de reproduções e mudanças (verdadeiro manancial a ser explorado);

c) comprometer-se com a escuta dos medos e desassossegos (seus e dos outros). Pois, todo processo de mudança envolve medo, ansiedade e desassossego. Qualquer tipo de decisão que for tomada (seja em relação à nossa vida ou à vida dos outros), sempre nos deparamos com infinitas formas de medo e angústia. Assim, conseguir escutar, gerenciar e trabalhar os medos é um grande caminho rumo a efetivação das principais mudanças desejadas. E a verdadeira ação micropolítica é aquela capaz de revolucionar os medos cotidianos.

Aí reside, a meu ver, uma evolução e revolução, daqueles "sujeitos militantes" que ousaram "sair do assunto", engendrando novas rotas de navegação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

AOS QUE HESITAM

Você diz:

Nossa causa vai mal.

A escuridão aumenta.

As forças diminuem.

Agora, depois que trabalhamos
por tanto tempo, estamos em
situação pior que no início.

Mas o inimigo está aí,
mais forte do que nunca.

Sua força parece ter crescido.

Ficou com aparência de invencível.

Mas nós cometemos erros,
não há como negar.

Nosso número se reduz.

Nossas palavras de ordem
estão em desordem.

O inimigo distorceu
muitas de nossas palavras
até ficarem irreconhecíveis.

Daquilo que dissemos, o que
agora é falso: tudo ou alguma coisa?

Com quem contamos ainda?

Somos o que restou, lançados
fora da corrente viva?

Ficaremos para trás,

por ninguém compreendidos
e a ninguém compreendendo?

Precisamos ter sorte?

Isso você pergunta. Não
espere nenhuma resposta

senão a sua!

(BERTOLT BRECHT)

Neste exato momento histórico, é notável a crise que atinge a militância sindical combativa, em suas dimensões utópica, política e subjetiva.

Também é visível que as turbulências da vida moderna e a ofensiva neoliberal ocasionam um processo de dispersão e refluxo nas pretensões históricas da esquerda e do sindicalismo combativo. Ademais, não há como esconder que, com a queda do socialismo real (e com a revelação de todas as degenerescências), a militância sindical combativa sofreu um duro golpe em suas formas e em seus estilos de atuação social.

Por um lado, *perdeu sentido aquela base de sustentação histórica e utópica* (fundada na teoria revolucionária - marxista-leninista, na concepção de economia estatizada e direcionada por estamentos burocráticos, na coletivização forçada do trabalho e dos meios de

produção e na ortodoxia centralizadora do Partido Único), que dinamizava a estratégica revolucionária dos “novos arautos” da ordem socialista.

Por outro lado, ganhou força uma avalanche de “contra-informações” — muito bem articulada pelas forças do capitalismo mundial e seus equipamentos de formação de opinião — desencadeando uma bateria de críticas contra os resultados concretos e os pressupostos político-ideológicos dos militantes de esquerda. Tal ofensiva tornou-se tão feroz, que desmoralizou publicamente os diferentes agrupamentos de esquerda (dentre eles, a militância sindical combativa) e desnorteou o seu conjunto de iniciativas de caráter político-organizativa (projetos, idéias, diretrizes), obrigando-os a bater em retirada.

Assim, é difícil negar que o impacto das macro-transformações e da ofensiva neoliberalizante tenha causado profundas rachaduras nas paredes da realidade militante.

Porém, estaríamos cometendo um equívoco imperdoável se nossa análise permanecesse apenas nesse nível de percepção. Estaríamos deixando de lado os aspectos pertinentes às micro-contradições internas à práxis militante e escamoteando as contradições e os paradoxos da vida cotidiana e da tradição histórico-cultural da práxis militante. Ou seja, seguindo a linha poética e analítica de Brecht, teríamos que nos perguntar: por que nossas palavras de ordem estão em desordem? Por que os inimigos estão mais fortes e imbatíveis? Por que nossas fileiras diminuem?

De tudo o que dissemos, o que agora soa falso e o que continua valendo? Afinal, onde foi que erramos?

Ao longo deste trabalho, tentamos mostrar que a “rede causal” da crise militante não se encontra harmonizada numa única razão histórica, mas numa multiplicidade de fatores confluentes. Dentre eles podemos destacar:

1º) **em nível macro, o impacto e a ofensividade das mega-transformações globais,** como:

a) a consolidação universal e global da *forma mercadoria*, enquanto dinamizadora hegemônica das relações econômicas e sociais. Assim, o fortalecimento progressivo de uma “nova ideologia” e “*economia de mercado*” tem modelado as formas produtivas e competitivas em nível mundial, bem como os interesses geopolíticos das nações ricas e fortes. Neste sentido, fica visível que, nos últimos tempos, as formas mercadológicas competitivas determinaram não apenas o significado das relações humanas, na sociedade, como também alteraram substancialmente a base produtiva, a organização do trabalho, os sistemas ideológicos e culturais, as formas de atuação política do Estado e a composição das classes sociais, imprimindo uma verdadeira revolução nos estilos de atuação social da militância;

b) o *desmoronamento das utopias e projetos de caráter socializantes* (principalmente do lado europeu), tidas como “referências paradisíacas” e de “autorreferência histórica”, pela maioria dos militantes sindicais. A “órfandade utópica” tem provocado um intenso processo de desnorteamento militante, contribuindo para a desintegração das formas clássicas de militância (fundadas na direção infalível e centralizada, na disciplina rígida, no despreendimento ascético, etc).

2º) **Em nível da micropolítica,** podemos salientar o descuido para com o tecimento da vida cotidiana, a padronização dos comportamentos, o desrespeito para com a diversidade e as formas de convivência democrática e o esgotamento paulatino da forma “combativa” ou “guerreira” de fazer sindicalismo. Porém, quais razões explicam a procedência de tais fenômenos? Em nosso campo de averiguação, podemos constatar:

a) a debilidade interna que os militantes tiveram para estabelecer *uma cultura de convivência democrática* baseada no respeito às diferenças e na expressão plural e singular das práticas militantes. Para muitos militantes, a diferença sempre foi vista como sinônimo de

individualismo e divisionismo e nunca como expressão de singularidade e potencialidade criativa. Neste sentido, exigia-se dos indivíduos uma postura comportamental padronizada; comportamentos obedientes e subservientes; relações eminentemente frias e calculistas; e, acima de tudo, uma tendência homogeneizante que comumente negava a diversidade enquanto força criativa e geradora de talentos. Com isso, adiava-se, também, a possibilidade de crescimento individual e coletivo entre os próprios militantes (dificultando ainda mais o desenvolvimento criativo do projeto e a oxigenação das práticas sindicais);

b) uma enorme dificuldade dos militantes em *conseguir interrelacionar a construção do projeto utópico* (dinamizando o conjunto dos macro-procedimentos políticos), com o *atravessamento dos micro-tecimentos subjetivos e cotidianos* (processos de singularização, de produção desejante, de sensibilidade etc).

Aqui reside, no meu modo de ver, o principal **nó** da crise militante. Evidentemente, ela está vinculada à queda das utopias socializantes; à globalização da forma capitalista de produção; e, também, às transformações provenientes, no mundo do trabalho, da produção científica e da forma de organização e convívio social. Mas, fundamentalmente, ela *está associada à dificuldade que os militantes têm de conceber e construir um projeto social (ou mesmo utópico), como um procedimento micro-agenciador de subjetivação e singularização social.*

Neste campo, não é difícil perceber que a “tradição militante” tem condicionado os “quadros revolucionários” a acreditar que somente seria possível viver plenamente e intensamente no dia em que se “tomasse o poder” e se consolidasse uma outra realidade social — o projeto socialista. No dia em que a vanguarda fosse capaz de tomar o poder e efetivar a socialização e a distribuição das riquezas e todos fossem elevados à categoria de “sujeitos históricos” reconhecidos enquanto uma só classe, então seria possível viver!

Entretanto, esta pretensão de direcionamento de processos e a perspectiva de eleger como bandeira universal a construção de um “projeto finalista”, produziu no seio da militância, três fenômenos sintomáticos: 1º) *o descaso para com os micro-tecimentos da vida cotidiana*; 2º) *a postergação das coisas boas e prazerosas*; 3º) *e a multiplicação de processos de “esquizofrenia militante”.*

Quanto ao primeiro e ao segundo aspectos, é muito perceptível a produção de formas demasiadamente rígidas e endurecidas, no contexto da vida militante. Dentre elas, podemos destacar: o trabalho ativista enquanto traço de centralidade absoluta; a dificuldade dos sujeitos militantes equilibrarem as exigências da luta com as “reclamações” do corpo, do desejo, das emoções, da afetividade. A dificuldade de compreender que as várias dimensões que constituem a vida humana (corpo, mente, psique, alma, desejo e sentimentos), se desenvolvem por vias e ritmos diversos; por processos contraditórios e complexos; enfim, por meios latentes, mas, totalmente imprevisíveis.

Percebe-se ainda que muitos militantes sindicais estão “enrincheirados” no que podemos chamar de *“cristalização utópica”*. Ou melhor, estão fixados numa representação estática e padronizada de futuro (esperando o *gran finale*), que virá dar sentido à vida cotidiana. Esta espera mais parece uma fuga da realidade presente, do que uma possibilidade real de enfrentamento das contradições cotidianas.

Com o tempo, este tipo de representação fixa (cristalização) ocasionou dois tipos de posturas na vida militante: a) uma *“ansia agônica”* pela transformação do mundo e da realidade histórica; e b) um “engajamento impotente” ou “desordenado” daqueles que, ininterruptamente, se lançaram ao desafio de construir um “novo” projeto societário. A “pressa agônica” acabou por conduzir muitos militantes à prática do radicalismo e do dogmatismo. E quando a mudança se fez demorada, certos militantes viram-se envoltos, numa espécie de “redoma impotente”, causando-lhes apatia e imobilismo social. Assim, juntos, radicalismo e

dogmatismo, impotência e imobilismo, contribuíram ainda mais para impermeabilizar a passagem de outros possíveis e a circulação de novas relações de alteridade e singularidade militante.

Porém, no que se refere ao terceiro aspecto — **dos processos esquizofrênicos** — estes evidenciaram-se claramente nos seguintes fenômenos:

a) na “**combatividade incessante**” (espécie de guerra permanente contra a ordem e o sistema capitalista);

b) na “**dinossaurização dormente**” (espécie de ação militante voltada para as atividades burocráticas de controle e esquadramento subjetivo);

c) no “**militontismo ativista**” (espécie de embriaguês e perda dos sentidos, causada pela bebedeira ininterrupta de atividades militantes);

d) no “**desencantamento utópico**” (espécie de desilusão com os resultados históricos e cotidianos da luta militante).

O desenvolvimento desta “processualidade doentia” (agravada ainda mais pela ofensiva bombástica da pós-modernidade e do neoliberalismo) contribuiu para instalar um processo intensivo de debandada geral, de desagregação e de ceticismo, no interior da vida militante.

Tal tendência tomou visibilidade, a partir da década de 90, quando o desencanto e a dispersão se caracterizaram enquanto forma eloquente e generalizada de manifestação militante. Neste sentido, voôu pelos ares aquele conjunto de “ideais revolucionários” que sustentava até então a práxis militante, como por exemplo o encanto pela revolução e o vislumbre pela classe revolucionária; a opção pela lógica exclusivista de direcionamento de processos (justificada no primado da “maioria”, da sociedade sem classes e da vanguarda iluminada); o desprendimento ascético e a disciplina rígida; a concepção centralista de poder (que garantia a manutenção de ditaduras monopartidárias); e, fundamentalmente, a referenciação de um certo estilo de militância (calcada num jeito específico de se vestir, falar e se comportar socialmente).

Hoje, na realidade contemporânea, muitos militantes preferem renegar, até mesmo, a referenciação identitária de ser militante. Ou seja, em lugar de “militantes”, preferem ser chamados de “profissionais” do sindicalismo, do partido, da organização etc. (salientando uma mudança de referenciação e/ou de nomenclatura).

À medida em que a crise foi cercando e afetando as paredes da militância, encontramos militantes alterando subitamente o tom de voz, o discurso político e o comportamento social, tanto em relação aos marcos referenciais (ideais de transformação utópica), quanto aos posicionamentos teórico-práticos (que garantiam as estratégias e diretrizes políticas), no contexto da práxis militante.

Ademais, a partir da relativização da verdade absoluta, ficou muito difícil afirmar, com toda certeza e confiança, que a esquerda, bem como os militantes sindicais, são “portadores natos” dos processos de transformação social e que por intermédio deles devem girar todos os demais projetos.

No contexto nostálgico das revoluções perdidas, já não é mais possível acreditar cegamente na infalibilidade das vanguardas iluminadas e das “máquinas organizativas imbatíveis”. Pois, já não existe verdade absoluta, norma ou valor que consiga estruturar processos invariáveis e *ad eternum*, sem passar pelo crivo da luta política democrática e pelo tecimento micromolecular da vida cotidiana (compreendendo todas as suas nuances, complexidades e paradoxos).

Porém, é neste universo profícuo, que encontramos o registro e a emergência de novos sinais de singularização e de subjetivação militante. **Trata-se da emergência de novos processos de singularização e subjetivação com um potencial inovador e desruptor.** Ou seja, o caráter inovador e desruptor da militância, emerge justamente no momento em que a ação militante consegue transcender a realidade normal das coisas, procurando singularizar-se e sintonizar-se com outros campos de luta social. Com outras esferas de atuação micropolítica. Enfim, com outras problemáticas de natureza cultural, política, desejante, sensitiva, corporal, minoritária etc.

Este movimento de singularização e sintonização militante (como potencial desruptor e capaz de se ligar e se auto-referenciar, de se mover e se auto-equilibrar dinamicamente), caracteriza-se enquanto latência de caráter imaginativo e emancipativo, no interior da vida militante. Dito de uma outra forma, trata-se de uma perspectiva, que procura combinar o cruzamento de dois movimentos articulados: **a conexão das lutas micro-moleculares com as de nível macro-molares.**

Esta nova compreensão (micropolítica ou micromolecular), está permitindo muitos militantes, superarem a falsa dicotomia existente entre a predominância das **macro lutas** em detrimento das **lutas menores** (ou moleculares). Assim, certas práticas militantes, estão evitando de cair naquela armadilha sedutora que “primeiro temos que tomar o poder, para depois mudarmos a sociedade ou implantarmos a democracia”, que primeiro temos que ser racionais e objetivos, para depois atendermos as questões subjetivas e singulares; enfim, que é mais importante os efeitos da macropolítica do que os resultados da micropolítica cotidiana.

Nesse caso, uma das tarefas centrais da práxis militante é aquela que se dispõem a dessacralizar a função unidimensionalizante dos extremos: ora é o coletivo, ora o individual; ora é o público, ora é o privado; ora é a consciência, ora é o inconsciente; ora é o trabalho, ora é o prazer etc. Por que na verdade, os “deslocamentos extremados” acabam por petrificar e asfixiar os processos de singularização e a circulação de novas relações entre os próprios militantes. Neste sentido, o enfrentamento das dicotomias reducionistas fundadas, ora no “objetivismo frio”, ora no “subjetivismo puro”, devem ser encaradas de frente pelos “novos militantes”.

Assim, a superação do atual estado de crise militante, passa justamente pela compreensão, de que não existe uma linearidade histórica e absoluta das lutas e problemáticas sociais. Ou seja, que tanto as lutas micro-moleculares podem nascer do macro e a ela retornar — num verdadeiro processo de **transversalidade dinâmica**, quanto as lutas macro-molares, podem nascer dos agenciamentos micromoleculares, instaurando verdadeiros movimentos de oxigenação e subjetivação singular.

Neste sentido, todas as problemáticas (seja de ordem macro ou micro) devem estar sempre se colocando e se recolocando. Devem estar sempre se colocando num movimento dinâmico de repensamento e de reapropriação política, econômica, desejante, subjetiva...

Para os novos militantes, a recuperação da subjetividade singular, está justamente, na sua capacidade de produzir, cotidianamente, novos “dispositivos equilibrantes”, capazes de desbloquear e dissolver as feições rígidas e stressantes da vida militante. Ou seja, se o esquadrinhamento da subjetividade capitalista, objetiva reduzir a vida e a realidade humana a um “mingau de confinamento modelizante” (respaldada por imensas máquinas de normatização), os “vetores de equilíbrio” militante devem buscar subverter esta lógica de miniaturização, abrindo brechas e frestas por onde possam circular novos processos de autonomização e de revolução molecular.

Porém, este movimento não diz respeito apenas a realidade capitalista, mas fundamentalmente, a dinâmica cotidiana da própria vida militante. Trata-se, portanto, de um duplo movimento que desliza tanto no sentido de se contrapor a lógica modelizante da

sociedade capitalista, quanto no sentido de superar os reducionismos asfixiantes da realidade militante.

Mediante esta perspectiva, compreendemos que a questão da subjetividade é uma força produzida no cotidiano da vida e das relações sociais dos militantes. Uma potência produtiva que circula por todos os poros (espaços) da vida social, material, intelectual, simbólica, corporal..., buscando interconectar o sentido do mundo vivido, com o mundo desejado, a realidade do mundo do trabalho, com a vontade de prazer, a pluralidade do mundo, com a singularidade do ser, etc. Por isso que, singularizar-se, significa dar passagem as diferentes manifestações do ser; significa abrir frestas e construir conexões ou “linhas de equilíbrio” entre as dimensões da vida coletiva e individual, entre o público e o privado, entre o consciente e o inconsciente. Em si, processos de singularização, nada mais são do que movimentos disruptores, que explodem no campo social, dando passagem a outras maneiras de ser, a outras formas de percepção e sensibilidade, a outras formas de existência e afeto. Enfim, os processos de singularização, registram a produção de novos devires tanto no campo social, quanto na esfera individual (podendo desencadear transformações microscópicas ao nível da representação inconsciente dos indivíduos, como na dinâmica cotidiana da vida, num bairro, numa fábrica, numa rua, num grupo, numa relação amorosa etc.).

Porém, os processos de singularização, estabelecem-se a partir da dinâmica caótica e complexa da vida cotidiana. Pois, é na cotidianidade que se estabelecem as múltiplas formas de relações e significações humanas. São relações econômicas e produtivas; relações de classe e interesse; relações sexuais e de gênero; relações de produção e trabalho; relações de prazer ou sofrimento, etc, processando-se ininterruptamente entre os mais diferentes indivíduos. Neste sentido, tais relações estão intimamente imbricadas e formam uma “rede conectiva” entre a existência dos seres humanos e a produção de seu mundo material (natureza transformada). Em si, **este conjunto de relações sociais determina o ser social e a produção de sua subjetividade na realidade cotidiana.**

Sob este entendimento, o cotidiano é transpassado por uma infinidade de fenômenos de diferentes espécies. Nele realizam-se as “condições de toda existência humana”, como bem denomina MARX. Nele, ocorre a circulação de uma multiplicidade de representações materiais e simbólicas, como o trabalho, o lar, a rua, a empresa, o hospital, a igreja, a prisão, a escola, a família, a multidão etc. Pois é na vida cotidiana que se assentam os processos de singularidade e integralidade e os seus múltiplos tecimentos práticos, como bem descreve Agnes HELLER:

a vida cotidiana é a vida de todo homem... é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua personalidade. Nela, põem-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas suas capacidades intelectuais, suas habilidades de manipulação, seus sentimentos, paixão, idéias, ideologias (HELLER, 1985:65).

Assim, dar significado e importância aos acontecimentos da vida cotidiana é valorizar a diversidade dos tecimentos cotidianos como propulsão revolucionária. E nisto, conseguir resgatar a centralidade da existência humana no seu tecimento micromolecular.

O mundo cotidiano é o espaço-tempo, onde o ser humano se movimenta por uma certa rotina e familiaridade. Ou seja, é um lugar de múltiplas situações e percepções. Onde os indivíduos amam e odeiam, choram e riem, desejam e repugnam, simpatizam e invejam, se mostram afetivos ou agressivos, etc.

Por isso cotidianamente é possível perceber nos indivíduos uma diversidade de comportamentos e ações. Pois, o sujeito da cotidianidade pode se caracterizar tanto como um “alguém ninguém” — massificado, alienado, excluído, esquadrinhado — como também pode se comportar enquanto um “sujeito cidadão” — autônomo, integral e essencialmente humano.

Aqui reside, a meu ver, uma nova potencialidade da práxis militante, na atualidade. Uma práxis que se articula e se vincula às novas problemáticas da realidade humana. Que dinamiza novas formas de dignidade e participação social. Que é capaz de resgatar o verdadeiro sentido da subjetividade humana, enquanto uma potência de singularização. Uma potência onde a produção de subjetividade se transformará em vetor de desalienação da vida humana, em seus diversos sentidos: corporal, mental, afetivo, desejante, produtivo, sexual etc., dinamizando linhas de equilíbrio entre as macro dimensões sociais (em nível público, coletivo e universal) e em sentido micro-dimensional da vida (em nível privado, individual e local).

Assim, resgatar a subjetividade enquanto **força produtiva** é fazer emergir a **integralidade**, em todos os quadrantes da realidade militante. É conseguir dar vazão a multidimensionalidade do **sujeito vivo**, enquanto plenitude do ato de viver e enquanto “multiplicidade sinsível”. De forma concreta, significa enraizar o ser militante em toda a sua **realidade vivente** e em todas as suas interações sociais (seja na dimensão militante-militante, militante-outro, militante-sócio; seja na dimensão militante-corpo, militante-eu, militante-ser, etc). Neste caso, não se trata apenas de fazer funcionar a ordem do “ser produtivo” (ou da relação sujeito-objetividade) mas, sim, de fazer interagir a ordem do “ser pleno” (ou da relação sujeito-subjetividade), em toda a sua plenitude.

Como dizia MARX,

a plenitude da vida humana, se encontra na capacidade do homem se sensibilizar ante a transformação do mundo (natureza) e o prazer de se apropriar de seus próprios objetivos (in FROMM, 1979:52).

Esta máxima também pode se ajustar à causa militante, quando os mesmos buscam transformar a sociedade e sentir prazer na multiplicidade de movimentos que realizam cotidianamente (tanto no contexto de sua *praxis*, quanto na sua existência singular). Neste sentido, a produção de subjetividade nos espaços da militância sindical, deve caracterizar-se, acima de tudo, enquanto um processo de singularização, que visa superar as dicotomias mutilantes e alienantes da vida cotidiana. Que objetiva superar o sentimento de fracasso e alheamento social, na tentativa de viabilizar a circularidade de novos fluxos de integralidade subjetiva. Novas formas de viver os sentimentos, as emoções, o corpo, a política, o cotidiano...

Com este movimento, acredita-se, ser possível avançar na construção de novos patamares de emancipação militante, capaz de desbloquear as “feições rígidas”, os “sistemas fechados”, os “esquemas objetivos” e as “formas padronizadas”, erigindo novos equilíbrios existenciais, novas formas de condutas, novos comportamentos, novos estilos de convivência humana, enfim, novas formas de fazer política e prática militante.

Mas, para isso, *é preciso fazer emergir o extraordinário daquilo que é ordinário, na perspectiva de (des)velar todo o espetáculo de beleza e realização humana e na tentativa de reinventar territórios e espalhar raízes, por todos os poros da vida militante. Pois, o que é a singularidade subjetiva se não a capacidade de estar inteiro, em todos os lugares, em todos os tempos e em todos os papéis sociais? Ou na contra-face do problema militante, o que é a manifestação da crise, senão a dificuldade de se efetivar um processo de equilíbrio dinâmico entre os macro-procedimentos políticos e os microtecimentos da vida cotidiana?*

Assim, falar da crise da militância sindical é falar de sua subjetivação cotidiana. É reportar-se à dinamicidade de sua construção *ontológica*, enquanto seres objetivos, concretos, contraditórios e, sensivelmente humanos. Pois, como dizia MARX, *todos os seres são objetivos, mas somente os homens têm subjetividade e são capazes de sensibilizar-se ante aquilo que realizam.*

Então, como fazer uma militância sem um modelo padronizado, que a enclausura e a empobrece, atrofiando sua sensibilidade? Como desenvolver uma práxis militante que se preocupe, ao mesmo tempo, com os medos e desassossegos da vida militante?

Talvez um dos caminhos esteja em sua capacidade de inventar um outro modelo de ação — mais aberta, plural e multidimensional — capaz de estabelecer novas intersecções entre política e subjetividade, corpo e mente, razão e sentimento, público e privado etc.

Todavia, até que ponto a virtualidade militante não reside em sua capacidade de trabalhar sem um modelo pré-definido a lhe aprisionar as feições e movimentos?

Acredito como o poeta, que **“há infinitos modos de voar”, de projetar o futuro e de mudar a realidade presente.** E não é necessário escolher apenas um e muito menos aquele mais convencional. Quem sabe o poder capilar da subjetividade militante encontre-se justamente em sua capacidade inventiva de sair do assunto e derivar.

Porém, alçar vôo, projetar o futuro e mudar a realidade presente é temer e ousar. Temer pela ousadia de transformar a realidade presente. Ousar pelo ato apaixonado de sonhar construir um outro sentido para a vida. Uma outra lógica de política e transformação social...

Todavia, nos alerta o Sociólogo da esperança, BETINHO -

“pensar o futuro atrai, desafia e engana. E mudar o futuro depende de mudar a maneira como se pensa o presente. O futuro começa hoje”.

Ou como prefere poetizar a Educadora MADALENE FREIRE, quando diz que

“para permanecer vivo, educando a paixão,

desejos de vida e de morte,

é preciso educar o medo e a coragem.

Medo e coragem em ousar,

medo e coragem em assumir a solidão de ser diferente.

Medo e coragem de romper com o velho.

Medo e coragem de construir o novo.

Medo e coragem em assumir a educação desse drama,

cujos personagens são nossos desejos de vida e de morte”.

Penso que grandes transformações geralmente começam em microscópicas práticas da vida cotidiana. Práticas que emergem de aventureiros que ousam sair do assunto e derivar; que ousam desbloquear as feições rígidas e relaxar; enfim, que procuram erigir novos dispositivos equilibrantes (relacionando os macro-procedimentos das lutas com os micro-agenciamentos da vida cotidiana, do corpo, do desejo, da sensibilidade, da ternura...).

Quiçá a plenitude da subjetividade militante resida, justamente nesta transloucada aventura que é a coragem de enfrentar os próprios medos e o ato de se transformar microscopicamente. Eis aí, a potencialidade revolucionária de um novo devir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADRIANO, Sandri. Os Trabalhadores e o Movimento Sindical no Brasil. Belo Horizonte: GEFASI-CPO, 1990.
- ANTUNES, Ricardo. O Proletariado do Século XXI. São Paulo: CPV - Quinzena nº 239, p. 2, 1996.
- AZIBEIRO, Nadir. Reflexões sobre a integralidade na formação. Florianópolis: Escola Sul da Cut, 1993 (mim).
- BERINO, Aristóteles de Paula. Elementos para uma teoria da subjetividade em Marx. Niterói: Universidade Federal Fluminense - UFF, 1994, 174 p.
- BOLETIM DÍVIDA EXTERNA. Dívida salta para 157,4 bilhões de dólares. São Paulo: CPV - Quinzena/Pedex, nº 230, mai/1996.
- BOLETIM DÍVIDA EXTERNA. Dívida é mais de Meio Trilhão. São Paulo: CPV - Quinzena/Pedex, nº 231, jun/1996.
- BOULEZ, Pierre. A disciplina da liberdade. Folha de São Paulo. São Paulo: Caderno Mais, mar/1995, p.6 -5/6.
- BRECHT, Bertolt. Romance dos três vinténs. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BUSSANELLO, Sabino. A produção da subjetividade militante. Florianópolis, 1994 (mim).
- _____. Elementos Paradoxais da Crise Sindical. Escola Sindical da Fetiesc, Florianópolis, 1996, 12p.
- _____. A Proposta de Capacitação de Monitores da Assesoar- Uma Nova Perspectiva. Palmas, FAFI/UFPR, 1987, 55p.(mim).
- _____. Poesias do binoca. Coletânea, Florianópolis, 1996(mim).
- BUSSANELLO, S. & AZIBEIRO, N. A formação de formadores sindicais da Escola Sul da Cut. Relatório-memória, Florianópolis, 1993(mim).
- CAMPOS, Roberto. Esquerdas Burras. Folha de São Paulo. São Paulo, out/1995.
- CATTANI, Antônio David. Trajetórias Sindicais - O Esgotamento de um padrão de Militância. Porto Alegre: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, v.15, 1991/1992.
- CONY, Carlos Heitor. A Sobrevivência da Balsa. Folha de São Paulo. São Paulo, jan/1996.
- DÉCIA, Patrícia. Bill Gates Mantém a maior Fortuna - Antônio Ermírio de Moraes sobe na lista dos mais ricos do mundo, segundo revista "Forbes", dos EUA. Folha de São Paulo. São Paulo: (de Nova York), jul /1996, p.1-12.
- DIEESE. 1994. Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção. São Paulo: DIEESE, 368p.
- Documento Relatório: Expressões da Subjetividade no Trabalho - metodologia da visualização. Rede de Formação da Escola Sul da CUT - microrregião de Florianópolis, Florianópolis, 1995, 47p.(mim).
- Documento da Fundação Carlos Alberto Vanzolini (Fundação Vanzolini). Programa de Formação em Organização da Produção e Qualidade para Sindicalistas e Assesores Sindicais - DIEESE, 1994, 307 p.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 10ed., 1992.

- FRANCO, Augusto. A Nova Geração: Crise e Reflorescimento. São Paulo: Thomé das Letras, 1990.
- FREIRE, Madalena. A Paixão de Conhecer e Aprender o Mundo. Palestra proferida em Florianópolis, 1993.
- FREITAS, Décio. Mitos Moribundos. Zero Hora. Porto Alegre, ago/1994.
- GALEANO, Eduardo. O desprezo como Destino. Utopia. Porto Alegre, abr/mai, 1992.
- GENRO, Tarso. A Regeneração da Solidariedade. São Paulo: Teoria & Debate, nº 33, nov/dez/96 - jan/1997.
- GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 3ed., 1987, 300 p.
- _____. As Três Ecologias. Tradução mariaCristina F. Bittencourt; revisão da tradução Suely Rolnik, 3ed, Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- _____. A Subjetivação Subversiva. São Paulo: Teoria & Debate, nov/1990, p. 60-64.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 3ed., 1993, 327 p.
- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade. Trad. Ana Maria Bernardo e outros. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HOBBSBAWN, Eric. Olhar melancólico sobre um século de colapsos. Folha de São Paulo. São Paulo: Caderno Mais, mar/1995, p. 6 - 9.
- _____. A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita, revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. A crise das ideologias. Utopia. Porto Alegre: maio/junho 1993, ano 3 nº8.
- LISPECTOR, Clarice. A Via Crucis do Corpo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5ed. 1994.
- LLOSA, Mário Vargas. Um Aprendiz das Utopias do Sionismo. São Paulo: Folha de São Paulo, Caderno Mais, abr/1995, p. 5-12.
- LUCENA, Eleonora de. O Tango da Semana. Folha de São Paulo. São Paulo, ano 77, nº 24. 795, fev/1997.
- KOSIK, Karel. A dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KURZ, Robert. Para Além do Estado e do Mercado. Folha de São Paulo. São Paulo: Caderno Mais, dez-1995.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos, in: FROMM, Erich. Conceito Marxista de Homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 7ed., 1979.
- NASCIMENTO, Cláudio. Marxismo, Cotidiano e Subjetividade. São Paulo: INCA, 1991, 22p. (mim).
- NETO, Antenor Nascimento. A Roda Global. Veja. São Paulo, abr/1996
- OLIVEIRA, Carmem S. Produção de Subjetividade na militância. Porto Alegre, 1994 (mim).

- PESSIS-PASTERNAK, Guita. Do Caos à Inteligência Artificial: quando os cientistas se interrogam. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 259 p.
- REVISTA VEJA. A revolução que liquidou o emprego. Veja, 19 out.1994.
- ROLIM, Marcos. O PT e a Burocracia. Porto Alegre, 1993 (mim).
- SANDRONI, P. Dicionário de Economia. São Paulo: Círculo do Livro, 1989, 368p.
- SILVA, Roque Aparecido da. A Resposta Sindical e dos Trabalhadores à Automação - A metodologia da Visualização. São Paulo: ILDES, 1992, 8 p. (mim).
- SIMMEL, Georg. A filosofia do amor. Tradução de Luis Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SOARES, Maria Susana Arrosa. A Experiência do Século: da Utopia ao Desencanto. Porto Alegre: Revista do IFCH - UFRGS, v. 16, n. 1, jan/jun., 1993.
- SOUZA, Herbert de. A Informação Contra a Fome. Rio de Janeiro: IBGE, Boletim Informativo nº 1, 1993.
- VALLE, Lillian de Aragão B. Algumas Reflexões sobre as etapas de Construção de uma Tese. Rio de Janeiro: Papyrus, 1986.
- VELOSO, Caetano. Pecado Original. Rio de Janeiro, 1978.
- WAIZBORT, L. Resenha. Folha de São Paulo, São Paulo: Caderno Mais, out/1993, p. 6-10.